

UNIVERSIDADE DO VALE DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

PAULO EDUARDO FASOLO KLEIN

DE DIREITO, MAS NÃO DE FATO:
o parlamentarismo do referendo de 1963 no *Correio do Povo*, RS

São Leopoldo

2022

PAULO EDUARDO FASOLO KLEIN

DE DIREITO, MAS NÃO DE FATO:
o parlamentarismo do referendo de 1963 no *Correio do Povo*, RS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em História,
pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres

São Leopoldo

2022

PAULO EDUARDO FASOLO KLEIN

DE DIREITO, MAS NÃO DE FATO:

o parlamentarismo do referendo de 1963 no *Correio do Povo*, RS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Korndörfer – UNISINOS

Profa. Dra. Carla Brandalise – UFRGS

Prof. Dr. Douglas Souza Angeli – UEMG

Profa. Dra. Marluza Marques Harres (orientadora) - UNISINOS

K64d Klein, Paulo Eduardo Fasolo.

De direito, mas não de fato : o parlamentarismo do referendo de 1963 no Correio do Povo, RS / Paulo Eduardo Fasolo Klein. – 2022.

148 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

“Orientadora: Profa. Dra. Marluza Marques Harres”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
Belchior

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho é fruto de muita perseverança, para não dizer teimosia. A pesquisa iniciou durante o pior governo eleito na história do país, fruto de uma onda conservadora que tomou parte do mundo. Tal movimento permeou todas as esferas do poder público brasileiro. Promoveu retrocessos de toda ordem, atacou diversos setores da sociedade baseando-se em seus valores reacionários e instaurou o clima de golpismo permanente. O que já estava ruim, piorou. A pior pandemia global em cem anos tranca todos em casa, sem data para sairmos. Com a Covid-19, novas rotinas foram aprendidas. A circulação pela universidade, a saudável troca realizada na sala de aula e nos corredores com os colegas e professores foi resumida a contatos remotos. O temor pela saúde rondava a cada saída de casa enquanto enfrentávamos negacionistas de todo tipo. O Brasil perde muito além do que seria inevitável. Felizmente, as vacinas vieram, mas os estragos ficaram. Anos serão necessários para entendermos sua extensão e remediá-los. Por fim, um novo conflito na Europa recicla velhos discursos da Guerra Fria e coloca novamente no horizonte a ameaça de ataques nucleares. Em meio de tudo isso e tanto mais, concluí minha pesquisa. Tenha isso em mente e seja generoso prezado leitor.

Pode não ser muito usual, mas o primeiro agradecimento é para mim mesmo. Para aquele que insistiu em terminar o trabalho, valorizando o empenho que tive para entrar no mestrado, o percurso até a entrega final e toda a trajetória até aqui.

Agradeço aos meus pais, Nina Rosa e Mario Cezar pelo carinho e generosidade irrestrita em sempre me apoiar. Saber que pude contar com eles sempre fez toda a diferença.

Agradeço ao meu irmão e irmã, Luís Fernando e Maria Luísa pela parceria familiar. Juntamente com minha cunhada Cíntia, agradeço pelas alegrias que tenho com meus sobrinhos Rafael e Guilherme. Já ao meu cunhado Guilherme e minha mana querida, agradeço pela honra de ser o dindo dessa linda menina chamada Laura, que veio ao mundo em meio a essa pesquisa.

Agradeço à Sarah Tolfo por trilhar primeiro os caminhos da pós-graduação, o que me fez ganhar a confiança para também dar esse passo. Nossos cafés por Porto Alegre sempre serão lembrados.

Agradeço à Luiza Hirsch pelos cafés, cervejas e as discussões sobre o mundo acadêmico e suas peculiaridades. Foram momentos felizes em que pude lidar melhor com as pressões da Academia.

Aos amigos que fiz no grupo de pesquisa de política 1945-1964, agradeço por terem sido fundamentais para eu conseguir entrar no mestrado e com os quais sempre pude trocar impressões sobre a situação política do momento: Anderson Torres, Daiane Benetti, Diego Almeida, Douglas Angeli, Maura Bombardelli, Samuel Alves.

Aos colegas e amigos João Paulo Buchholz e Alana Thais Basso, agradeço pelas fundamentais saídas de casa nos últimos meses da dissertação para que a saúde mental fosse preservada e o otimismo mantido.

Agradeço a todos que em algum momento cruzaram meu caminho e com quem pude aprender, ensinar ou simplesmente desfrutar de uma boa companhia.

Agradeço à CAPES, cuja bolsa na modalidade PROSUC me permitiu realizar essa pesquisa. Em um momento em que a Educação e a Pesquisa sofrem com tantos cortes sucessivos, comprometendo o futuro do país, a conclusão de um trabalho como esse é um ato de resistência.

Agradeço à equipe do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa por me recepcionar em suas instalações e manter seu acervo preservado na medida do possível. Minha homenagem a Carlos Roberto da Costa Leite, o Beto, falecido nesse período, servidor público dedicado e profundo conhecedor da documentação salvaguardada na instituição.

Agradeço enormemente à UNISINOS. Vindo de outra instituição, a universidade me recebeu de portas abertas e me fez sentir acolhido desde o primeiro momento. Obrigado às professoras, professores, funcionárias, funcionários e colegas da pós que deixaram o percurso do mestrado mais feliz dentro de uma comunidade tão receptiva.

Finalmente, agradeço à minha orientadora Marluza Marques Harres. Nada que eu escreva aqui vai traduzir completamente a gratidão que sinto por sua orientação paciente, incentivadora e atenta. Foram meses de muito encorajamento para que a pesquisa fosse concluída em meio a tantas dificuldades. Obrigado por tudo Marluza!

P.S.: Lamentavelmente, pouco antes da entrega final desse trabalho, tomo conhecimento que esta será uma das últimas dissertações defendidas no PPG de História da UNISINOS, dada as condições em que a pesquisa se encontra no Brasil. O encerramento das atividades do Programa é um triste capítulo ao qual não gostaria de escrever sobre, mas não poderia deixar de mencionar e condenar tal desfecho. Espero que a universidade reveja a sua decisão ou que pelo menos, as atividades sejam retomadas muito em breve. O estado e o país precisam de instituições de excelência como a UNISINOS para que realmente mudem o futuro.

Que será mais democrático? O governo de um só homem, sujeito aos caprichos e idiosincrasias, ou o governo de vários, em que as principais questões são amplamente debatidas e finalmente resolvidas de acordo com o parecer da maioria?

Raul Pilla – *Catecismo Parlamentarista* (1949)

RESUMO

Esta pesquisa buscará entender como o *Correio do Povo*, principal jornal do Rio Grande do Sul, atuou no referendo de 1963. Tal consulta à população significou o fim do período parlamentarista republicano no país após sua adoção em 1961. A renúncia de Jânio Quadros da presidência da República colocaria o Brasil em uma crise política, pois seu vice, João Goulart, foi impedido de tomar posse pelos ministros militares. Para evitar uma guerra civil, o Congresso Nacional encontra como solução a adoção do parlamentarismo, no qual os poderes presidenciais são diminuídos em grande medida. O Ato Adicional que troca o sistema de governo já previa a realização de uma consulta para que a população decidisse entre o parlamentarismo e o presidencialismo e após intensas articulações, o referendo acaba antecipado para 1963. Focando na atuação dos defensores do regime de gabinete, este trabalho utilizará principalmente a imprensa como fonte e por isso adotará os cuidados metodológicos necessários. Tendo Pierre Bourdieu como referencial teórico, pretendemos preencher algumas lacunas da historiografia sobre o período.

Palavras-chave: Parlamentarismo; Referendo de 1963; *Correio do Povo*.

ABSTRACT

This research aims to understand how *Correio do Povo*, the main newspaper in Rio Grande do Sul, acted in the 1963 referendum. Such vote meant the end of the republican parliamentary period in the country after its adoption in 1961. The Jânio Quadros renouce as president put Brazil in a political crisis since his vice president, João Goulart was prevented to take office by the military ministers. To avoid a civil war, the National Congress established the parliamentarism, in which the presidential powers are smaller. The Additional Act that changed the system of government provided a vote to population decide between parliamentarism and presidentialism and after political articulations, the referendum was advanced to 1963. Focusing on the acting of defenders of the cabinet regime, this work used the press as source and adopted the specific methodological care. Having Pierre Bourdie as theorist, we intend to fill in some gaps in the historiography of the period.

Keywords: Parliamentarism; 1963 Referendum; *Correio do Povo*.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Atores políticos e questões em disputa	67
Tabela 1 – Resultado geral do Referendo de 1963 por região.....	119
Tabela 2 – Abstenção em votações RS (%).....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Abstenção em votações RS (%)	120
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ADP – Ação Democrática Parlamentar

ANL – Aliança Nacional Libertadora

FUG – Frente Única Gaúcha

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

OEA – Organização dos Estados Americanos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrático Cristão

PEI – Política Externa Independente

PL – Partido Libertador

PR – Partido Republicano

PRM – Partido Republicano Mineiro

PRP – Partido da Representação Popular

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSD – Partido Social Democrático

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – PARLAMENTARISMO: ASPECTOS DO REGIME DE GABINETE E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL	23
1.1 UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAR O PODER ESTATAL: O PARLAMENTARISMO	23
1.2 CARACTERÍSTICAS DE UM PARLAMENTARISMO	26
1.3 HISTÓRIAS DO PARLAMENTARISMO NO BRASIL	29
1.3.1 IMPÉRIO.....	30
1.3.2 PRIMEIRA REPÚBLICA.....	39
1.3.3 OS ANOS VARGAS 1930-45	50
1.3.4 AS CONSTITUIÇÕES DE 1946 E 1947	53
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O REFERENDO DE 1963 E A IMPRENSA	60
2.1 O REFERENDO DE 1963 NA HISTORIOGRAFIA	60
2.2 IMPRENSA COMO FONTE PARA O REFERENDO DE 1963.....	70
2.3 O <i>CORREIO DO POVO</i>	75
CAPÍTULO 3 – 6 DE JANEIRO DE 1963: O PARLAMENTARISMO, O REFERENDO E O <i>CORREIO DO POVO</i>	86
3.1 OS PARLAMENTARISTAS NO <i>CORREIO DO POVO</i>	86
3.2 O REFERENDO PARA OUTROS AGENTES POLÍTICOS	113
3.3 OS RESULTADOS DA VOTAÇÃO.....	117
3.4 DESDOBRAMENTOS APÓS O REFERENDO	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
FONTES	139
ANEXO A - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, DE 1961	140
ANEXO B - LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 1962 AO ATO ADICIONAL	147
ANEXO C - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6, DE 1963	148

INTRODUÇÃO

Um espectro ronda o Brasil - o espectro do parlamentarismo. A evidente paráfrase do começo do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels serve como inspiração para introduzir este trabalho. No entanto, enquanto a obra dos alemães discutia a realidade do proletariado em meio à Primavera dos Povos, esta pesquisa discutirá parte da história do regime parlamentar na política brasileira.

O sistema de governo parlamentar já foi adotado em dois momentos no Brasil desde sua independência. Tanto na monarquia quanto na república, o parlamentarismo foi instituído no país a partir das estruturas de poder previamente existentes, mas com início, duração e resultados completamente distintos. Enquanto no Império, o parlamentarismo dura mais de quatro décadas e é indicado como um dos elementos para a estabilidade nacional do período, a experiência parlamentar republicana teve breves quinze meses envoltos por sucessivas crises institucionais. Desde a queda da monarquia e por consequência, a extinção do sistema parlamentar, discussões sobre uma nova adoção do parlamentarismo apareceram em diversas ocasiões. Essa recorrência no pensamento político nacional é traduzida pelo “rondando o Brasil” que afirmo na primeira entrada do trabalho. Tratar o parlamentarismo como um espectro, ou seja, algo a se temer e que estaria à espreita para assombrar o país também se justifica em certa medida por motivos que indicarei ao final da dissertação.

Especificamente, qual o propósito da pesquisa? Escrever sobre toda a trajetória do parlamentarismo no país não seria viável dado os limites de tempo e páginas impostas por uma dissertação. Por isso, o recorte ao qual se debruçará este trabalho será sobre um episódio chave do sistema de governo e por extensão, da história política brasileira. Em 1963, a população do país era convocada mais uma vez para uma votação nacional desde o fim do Estado Novo. Esse era um evento inédito, pois não se tratava de eleições para cargos como presidente, governador ou deputado, mas de um referendo no qual o voto decidiria sobre o sistema de governo brasileiro. A única pergunta na cédula da consulta foi “Aprova o Ato Adicional que institui o Parlamentarismo?”¹ e pretendia dar desfecho a uma crise iniciada meses antes. Desde setembro de 1961, o país vivia sob o regime de gabinete, aprovado às pressas pelo Congresso Nacional para solucionar o impasse que surgiu com a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República em 25

¹ *Resultado geral do referendo de 1963.* Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>. Acesso em 05 de junho de 2020.

de agosto daquele ano. Os desdobramentos desse ato quase levaram o país a uma guerra civil, pois o caminho constitucional, ou seja, a posse do vice-presidente João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é vetada pelos ministros militares, que consideravam o político um risco para a segurança nacional ao acusá-lo de agitar os meios operários e ter ligações com o comunismo internacional².

Contra a quartelada após a renúncia de Jânio Quadros, há uma intensa mobilização de setores da sociedade, movimento que iniciou no Rio Grande do Sul e alcança o país principalmente pelas ondas do rádio. Em Brasília, os agentes golpistas acabam não conseguindo mobilizar suficientemente as Forças Armadas nem outros poderes da República para efetivar suas intenções. O episódio de resistência ao golpe ficaria conhecido como Campanha ou Movimento da Legalidade e a solução encontrada entre as partes para manter alguma normalidade constitucional é a posse de Goulart como presidente sob a forma parlamentarista, na qual seus poderes são diminuídos em grande medida.

Apesar de aceitar o desenlace da crise envolvendo mudanças das regras sobre sua condição como presidente da República, Goulart e seus apoiadores articulariam desde o início para que o Brasil fosse novamente um país presidencialista. No artigo 25 da emenda constitucional que instaurou o parlamentarismo estava prevista a possibilidade de se consultar a população sobre a mudança do sistema de governo³. Era indicado que sua realização deveria acontecer nove meses antes do fim do mandato presidencial, previsto para 31 de janeiro de 1966, mas após diversos agentes se manifestarem a favor, sua data foi antecipada. Marcado para o dia 6 de janeiro de 1963, o referendo permitiu à população opinar sobre o presente e o futuro do país, em um evento que era inédito na República, como já citado. O instrumento de democracia direta foi a primeira votação nacional de que não uma eleição, sendo a única do período republicano conhecido como experiência democrática, os anos compreendidos entre o

² No Brasil, o anticomunismo foi usado como ferramenta com diversos propósitos ao criar um medo na população ou explorar o temor já existente (MOTTA, 2002, p. 72). Ao acusar Goulart de comunista, os militares buscavam uma maneira de validar seu movimento contra a ordem constitucional. O país era tensionado pela conjuntura internacional, na qual o mundo estava dividido pela Guerra Fria, opondo um bloco capitalista contra outro comunista. Regionalmente, a Revolução Cubana ampliou a inquietação na América Latina, pois era considerada zona de influência norte-americana. O rompimento causado por Fidel Castro e seus companheiros revolucionários fez aumentar o patrulhamento ideológico no continente, assim como no Brasil (RODEGHERO; GUAZZELLI; DIENSTMANN, 2013, p. 15).

³ *Emenda Constitucional nº 4*. Ver anexo A. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05 de junho de 2020.

fim do Estado Novo e o início da Ditadura Civil-Militar (1945-1964). Mesmo após a redemocratização iniciada em 1985, poucas consultas como essa foram feitas⁴, destacando sua importância na história política nacional.

O assunto da pesquisa está posto, mas é preciso delimitar a pergunta orientadora da pesquisa. Em leituras sobre o período durante a graduação de História, chama-me a atenção que o Congresso Nacional, mesmo sendo caracterizado como hostil ao presidente⁵, aprova a antecipação do referendo. A formulação, tratada rapidamente no texto, não dava maiores explicações. Como algo que beneficiaria Goulart poderia acontecer vindo de um parlamento contrário ao presidente? Aprofundando a questão com outras leituras, obtive algumas respostas, mas decidi seguir com os questionamentos. Onde poderia encontrar mais sobre o assunto? Já com experiência em pesquisa em jornais devido a uma bolsa de iniciação científica na graduação, decidi usar como fonte a imprensa para o presente trabalho.

O referendo é um entre tantos eventos ocorridos entre 1945-1964, período repleto de crises institucionais, nas quais cada uma teve algum tipo de saída diferente. Suicídio, renúncia, mobilizações populares e de militares procuravam manter o equilíbrio entre as forças da política nacional. Nesses anos, houve uma expansão do eleitorado brasileiro⁶ após o hiato do Estado Novo e as restrições para quem estava habilitado a ser eleitor na Primeira República. A legitimação *do e pelo* voto no país ainda estava em construção e como aponta Michel Offerlé (OFFERLÉ, 2005, p. 354), não é fácil uma conexão entre a vida cotidiana do cidadão e o papel que se colocava na urna. Muitas forças atuaram na construção desse eleitorado e entre elas, a imprensa cumpriu papel extremamente relevante na propagação e fixação de ideias, valores e perspectivas de vida. Por isso, a escolha pelo jornal de maior prestígio na época pareceu a opção mais coerente. O *Correio do Povo* já circulava no estado há quase setenta anos e sobrevive a diversos momentos críticos em sua trajetória, saindo fortalecido de cada um deles como apontarei em breve no trabalho. Além da função noticiosa, o jornal se torna plataforma para intensas discussões políticas, servindo como veículo para os

⁴ *Plebiscitos e referendos*. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-e-referendo>. Acesso em 05 de junho de 2020.

⁵ Tanto na Câmara quanto no Senado, PSD e UDN possuíam a maioria das cadeiras. Mesmo o PSD tendo integrantes próximos aos trabalhistas, o perfil conservador do partido tendia ao bloqueio de grandes reformas pretendidas por Goulart (FIGUEIREDO, 1993, p. 51).

⁶ Apesar de um crescimento nos habilitados a votar com a obrigatoriedade de alistamento eleitoral no período, apenas 20% da população (estimada em 75 milhões) estava habilitada a votar em 1962, principalmente em razão da exclusão dos analfabetos (NICOLAU, 2002, p. 25).

partidos e políticos propagarem suas ideias, dada a inserção que adquire na sociedade. Portanto, a pergunta norteadora da pesquisa então é: *O que foi veiculado pelo Correio do Povo a respeito do referendo de 1963?*

Ao selecionar o *Correio*, estarei abrangendo uma significativa parcela da população gaúcha e por extensão, de eleitores, que estavam sujeitos às possibilidades de influência do periódico. O efeito das páginas do jornal na opinião dos votantes é de difícil aferição, mas certamente não podemos considerar que tal processo fosse uma relação causal de estímulo-resposta, na qual a exposição a uma mensagem imediatamente criaria uma reação a quem foi exposto. Esse efeito de uma “bala mágica” ou “agulha hipodérmica”, na qual o leitor seria um receptor passivo da notícia esteve em voga na primeira metade do século XX, mas já sofreu críticas e é considerada ultrapassada nos estudos de Comunicação (AZEVEDO, 2004, p. 49). Em pesquisas nos anos 1940 nos Estados Unidos, constatou-se que eleitores estavam mais propensos a influência de grupos próximos, como família e colegas de trabalho do que a indução por veículos de comunicação. Nos anos seguintes, a percepção dos modelos de recepção da propaganda política e comunicação passariam por algumas evoluções até se verificar que a opinião formava-se em uma complexa rede com vários níveis de influência, surgidos das relações com os grupos ao qual a pessoa estava inserida.

Entre os modelos desenvolvidos para explicar a influência dos meios de comunicação sobre o público leitor está a teoria da *agenda-setting*. Com grandes corroborações em estudos empíricos, foi evidenciado que os meios de comunicação selecionam e hierarquizam os temas a serem tratados pela população, além de colocá-los sob determinados enquadramentos (*frame*), dando a chave de leitura do evento tratado para o leitor (e eleitor). Os pontos básicos da teoria consideram que: a) a mídia seleciona determinados assuntos e ignora outros, escolhendo os temas, acontecimentos e atores relevantes para serem noticiados; b) ao escolher os temas e atores, estabelece uma escala de importância sobre tais objetos; c) atribuem enquadramentos positivos e negativos sobre os temas, construindo atributos positivos ou negativos sobre tais objetos; d) a escolha dos tópicos pelos meios de comunicação influencia diretamente na percepção pública do que é importante em um determinado período de tempo (AZEVEDO, 2004, p. 52). A mesma noção de seleção de assuntos a serem abordados pelo jornal vinda da comunicação é compartilhada na historiografia por Alzira Alves de Abreu. Para a autora, a mídia seleciona e leva ocorrências ao conhecimento público.

Nesse processo, hierarquiza e atribui importância, valor ou pertinência a um acontecimento, construindo assim um acontecimento público. Para o historiador ou historiadora, o objeto de estudo é algo construído e a mídia participa ativamente na construção de acontecimentos para discutir questões públicas (ABREU, 2017, p. 64).

Especificamente para este trabalho, veremos como o parlamentarismo chega ao 6 de janeiro de 1963 através do *Correio do Povo*. O sistema não retornou sob bons auspícios ao país. Implantado em condições adversas por vários aspectos, desde o início não contou com uma boa perspectiva para seu correto funcionamento. O Ato Adicional, através de seu artigo 24, impedia que o Congresso Nacional fosse dissolvido por Goulart, mecanismo importante na dinâmica do sistema. Tal condição foi imposta pelos militares para aceitarem a posse do presidente, já que temiam que Goulart convocasse novas eleições para formar maioria no parlamento brasileiro e conseguir as reformas que desejava (ALMEIDA, 1998, p. 99). Além disso, uma vez empossado, o presidente e os gabinetes formados não só não se esforçaram para fazer funcionar o sistema como deixaram evidente que trabalhariam pela volta do presidencialismo através de declarações públicas. Quando a votação inicia em 1963, o país já esperava o fim do parlamentarismo, tamanho o desgaste provocado pelo próprio governo. Como indicarei a seguir, existem poucos trabalhos exclusivamente voltados ao referendo, geralmente mencionando a votação em meio ao mandato de Goulart. As pesquisas normalmente se voltam a algum aspecto do governo, às articulações do presidente e de seus aliados para que o presidencialismo retornasse ou como parte da explicação para o rompimento democrático de 1964 dali a poucos meses. Por sua vez, essa pesquisa utilizará o *Correio do Povo* para identificar os movimentos que os defensores do parlamentarismo fizeram para que o sistema tivesse êxito e suas posições quando da realização do referendo, lacuna que acredito existir na historiografia.

Para pesquisar as páginas do *Correio do Povo*, principal fonte da pesquisa, consulte o acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa de Porto Alegre. Também acessei a página da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional para ter acesso ao *Jornal do Dia*, publicação do mesmo período e disponível de forma digitalizada pela instituição. Finalmente, tive acesso ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Política Rio-Grandense (NUPERGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

do qual pude incorporar documentação do acervo de Raul Pilla⁷, o mais destacado integrante do Partido Libertador (PL), legenda que historicamente defendeu a adoção do parlamentarismo no Brasil. As demais fontes acessórias estarão indicadas ao longo do trabalho, sendo principalmente páginas governamentais com legislações pertinentes e dados estatísticos.

Quanto à estrutura da dissertação, a divisão de suas partes será a seguinte. O primeiro capítulo faz uma ampla apresentação do parlamentarismo ao leitor. Inicia destacando sua lenta conformação, surgida a partir da institucionalização de algumas práticas políticas ocorridas principalmente na Inglaterra. Ato contínuo trago as principais características do sistema de governo para que os elementos a serem apontados nos capítulos seguintes possam ser melhor compreendidos. Fechando a seção, um breve histórico do parlamentarismo no Brasil. Essa parte é necessária para que seja afastada a antiga noção sobre a história política na qual tal ramo trataria de eventos efêmeros e restritos a dias específicos. Ao combinar diferentes ritmos históricos, procuro mostrar que a nova adoção do parlamentarismo em setembro de 1961 não ocorre de maneira instantânea, mas baseado em diversas discussões desde o início da República. Como afirma René Rémond (RÉMOND, 2003, p. 34), a história política precisa articular o contínuo com o descontínuo, combinar o instantâneo com o extremamente lento. Uma data marcada no calendário não pode ser dissociada de outros fenômenos de média ou longa duração.

No segundo capítulo faço uma revisão historiográfica sobre o referendo para evidenciar que a historiografia não produziu muitos trabalhos sobre o episódio, justificando assim a importância da pesquisa. A seguir, explico as considerações metodológicas que tive ao pesquisar no campo político e jornalístico segundo a base teórica proposta por Pierre Bourdieu. Especificamente sobre a fonte, uma pequena revisão de cuidados metodológicos sobre pesquisas em periódicos é seguida pelas indicações de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Por muito tempo, a imprensa como fonte foi vista com ressalvas pela historiografia e as autoras propõem um percurso de análise para que o jornal supere as desconfianças do passado. O capítulo termina com uma ampla investigação sobre a

⁷ Faço um agradecimento especial à Anderson Torres por disponibilizar cópias digitalizadas da documentação de Raul Pilla. Agradeço também a Diego dos Santos pelas pertinentes indicações de bibliografia usada nessa dissertação.

fonte. A trajetória do *Correio do Povo* é repassada, indicando suas particularidades para entender o jornal como força ativa na sociedade naquele momento e entender sua atuação no episódio do referendo.

O capítulo 3 traz a atuação de defensores do parlamentarismo durante a experiência parlamentar. Os libertadores compunham um partido político que historicamente se dedicava à causa parlamentarista e era o grupo mais destacado pelo jornal para tratar do assunto. Quando o referendo tem a data marcada para janeiro de 1963, o *Correio do Povo* constantemente noticiou o posicionamento da legenda. O capítulo segue com o posicionamento de outros agentes políticos para a escolha entre presidencialismo e parlamentarismo, terminando com ponderações sobre o resultado da votação e desdobramentos para a instituição parlamentarismo e processos de democracia direta como o referendo no país.

CAPÍTULO 1 – PARLAMENTARISMO: ASPECTOS DO REGIME DE GABINETE E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

1.1 UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAR O PODER ESTATAL: O PARLAMENTARISMO

O surgimento do parlamentarismo resulta de um longo e oscilante processo de crescimento do poder do Parlamento na Inglaterra. Tal sistema de governo⁸ não foi previsto nem elaborado por teóricos, tão pouco é instituído a partir de algum movimento político específico, mas se estabelece a partir da consolidação de diversas práticas políticas desenvolvidas dentro do país anglo-saxão.

Devido a sua precoce centralização, a monarquia feudal inglesa teve grande força se comparada a outros reinos do continente e sua nobreza não tinha as mesmas condições para questionar o poder real como seus pares europeus. Ao mesmo tempo, fora da estrutura do poder monárquico, também muito cedo foram constituídas instituições de caráter coletivo para que a classe senhorial participasse da organização política do reino. A formação de parlamentos não foi uma exclusividade da Inglaterra durante o medievo, mas entre seus integrantes estavam também cavaleiros e plebeus representantes das cidades do reino. Outras assembleias na Europa normalmente eram compostas apenas por nobres, clero e burguesia, mas na Inglaterra a formação dessas organizações colocou barões e bispos lado a lado com os outros estratos da sociedade. Além disso, quando convocada, tal organização era única, ou seja, representantes de todo o reino reuniam-se em Londres para as deliberações, sem que houvesse outras reuniões semelhantes nas províncias (ANDERSON, 2004, p. 114). Inicialmente sua convocação não possuía uma regularidade, mas quando reunido, tradicionalmente garantia limites ao poder legislativo do rei. Com o tempo, a prática tornou-se permanente e nenhum novo estatuto poderia ser decretado pelo monarca sem a aprovação do Parlamento. A reunião entre pessoas de estratos diferentes em uma mesma assembleia política duraria até 1332, quando o Parlamento passa a ser constituído por duas Casas: a Câmara dos Lordes, para a nobreza e alto clero e a Câmara dos Comuns, para cavaleiros, burgueses e cidadãos (DALARI, 1998, 126.). Tal divisão marca o

⁸ Conforme a Constituição Federal de 1988, adotaremos a terminologia “sistema de governo” para designar parlamentarismo, presidencialismo e sistemas híbridos, mesma proposta de CINTRA, 2015a, p. 35. Há autores como PASQUINO, 1998, p. 517 que adotam “forma de governo” para se referir a tais organizações de poderes.

nascimento do sistema bicameral, característica de grande parte dos poderes legislativos nacionais no mundo hoje em dia.

Mas o aumento do poder parlamentar inglês não foi contínuo durante o período moderno. Enquanto no início do século XV, as reuniões normalmente eram anuais, a assembleia foi descontinuada por anos durante o fim do século XV e início do XVI. Por sua vez, quando a questão religiosa torna-se um problema para Henrique VIII (1491-1547) e este deseja o rompimento com o Papa para casar-se novamente, o Parlamento é convocado para mobilizar o apoio da classe fundiária a favor dos planos do monarca. A iniciativa poderia representar uma diluição do poder real, mas na verdade viria a fortalecer a monarquia, pois a instituição garantiu a transferência das atribuições da Igreja para a Coroa, bem como diminuiu a autonomia de privilégios senhoriais. Além disso, durante o período da Reforma Protestante na Inglaterra, a burocracia é reorganizada e o cargo de secretário do rei é convertido no mais alto posto ministerial, enquanto os primeiros elementos de um conselho privado regular são estabelecidos (ANDERSON, 2004, p. 120). Apesar de algumas tentativas de limitar as ações de Henrique VIII, naquele momento o Parlamento serviria mais como impulsionador do poder real do que agente regulador.

As oscilações do poder parlamentar continuariam nos anos seguintes frente ao absolutismo da Coroa inglesa. Se em determinados momentos, o Parlamento serviria para fortalecer o poder real, em outros, o choque entre a instituição monárquica com os representantes do povo inglês fez com que a Coroa perdesse poder. A guerra civil resultante do embate entre Jaime I (1600-1649) e o Parlamento levaria ao julgamento e decapitação do rei, fazendo com que a Inglaterra por um curto período fosse uma república. Após a restauração da monarquia, um novo ciclo de atritos entre o Parlamento e o rei Jaime II (1633-1701) surgiu, pois o rei tentou ampliar seus poderes e fortalecer o catolicismo em um país que passara pela Reforma Protestante. Os episódios conhecidos por Revolução Gloriosa (1688-1689) levariam ao exílio do monarca e à condução de Maria Stuart e Guilherme de Orange como novos soberanos do país. Essa transição marcaria a transformação do país em uma monarquia constitucional, já que os novos monarcas foram obrigados a assinar uma declaração de direitos aprovada pelo Parlamento. O *Bill of Rights* é um documento composto por uma série de restrições ao poder real, que proclamou os direitos e liberdades dos súditos e confirmou a supremacia do Parlamento perante a Coroa (DALARI, 1998, 77.). Maria e Guilherme

estabeleceriam ainda a prática de formar um conselho de gabinete, corpo de conselheiros privados, consultados regularmente pelos monarcas seguintes, principalmente sobre assuntos de relações exteriores.

Como já citado, o parlamentarismo não surge em um único momento. Sua característica mais aparente, a separação entre o chefe de Estado e o chefe do governo se estabelece a partir do reinado de Jorge I (1660-1727). O nobre era um príncipe alemão, eleitor de Brunswick-Lüneburg e administrava seus territórios a partir da cidade de Hanôver. Quando coroado como rei inglês em 1714, não demonstrou grande interesse pelas questões do país insular, ausentando-se frequentemente do país e de orientar o governo. Como consequência, o gabinete continuou a se reunir para tomar decisões e defendê-las perante o Parlamento. Pela atuação destacada nessa função e prevalência sobre os demais integrantes do gabinete e sobre o rei, Robert Walpole seria considerado o primeiro-ministro inglês, ainda que o cargo só fosse formalizado anos mais tarde. A separação entre chefe de Estado e de governo se inicia naquele período e passaria a caracterizar o sistema político britânico⁹.

A transferência de poderes da Coroa para o Parlamento continuaria ao longo do século XVIII. No período em que as Treze Colônias declaram independência¹⁰, a Câmara dos Comuns e o rei passavam por um período de divergências, pois o monarca procurava reverter a submissão da Coroa ao Parlamento. O rei, seu primeiro-ministro e os conselheiros políticos sofreriam severas críticas na condução do conflito e com seu desfecho, seriam considerados incapazes de fixar a política do Estado. Tamanho foi o desgaste que o rei sentiu-se obrigado a demitir o primeiro-ministro e a partir desse episódio o Parlamento passou a ser considerado, sendo fundamental sua concordância e aprovação da escolha dos futuros *premiers*.

A força da Câmara dos Comuns aumentaria a ponto de seus membros passarem a pressionar pela renúncia de ministros caso não concordassem com a política de sua pasta. Como forma de afastar o ministro, inicialmente foi adotado o *impeachment*, recurso do direito penal no qual o ministro era acusado de algum delito perante o

⁹ Em 1707, os reinos da Inglaterra e da Escócia são unificados no Reino da Grã-Bretanha. Em 1801, a Grã-Bretanha unifica-se com a Irlanda, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda ou simplesmente Reino Unido.

¹⁰ O processo de independência dos Estados Unidos da América permitiu o lançamento da matriz do presidencialismo, sistema de governo no qual o chefe de Estado e de governo estão unificados no cargo de presidente e se fundamenta, entre outras características, na separação e independência dos poderes legislativo e executivo (CINTRA, 2015a, p. 37).

Parlamento. Se a culpa fosse formada, o *impeachment* era declarado, o ministro perdia o cargo e uma pena era estabelecida. Tal mecanismo expandiu-se para atos que por si só não eram infrações, mas que seriam considerados prejudiciais ao país, independente de enunciações ou caracterizações legais (FAVER, 2016, p. 323). O aspecto político do *impeachment* sobrepujaria o caráter judiciário e com o tempo, os ministros perceberiam que deveriam se afastar tão logo o Parlamento manifestasse seu descontentamento. Esse processo serviria para formar a responsabilidade política dos ministros perante a Câmara dos Comuns, na qual o gabinete deve se afastar do governo caso recebesse um voto de desconfiança do Parlamento.

Durante o século XIX, o parlamentarismo já estava com as bases lançadas e sua configuração delimitada em trabalhos teóricos, mas o sistema seria legalmente consagrado no Reino Unido somente pelo *Ministers of the Crown Act* de 1937 (HORBACH, 2006, p. 9).

1.2 CARACTERÍSTICAS DE UM PARLAMENTARISMO

Ainda que o parlamentarismo britânico¹¹ tenha sido a principal matriz, o conjunto dos sistemas parlamentares no mundo é muito diversificado. Tendo cada país desenvolvido seu próprio conjunto de regras, não seria possível pormenorizar todas as suas variações neste trabalho¹², constando sua caracterização em inúmeras obras¹³, principalmente de Ciência Política e Teoria Geral do Estado, disciplina que compõe o ramo do Direito Constitucional. Para que possamos entender como as características do sistema impactaram na política brasileira, indicaremos a seguir os principais elementos que delimitam essa forma de organizar o poder estatal. No parlamentarismo:

¹¹ Em estudo recente, William Selinger (2019) revisita autores clássicos dos séculos XVIII e XIX e procura redefinir a relação entre parlamentarismo, liberalismo e democracia. Segundo o autor, o parlamentarismo deve ser entendido em seus próprios termos e não diretamente associado aos dois últimos conceitos citados, já que não eram as preocupações primordiais de alguns dos teóricos do sistema de governo (PLASSART, 2019, p. 3).

¹² No contexto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, Ana Lucia Tavares (1988) publica extenso e vigoroso trabalho sobre sistemas parlamentaristas no mundo. O estudo, indica a autora, pretendia ser uma referência para os constituintes já que comparava os regramentos e características políticas de dez países parlamentaristas e forneceria subsídios para uma eventual escolha do sistema no país durante a elaboração da nova carta magna. Para uma comparação mais concisa, ver (GROFF, 2003) que compara os sistemas inglês, alemão e francês.

¹³ Ver (BOBBIO, 1987); (BONAVIDES, 2000); (MALUF, 2019).

a) o governo ou gabinete surge a partir da assembleia de representantes eleitos por votação popular, sendo organizado pelo partido que consegue a maioria de assentos legislativos ou por uma coalizão de partidos formada para conseguir a maioria. Sendo assim, a legitimação do governo é indireta já que os votos vão para os representantes da assembleia e não diretamente para eleger o governo;

b) o governo precisa manter a confiança da assembleia, perante a qual é responsável e deve prestar contas. Enquanto a confiança for mantida, o governo se mantém. Caso contrário, o gabinete cai, sendo necessário organizar uma nova composição;

c) a assembleia pode ser dissolvida antes do término da legislatura pelo chefe de Estado, sendo convocadas novas eleições para formar uma nova composição de representantes. Conforme o país, a dissolução pode ser proposta pelo chefe de governo após o pedido de voto de confiança ao parlamento ser negado ou após uma moção de desconfiança ser declarada. A dissolução pode acontecer também em caso de sucessivos votos de desconfiança por parte da assembleia ao governo. Isso induz o parlamento a retirar o apoio ao governo somente quando determinada política perde apoio popular, pois o chefe de Estado pode considerar que o parlamento já não representa adequadamente os interesses da população, decidindo por sua renovação para obter melhor entendimento entre os poderes Executivo e Legislativo;

d) existe a separação entre a chefia de Estado (presidente ou monarca) da chefia do governo (primeiro-ministro, *premier*, chanceler ou presidente do Conselho de Ministros) (CINTRA, 2015a, p. 41).

Diferentemente do que acontece com o presidencialismo¹⁴, o governo parlamentar deve surgir de uma integração orgânica entre os poderes Executivo e Legislativo. Sendo o parlamento o ambiente de onde é formado o governo, é importante classificarmos o parlamentarismo conforme a natureza de seu sistema partidário. A primeira configuração de legendas forma o *parlamentarismo majoritário*, cujo sistema bipartidário (Reino Unido, Canadá, Austrália) ou quase bipartidário (quando existem diversos partidos com coligações duradouras, caso da Áustria e países escandinavos)

¹⁴ José Antonio Cheibub (2007, p. 2) entende que os argumentos dos críticos ao presidencialismo (o sistema é propenso ao impasse, não oferece incentivo para coalizões, enfraquecem os partidos políticos e fragmenta a tomada de decisões) não se sustentam empiricamente. O presidencialismo democrático tem tido vida curta, argumenta o autor, nos países em que os militares já tinham força, o que comprometeria qualquer forma de democracia. Caberia, portanto, aos reformadores institucionais projetarem melhores mecanismos democráticos.

tende a constituir governos mais estáveis, garantidos pela formação da maioria na assembleia. Uma das consequências dessa modalidade é a concentração de poderes no primeiro-ministro, além de não haver contraposição entre parlamento e governo¹⁵, mas sim entre o partido majoritário e minoritário. Nessa configuração, o eleitor conhece de antemão quem será o primeiro-ministro, pois será conduzido ao cargo o líder do partido que obter a maioria das cadeiras na assembleia.

Uma segunda configuração do sistema parlamentar acontece quando o país possui um sistema multipartidário, estabelecendo um *parlamentarismo não-majoritário*. Tal configuração exige que a composição do governo dependa de acordos entre diversos partidos, o que pode comprometer a estabilidade e execução de um programa político homogêneo, mas se a estrutura interna dos partidos for sólida, com disciplina do voto parlamentar, as coligações acabam perdurando no tempo, aproximando o sistema de um bipartidarismo. Entretanto o mais comum é que haja independência interna nos partidos, fazendo com que as alianças se tornem precárias e crises ministeriais sucessivas aconteçam, como no caso da III e IV Repúblicas francesas e da Itália. Ao longo do tempo, Itália e Alemanha¹⁶ desenvolveriam mecanismos para que tais conflitos fossem amenizados ao racionalizar o sistema político.

Essa racionalização e desenvolvimento de mecanismos de estabilização levaram ao fortalecimento do chefe de Estado em alguns países, estabelecendo uma terceira configuração de parlamentarismo. O *semipresidencialismo* ou *parlamentarismo híbrido* é composto por elementos tanto do sistema parlamentar quanto de características presidencialistas. Fundamentalmente é mantida a dualidade do Poder Executivo entre o presidente e o primeiro-ministro, a possibilidade de dissolução do parlamento e a queda do governo por moção de desconfiança. A distinção ocorre ao estabelecer uma eleição direta para o chefe de Estado, dando-lhe maiores prerrogativas do que as configurações mencionadas anteriormente, na qual o presidente ou monarca possui funções simbólicas e representativas. O *semipresidencialismo* remonta à República de Weimar, cuja

¹⁵ A troca da chefia de governo sem novas eleições ocorreria por divergências dentro na legenda majoritária, como em 1990 no Reino Unido, quando Margaret Thatcher foi substituída por John Major por decisão interna do Partido Conservador (CINTRA, 2015a, p. 42).

¹⁶ No caso italiano, foram limitados os casos de moções de desconfiança e demissão obrigatória do gabinete. Na Alemanha, foi introduzido o “voto de desconfiança construtivo”, no qual a substituição do chanceler só ocorre se a moção de desconfiança for acompanhada da indicação do novo chefe de governo (TAVARES, 1984, p. 65).

intenção constitucional foi evitar um governo similar ao da III República francesa¹⁷, estabelecendo um presidente com competências maiores para corrigir excessos do Poder Legislativo. No entanto, a situação política da Alemanha no entre-guerras encerraria precocemente o novo arranjo governamental. Na França, o semipresidencialismo foi adotado em 1958 a partir de reformas constitucionais promovidas pelo general De Gaulle durante a crise gerada pela guerra na Argélia. O presidente considerou que o sistema governamental até então era incapaz de lidar com a emergência do conflito e propõe que o presidente a partir daquele momento tivesse poderes maiores do que o parlamentarismo clássico, estabelecendo uma divisão dual de poderes no Executivo (CINTRA, 2015a, p. 48). A nova configuração do sistema francês estabeleceria a situação da “coabitação”, quando o presidente e o primeiro-ministro são de partidos ou coligações de oposição um ao outro. Nesses casos, os líderes políticos souberam agir com o tempo e na prática o poder presidencial é reduzido para evitar conflitos. Por sua vez, Portugal precisou reformar sua Constituição em 1976 para restringir poderes do presidente e estabelecer coabitações mais estáveis em seu semipresidencialismo.

1.3 HISTÓRIAS DO PARLAMENTARISMO NO BRASIL

O regime de gabinete não era uma ideia inédita no Brasil em 1961. Sua adoção dentro do campo político nacional já ocorrera durante o período imperial e após a queda da Coroa, seus defensores continuaram com a intenção de adotá-lo no país. Nas páginas seguintes farei um breve histórico sobre o parlamentarismo em terras brasileiras, especialmente no Rio Grande do Sul, cuja possibilidade de uma nova implantação ganhava destaque principalmente em momentos de transição da República brasileira.

¹⁷ Antônio Octávio Cintra (2015a, p. 46-47) considera a III e a IV Repúblicas francesas como governos de assembleia, um sistema de governo muito próximo ao parlamentarismo, mas sujeito a instabilidades dada suas características, como a soberania da assembleia sobre o governo, trocando-o com frequência ao sabor da conjuntura.

1.3.1 IMPÉRIO

Inspirado na experiência inglesa, o parlamentarismo brasileiro começa a se configurar a partir da segunda metade do século XIX durante o Segundo Reinado. Como em outras nações, o regime de gabinete teve suas particularidades delimitadas em um longo processo histórico no Brasil oitocentista¹⁸.

Após a independência, o país se estabelece como uma monarquia constitucional com a promulgação da Constituição de 1824, ainda que imposta por Dom Pedro I, desgostoso com os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1823. O imperador desfizera o poder constituinte e pede ao Conselho do Estado um projeto de constituição que iria se tornar a lei máxima do país por 65 anos até sua revogação com a proclamação da República (NOGUEIRA, 2012, p. 10). Os anos de reinado Dom Pedro I levariam a tamanho desgaste que o imperador acaba renunciando em abril de 1831 em favor de seu filho, Pedro d'Alcântara. O futuro imperador a época estava com seis anos de idade e a Constituição de 1824 determinava que sua coroação deveria aguardar até o príncipe atingir a maioridade com 18 anos. Com uma criança indicada como mandatário do país, o governo seria exercido por uma regência. Inicialmente com uma formação tripla e posteriormente exercida por um único regente, o Período Regencial (1831-1840) foi um momento conturbado no país, repleto de insurgências e revoltas, como a Farroupilha, a Sabinada e a Balaiada. Surgem também os primeiros grupos partidários relevantes na política imperial: restauradores, moderados e exaltados, mais tarde identificados como liberais e conservadores. O valor da monarquia é questionado nesse período, sendo o governo regencial considerado fraco e a ele eram imputados os problemas pelos quais passava o país (HORBACH, 2006, p. 10).

¹⁸ Em sua tese, Christian Lynch (2007) analisa a formação do Poder Moderador brasileiro e a centralidade do discurso monarquiano na construção do país. Mais que uma defesa da monarquia, tal concepção indicava o imperador como o primeiro representante da soberania nacional e foi usado para que a Coroa pudesse conciliar sua centralidade política com reformas propostas pelo liberalismo. Durante o Segundo Reinado, o sistema parlamentarista praticado a partir de 1847 é submetido ao centralismo decisório de Dom Pedro II com base na noção monarquiana como indicarei nesse subcapítulo. Contrapondo-se a esse discurso, esteve o liberalismo vintista que considerava a Assembleia como a representante da soberania nacional, pregando um Estado absentéista, a livre concorrência, leis de mercado e foi defendido por grandes proprietários rurais, interessados em perpetuar a assimetria social do Antigo Regime (LYNCH, 2007, p. 11-12). Esse liberalismo oligárquico predominaria durante a Primeira República e seria sobrepujado por uma nova etapa política a partir de 1930, quando o chefe de Estado teria novamente maior poder pessoal. Segundo Lynch, “De certa forma, era o Império que contra-atacava.” (LYNCH, 2007, p. 384).

Aumenta o entendimento entre diversos políticos de que a solução para estabilizar a situação do país era a antecipação da maioria do imperador. Os liberais tentam passar no parlamento por diversas vezes projeto para antecipar a maioria, mas os conservadores bloqueiam sucessivamente as tentativas na Câmara dos Deputados, que exigiam uma reforma na Constituição. A campanha pela maioria ganharia as ruas e após pressões constantes, em 1840 Dom Pedro II é coroado imperador aos 14 anos. Evidentemente, faltava experiência ao jovem monarca para comandar o país, ainda que demonstrasse interesse em fazê-lo e o Estado brasileiro por algum tempo seria dirigido segundo as indicações de membros da Corte próximos ao imperador.

Uma vez no trono, o imperador precisaria reger dois poderes, segundo a organização estabelecida em 1824. Além do Poder Executivo, a Coroa ainda exercia o Poder Moderador, peculiaridade da monarquia brasileira, cuja origem remete à obra de Clermont Tonnerre, sendo desenvolvida por Henri-Benjamin Constant de Rebecque, que o chama de Poder Real ou Neutro. Constant separa uma série de atribuições não pertencentes ao poder Executivo, mas que o envolviam em certa medida. A tetrapartição de poderes (Moderador, Executivo, Legislativo e Judiciário) é estabelecida na Carta de 1824 e o Poder Moderador prevaleceria sobre os demais “[...] para que vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos mais Poderes Políticos¹⁹.”, deixando inclusive o imperador sem qualquer responsabilidade perante os demais entes do país. O Poder Moderador implicava em uma série de prerrogativas como nomear senadores; convocar extraordinariamente a Assembleia Geral e sancionar seus atos; interferir nos atos dos Conselhos Provinciais; dissolver a Câmara de Deputados; nomear e demitir ministros de Estado; suspender magistrados; alterar penas e conceder anistias. Além disso, ainda que a Constituição atribuísse o governo aos ministros, o imperador era o chefe do Executivo, poder que tinha como atribuições convocar a Assembleia Geral ordinária, nomear bispos, magistrados, funcionários públicos, comandantes das forças militares, diplomatas, negociar com nações estrangeiras, administrar o orçamento entre outras funções (HORBACH, 2006, p. 12). No início de seu reinado, o volume de atribuições deixava explícita a falta de experiência do imperador em reger o país. Dada a situação, os ministros acabavam assumindo as responsabilidades e possuindo uma

¹⁹ *Constituição Política do Império do Brasil (1824)* – Título 5º, Capítulo I, Art. 98. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 09/12/2020.

grande autonomia em suas pastas. Faltava, portanto, uma força que desse uma unidade para as ações do governo. Nos ministérios sob o monarca adolescente, a liderança do governo acabou sendo exercida pelo ministro que se destacasse naturalmente. Nesse período, surge inclusive a prática de um dos ministros compor o ministério já que o imperador ainda era incapaz de ditar os rumos do governo.

Uma das principais características de um modelo parlamentar de governo seria estabelecida no Brasil em 1847. Em julho daquele ano, a prática de um dos ministros liderar o ministério seria institucionalizada pela lei nº 523, pela qual o cargo de presidente do Conselho de Ministros é criado. A lei marcaria a adesão da monarquia a um sistema parlamentar aos moldes brasileiros, sendo o Marquês de Caravelas, ministro do Império, o primeiro ocupante da função. A lei não tira do imperador as funções de chefe do Poder Executivo, mas permite ao presidente do Conselho exercer tais incumbências - para que isso fosse possível, a Constituição precisaria ser reformada. Sem a presença do imperador, o presidente do Conselho de Ministros atuava como um verdadeiro primeiro-ministro. Organizava o ministério, dirigia a ordem dos trabalhos e discussões, além de zelar pela unidade de ação do gabinete, pelos princípios políticos e administrativos do governo. Em deliberações tinha além do voto como ministro, a prerrogativa de desempatar uma votação dada a sua função.

A escolha do presidente do Conselho de Ministros pelo imperador se fazia a partir dos dois partidos políticos da época. Fosse liberal, fosse conservador²⁰, o presidente levaria ao governo as propostas de suas agremiações, elaboradas no momento da formação do gabinete, com metas e linha de ação. A função tinha um duplo desafio. Indicado pelo monarca, o presidente também necessitava do apoio da Câmara para comandar o governo, precisando lidar tanto com as ambições do parlamento quanto permanecer nas graças do imperador, que podia removê-lo a qualquer momento conforme seu arbítrio.

Mesmo sem alterar formalmente a concentração de poderes do imperador, a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros alterou a realidade política a partir daquele momento. Dom Pedro II permanecia chefe dos poderes Executivo e

²⁰ A Constituição de 1824 não previa organização de legendas, fazendo com que o país adotasse um regime de liberdade de organização partidária. Durante a maior parte do Império, os partidos não eram instituições, não tinham estatutos nem se revestiam de qualquer forma jurídica. Suas organizações se davam por convergência de interesses e afinidades ideológicas ou de convicções (NOGUEIRA, 2012, p. 50).

Moderador, mas ao longo do tempo distanciou-se do cotidiano do governo, tornando-se um árbitro e fiscal do regime parlamentar. Mesmo não consagrada pela constituição, a separação de chefe de Estado e de governo se estabelece na prática política brasileira, ainda que o presidente do Conselho de Ministros dependesse da boa vontade do soberano para continuar no cargo, assim como seus ministros. Entretanto, se a inexperiência do monarca fez o país pender para o lado de um sistema parlamentar, com o passar do tempo e o ganho de maturidade de Dom Pedro II faria este se sobressair ao ministério. Por volta de 1853, aos 28 anos, o imperador parece disposto a deixar de ser um expectador do governo para assumir uma função mais preponderante nos acontecimentos políticos do país (HORBACH, 2006, p. 14).

Ainda assim, houve uma lenta adaptação da prática constitucional do Império, que com o passar do tempo apontou para o surgimento de um sistema parlamentarista tanto de maneira consuetudinária como por esforço em reproduzir os modelos e padrões europeus, mesmo que o sistema não estivesse expresso na Constituição – a exceção era a prerrogativa imperial de dissolução da Câmara dos Deputados. A Constituição tinha por característica a grande concentração de poder nas mãos do imperador e acaba por dar predomínio ao poder da Coroa ao invés de fortalecer o parlamento. Em um sistema parlamentar clássico, a prerrogativa de nomear e demitir ministros passava pelos deputados, enquanto que no Brasil monárquico, tal função era atribuição do Poder Moderador. As aparências de um sistema parlamentar eram mantidas, mas o poder imperial era a força de decisão dentro das instituições, o que pode ser percebido também pela falta de um eleitorado forte que respaldasse a atuação de partidos e legitimasse a representação nacional. Mas ainda que o poder estivesse com o imperador, durante o Segundo Reinado, as principais atividades políticas foram sendo transferidas para a Assembleia Geral.

O Poder Legislativo do Império era exercido pela Assembleia Geral, órgão bicameral composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. As legislaturas eram de quatro anos, sendo as câmaras reunidas por quatro meses a partir de maio. No início de cada ciclo legislativo, o imperador abria as atividades com um balanço político do país, geralmente elaborado pelo presidente do Conselho de Ministro, que usava a ocasião para lançar as medidas a serem discutidas na sessão parlamentar que se iniciava. Enquanto os mandatos dos deputados eram eletivos e escolhidos nas províncias do país, com o número total variando conforme a legislatura, o Senado era composto por

representantes vitalícios, sendo o número de cada província correspondendo a metade do número de deputados. As votações para a escolha de senadores geravam uma lista tríplice, na qual a indicação final cabia ao imperador. Sendo composto por membros vitalícios, o Senado tinha um caráter mais conservador se comparado à Câmara dos Deputados, sendo visto como o equilíbrio entre progresso e conservação, entre interesses móveis e fixos. Era considerado, portanto, uma garantia de estabilidade institucional. Nessas duas câmaras foi onde o sistema parlamentar brasileiro foi desenvolvido e aprimorado, onde os gabinetes discutiram as suas medidas e de onde os presidentes do Conselho e a maioria dos ministros foram escolhidos.

A formação de um gabinete iniciava com o convite do imperador a um dos líderes partidários para ocupar o cargo de presidente do Conselho de Ministros, ocupando assim as funções do chefe do Poder Executivo. O convite era de total e irrestrita vontade do monarca, não possuindo qualquer regra formalizada para a escolha. Liberal ou conservador, representante da maioria ou da minoria, a seleção ocorria conforme a leitura que Dom Pedro II fazia da situação política do momento e os projetos que o imperador deseja implantar. Uma vez escolhido o presidente, este formava seu ministério, ainda que formalmente seus integrantes fossem nomeados pela Coroa. Conforme a situação, Dom Pedro II exercia sua vontade para manter ou trocar algum ministro sem nenhum tipo de restrição. Os ministros eram considerados tanto agentes do imperador no exercício do Poder Executivo como também parte integrante dessa instituição. Personagens importantes da Coroa, atuavam como conselheiros, administradores, juízes administrativos, tutores de estabelecimentos pios e de proteção, executores de leis, sendo forças vivas do Poder Executivo.

A responsabilidade política do gabinete foi outra característica institucional que reforçou o caráter parlamentar do governo do Segundo Império, através da possibilidade da Câmara dos Deputados derrubar o gabinete por votos de desconfiança. Poucas foram as deliberações para moções de desconfiança, sendo que poucos gabinetes caíram em função desse dispositivo. Durante o império, foi mais comum a convocação da Câmara pelos ministros para votações de confiança e reafirmar seu poder diante do corpo legislativo. O voto de desconfiança não figurava como atribuição expressa da Câmara no texto da Constituição de 1824, podendo ser enquadrado como um mecanismo de fiscalização e administração dos deputados e assim os tornando de alguma forma responsável pela atuação do ministério. A evolução do voto de desconfiança pode ser

entendida como mais uma característica na direção do sistema parlamentar, no qual a discordância entre o ministério e a Câmara poderia levar à dissolução do Gabinete (HORBACH, 2006, p. 18).

Por sua vez, a dissolução da Câmara estava prevista na carta magna como prerrogativa do Poder Moderador. Quando a Câmara e o gabinete não concordavam entre si, o voto de desconfiança podia acontecer. A situação deveria ser decidida pelo árbitro da política imperial, Dom Pedro II. Dada as prerrogativas constitucionais, a vontade do imperador era a instância final da decisão a ser tomada. A dissolução da casa parlamentar gerava preocupação tanto no governo quanto na oposição tamanha a instabilidade e insegurança que proporcionava ao país. O simples boato de dissolução fazia com que a Assembleia encontrasse rapidamente as soluções dos problemas que agitavam os parlamentares. O imperador usava tal mecanismo como forma de resolver problemas políticos conforme seu arbítrio, diferentemente do caso inglês, origem do sistema, no qual o soberano só poderia indicar a dissolução da Câmara a partir de um pedido do gabinete, não podendo negar o pedido caso ocorresse. O monarca brasileiro não se furtou de acionar o recurso, tendo dissolvido 11 das 17 legislaturas do Segundo Reinado. Ainda que se consultasse com o Conselho de Estado antes de acionar tal prerrogativa, por vezes ainda foi contra a indicação do órgão, chegando a usá-la algumas vezes sem uma motivação razoável, caracterizando o grande poder imperial na condução da política nacional.

Para que um país tenha um sistema parlamentarista representativo, é necessário um sistema eleitoral forte, com a existência de partidos organizados. As legendas irão defender diferentes ideias da sociedade e constituirão maiorias e minorias dentro do Poder Legislativo para que governo e oposição se estabeleçam. No Império, após a abdicação de Dom Pedro I, tendências divergentes progressivamente começaram a se organizar em duas legendas, formando o quadro partidário brasileiro. De um lado, o Partido Conservador ou os “saqueremas”, tendo em contraposição o Partido Liberal, ou os “luzias”. Os liberais assumiram durante todo o período imperial uma postura progressista, propondo constantemente reformas do Estado, enquanto os conservadores reagiam com lentas concessões, estudadas longamente sob uma ótica de extrema prudência. Dentro da dinâmica entre os partidos, o pensamento entre os liberais era de exigir o máximo de reformas para conseguir algumas. No programa liberal de 1869, os principais pontos pediam reforma eleitoral, policial e judiciária; abolição do

recrutamento, utilizado como punição para populações inteiras; abolição da Guarda Nacional, braço armado do governo; emancipação dos escravos. Mas a visão geral dos quadros partidários e das ações de ambos os partidos fazia crer que, uma vez no poder, liberais e conservadores²¹ se diferenciavam muito pouco na condução do país (HORBACH, 2007, p. 215).

Além dos partidos, a representatividade do parlamentarismo brasileiro passa pelas práticas eleitorais adotadas, já que a eleição é o modo mais claro de pressionar o governo e demonstrar as tendências da vontade política nacional. O Brasil adotara um sistema de sufrágio parcial e indireto. Feita em dois níveis, os eleitores de primeiro grau (da paróquia) escolhiam os eleitores de segundo nível (da província), que por sua vez escolhiam deputados e senadores. Havia restrições de renda, sendo que os eleitores paroquiais precisavam ganhar pelo menos cem mil réis anuais, enquanto os provinciais precisavam obter duzentos mil réis por ano. Para ser votado também era necessária uma renda mínima, precisando os políticos ganhar quatrocentos e oitocentos mil réis anuais para os cargos de deputado e senador²² respectivamente. Existiam outras restrições além da renda para o direito ao voto. Menores de 25 anos (ou 21 se casado, oficiais militares, bacharéis formados e clérigos de ordens religiosas), filhos que vivessem com os pais (exceto se servisse em ofício público), criados de servir e religiosos de clausura no caso de eleitores de primeiro grau. Os eleitores de segundo grau não poderiam ser libertos nem criminosos denunciados por querela ou devassa. Além disso, a constituição também negava direitos políticos a todo aquele não católico.

As eleições durante o Império foram marcadas, além da exclusão da grande maioria da população, pela fraude. As eleições eram conduzidas por agentes administrativos nomeados pelo gabinete, que frequentemente manipulavam votos para a escolha de candidatos alinhados com o governo da situação. Além disso, também estavam envolvidos nas fraudes eleitorais de forma direta os presidentes de província, a policia, a guarda nacional, o judiciário e o clero, todos subordinados ao governo central. Com o tempo, algumas modificações no sistema eleitoral foram feitas e somente no fim do período imperial a eleição de forma direta foi estabelecida com a Lei Saraiva de

²¹ Em 1870, a partir de uma facção extremada do Partido Liberal, forma-se o Partido Republicano com o lançamento do Manifesto de Itu e o jornal *A República*. A nova legenda não teve grande influência na evolução do parlamentarismo no país, tendo contribuído para sua extinção com a proclamação de uma república presidencialista em 1889.

²² Para ocupar a cadeira no Senado, o postulante ainda precisava ser escolhido pelo imperador dentro de uma lista tríplex formada com a eleição, como já citado.

1881, além do direito ao voto ser estendido a não católicos e libertos, bem como aos naturalizados brasileiros. Ainda assim, com uma população estimada em 12 milhões²³ de pessoas, somente 150 mil foram alistados a votar em outubro de 1881, sendo computados pouco mais de 96 mil votos na primeira eleição direta para deputado. A eleição direta marcaria uma transição na influência sobre o voto dos eleitores. Se antes da Lei Saraiva, a fraude emanava do poder central, cujos representantes organizavam os pleitos e a contagem dos votos, a partir do novo regramento, as oligarquias locais passariam a direcionar a escolha dos representantes, prática que seguiria até a Primeira República (HORBACH, 2007, p. 220).

O viciado sistema eleitoral dificultava ao máximo a atividade de uma atividade fundamental para um regime parlamentar e democrático. Sem uma oposição atuante, os prejuízos ao país eram visíveis a ponto do próprio imperador reconhecer a necessidade de elementos para fiscalizar o governo, reclamar contra violações das garantias sociais e contra o prejuízo dos interesses públicos. Com uma realidade tão adversa, a oposição acabaria se mostrando mais ativa em duas vias. Tanto no Senado quanto na imprensa, os gabinetes do Império sofriam severas críticas, já que com eleições fraudadas, a Câmara dos Deputados basicamente era composta pelo partido da situação e o consenso legislativo era a regra. Durante o Império, os jornais contaram com grande liberdade de atuação. Ambos os partidos possuíam periódicos tanto na Corte quanto nas províncias para se manifestarem e induzir a formação da vontade política na população. Havia inclusive verba secreta nos ministérios para financiar jornalistas, o que demonstra o reconhecimento da força da imprensa na sociedade por parte do governo. Periódicos críticos ao governo não sofriam censura e mesmo nos últimos anos da monarquia, os jornais republicanos puderam atuar sem restrições. Por sua vez, o fato de o Senado ter se tornado foco de oposição é uma das peculiaridades do regime monárquico brasileiro, já que era esperado que a casa fosse a representante das ideias conservadoras e que garantisse a estabilidade do país. Para que isso acontecesse, o mandato dos senadores era vitalício, o que supostamente os manteriam fora das paixões e arroubos políticos momentâneos. Ironicamente, tal condição foi justamente o que possibilitou os senadores

²³ Fonte: *Estatísticas do povoamento – Evolução da população brasileira*. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>. Acesso em 09/12/2020.

a ganhar vida autônoma no cenário político nacional ao não depender mais de eleições. Os partidos conduziam ao Senado seus principais líderes e uma vez que sua agremiação não era mais governo, o embate se iniciava em uma combativa oposição, já que a Câmara ficava dominada pela situação.

Ainda que não previsto na Constituição, a prática das instituições políticas do Império levou ao desenvolvimento de um sistema parlamentarista. Entretanto, ao contrário do modelo inglês, no qual o Parlamento é o centro do poder, no Brasil monárquico, Dom Pedro II era o foco das decisões tomadas pelo governo. As prerrogativas do Poder Moderador faziam com que o imperador pudesse nomear e demitir ministros conforme sua vontade e assim, direcionar os rumos do governo e do país. Não governou diretamente, mas sempre que achou necessário, interferiu nos gabinetes conforme seu arbítrio, sobrepondo-se a Assembleia, órgão que por definição, deveria formar o governo parlamentar. A alternância de poder entre liberais e conservadores era promovida pela Coroa e a partir da definição da legenda que ocuparia os ministérios, a formação de maioria da Câmara se dava por eleições fraudadas.

Baseado em dez pontos elencados por Douglas Verney para analisar o sistema parlamentar inglês, Carlos Horbach (HORBACH, 2006; 2007) compara as realidades políticas brasileiras e britânicas do século XIX e com seus paralelos pensa a prática parlamentar no país. O autor indica pontos de convergência, como a separação entre chefe de Estado e de governo, efetivada em 1847 com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros. Outros elementos também aproximam as duas realidades, como a possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados, prerrogativa do Poder Moderador já prevista na Constituição desde sua elaboração. Por outro lado, outros aspectos se distanciavam de um parlamentarismo clássico. Verney aponta que no regime inglês, o Parlamento como um todo é superior ao governo, condição que não ocorreu no Império brasileiro, já que a prática constitucional acabou possibilitando com que o presidente do Conselho de Ministros tivesse mais poderes que o Legislativo enquanto o gabinete contasse com a confiança de Dom Pedro II. Mas a condição que mais afasta o parlamentarismo brasileiro do modelo clássico é o foco de poder do sistema político. Como já citamos, o imperador detinha a titularidade dos Poderes Moderadores e Executivo e com tamanha concentração de funções, nulificava outras instituições. Entre elas, a Assembleia, justamente a fonte de poder de um governo parlamentar. O absolutismo de tradição portuguesa representado por Dom Pedro I fora transformado em

um governo com traços parlamentares, mas ainda com uma concentração de poderes desproporcional nas mãos do imperador em relação a outras instituições. Dom Pedro II não estava submetido a regramento de um sistema parlamentar, reinando com um poder pessoal que passou por algumas mediações feitas por instituições do regime de gabinete de inspiração inglesa. O parlamentarismo praticado foi uma nuance, um governo híbrido, classificado como parlamentarismo “à brasileira”, “invertido” ou “às avessas” dado suas características. Foi um sistema político construído por elites personalistas e um eleitorado fraco. Um parlamentarismo em que homens representavam mais que instituições (HORBACH, 2007, p. 230).

1.3.2 PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 7 de julho de 1889 toma posse aquele que seria o último gabinete da monarquia, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto. Pretendendo fazer reformas para salvar a monarquia, Ouro Preto tem ciência que o clima no país não favorecia a manutenção do regime. O imperador estava envelhecido e sua filha e sucessora, princesa Isabel, não contava com o mesmo prestígio do pai. O príncipe consorte, conde d’Eu era mal visto e se temia que com a morte do imperador, o nobre de origem francesa assumisse o comando do país. As ideias republicanas já circulavam pelo país há anos e muitos políticos já previam a chegada da República. Ouro Preto era um monarquista convicto e não pretendia preparar o Brasil para a chegada de um novo regime. Suas reformas pretendiam mostrar que a monarquia podia continuar regendo o país e com as mudanças pretendidas procurou ampliar aspectos democráticos do sistema político. Para isso, o presidente propôs terminar com a exigência de renda mínima para o direito ao voto; o estabelecimento de mandato para senadores, retirando o caráter vitalício do cargo; liberdade de culto público para além da Igreja Católica; esvaziamento das funções do Conselho de Estado; possibilitar a escolha dos executivos municipal e provincial pela população (REVERBEL, 2014, p. 56). As reformas foram bloqueadas na Câmara de maioria conservadora e uma renovação no regime não aconteceu. As frequentes eleições fraudulentas, as reivindicações de militares por mais direitos e reconhecimento após a Guerra do Paraguai, o fim da escravidão e seus desdobramentos econômicos e a perda de apoio entre as elites, principalmente a cafeicultura, vinham aumentando o desgaste do regime monárquico até que o golpe de 15 de novembro de

1889 ocorre. No entanto, o sucesso da derrubada da monarquia e a proclamação da República não eram inevitáveis. O resultado do golpe era incerto e existiram reações pelo país contra o novo regime, seja através de levantes armados, seja por articulações políticas ocorridas nos meses seguintes ao 15 de novembro.

Dom Pedro II não ofereceu resistência à deposição e acaba exilado na Europa junto com a família real. Entre os monarquistas, houve uma divisão entre duas tendências. Os adesistas, que aceitaram a troca de regime, ainda que estivessem vinculados à antiga política imperial e os restauradores, que desejavam o retorno à velha ordem. Estes estiveram envolvidos nas disputas políticas nos primeiros anos republicanos, dificultando a consolidação da República. Esperavam que uma rearticulação de suas forças políticas garantisse uma grande presença na Constituinte que viria, impedindo a consolidação do movimento militar iniciado em 15 de novembro e na melhor das hipóteses, a restauração da monarquia (SILVA, 2012a, p. 11).

O governo provisório que se segue até a promulgação da nova Constituição em 1891 é conturbado. O primeiro presidente, marechal Deodoro da Fonseca sofre com diversos focos de resistência e a inaptidão política do velho oficial faz com que seu governo adquira ares de uma ditadura militar. Desconfiados e temerosos, os deputados e senadores constituintes trataram de apressar a aprovação de um texto final para por fim as ações arbitrárias de Deodoro. Entre seus integrantes estavam juristas e profissionais liberais pertencentes a clubes republicanos, militares, positivistas e monarquistas adesistas que analisaram três projetos inspirados nas constituições dos Estados Unidos, Argentina e Suíça. Ao longo dos debates, dois grupos surgem separados pelo seu entendimento sobre o federalismo a ser adotado pela República. Durante o período monárquico, o governo era acusado de um centralismo excessivo e uma maior autonomia das províncias era uma das pautas republicanas. Na Constituinte, o grupo dos unionistas liderados pelo senador baiano Rui Barbosa pretendia um modelo federativo centralizado, com maiores poderes concedido à União, enquanto os federalistas, cujo grupo era integrado pelos deputados rio-grandenses Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, além do senador paulista Campos Sales, eram favoráveis a um leque maior de competências conferido aos estados, dando-lhes maior autonomia (FRANCISCO, 2010, p. 10). O grupo dos federalistas era formado pelos positivistas, influenciados pelas ideias de Augusto Comte e pregavam uma “ditadura científica”, na qual o Poder

Executivo teria uma total preponderância sobre o Legislativo (BALEEIRO, 2012, p. 24).

O projeto da Constituição apresentado pela Constituinte foi revisado pelo Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório e reconhecido jurista. A versão final consagraria uma república presidencialista do tipo norte-americano, com a tripartição de poderes independentes pensada por Montesquieu e uma organização federativa pendendo para os moldes unionistas. A Constituição de 1891 e o sistema político da Primeira República seriam uma reação ao modelo imperial anterior, cuja monarquia parlamentarista era considerada centralizadora, pouco representativa, tendo o Poder Moderador sido alvo de severas críticas por parte dos republicanos. A luta republicana passou pelo federalismo, liberalismo e pela reforma do sistema eleitoral com uma maior participação política dos cidadãos. A República deveria, em tese, proporcionar a separação dos poderes e o princípio da representatividade com uma maior participação dos cidadãos²⁴. Assim, o federalismo instaurado já nos primeiros anos da República consegue promover uma grande autonomia política e econômica nos estados. Por sua vez, segundo o entendimento da elite política republicana, o sistema parlamentarista estava associado à monarquia e supostamente contrariaria o princípio da separação de poderes, não fazendo sentido em uma República (ROUSTON JUNIOR, 2016, p. 100), já que a relação entre o Executivo e Legislativo poderia ser de quase fusão, como no modelo britânico. A opção republicana recaí sobre o presidencialismo, cuja figura máxima seria o titular do Poder Executivo e unificaria as chefias de Estado e governo. O presidente teria mandato de período fixo e poderia nomear livremente seu ministério para a condução da administração federal.

Mas ainda que o grupo dos positivistas integrado por Júlio de Castilhos fosse preterido na Constituinte, o princípio federalista da nova carta concedia aos estados a competência de se organizar a partir das próprias constituições, desde que respeitadas os princípios constitucionais da União, como a forma republicana e representativa, o presidencialismo, a independência e harmonia dos poderes e a temporariedade de

²⁴ A Constituição de 1891 retira exigência de renda mínima para o direito ao voto, mas por outro lado, proíbe a votação de analfabetos. Além disso, as mulheres continuam sem direito ao sufrágio, excluindo assim grande parcela da população. Com o voto aberto, as fraudes eleitorais continuaram durante a República, comandadas agora pelo coronelismo e oligarquias locais. O aumento da representatividade no primeiro período republicano seria solapada pelas motivações das elites estaduais, interessadas na perpetuação de seu *status quo* e inviabilizando avanços significativos na construção da cidadania (RESENDE, 2008, p. 119).

funções eletivas. Júlio de Castilhos pertencia ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado em 1882 e retorna ao Rio Grande do Sul, onde integraria a comissão responsável por elaborar um projeto constitucional. O documento seria elaborado apenas pelas mãos de Castilhos, tendo Assis Brasil e Ramiro Barcelos, os outros dois membros da comissão, negado a participação na versão final publicada em 14 de julho de 1891. A carta teria profunda influência positivista, corrente filosófica que Castilhos não conseguira inculcar de maneira mais abrangente na Constituição brasileira e que direcionaria a política rio-grandense por toda a Primeira República. No documento estadual, os Poderes Executivo e Legislativo foram concentrados nas mãos da presidência, tornando a Assembleia dos Representantes um mero órgão orçamentário. O autoritarismo constitucional permitia ao presidente instituir leis por decretos, interferir em qualquer manifestação contrária ao governo e estabeleceu mecanismos que favoreciam a perpetuação do grupo situacionista no poder. (ROUSTON JUNIOR, 2016, p. 89-90).

A publicação das constituições não garantiu a estabilidade ao país. O presidente Deodoro da Fonseca não conseguia entendimento com o Congresso, a inflação aumentava agravada pela política de encilhamento de Rui Barbosa e os monarquistas seguiam com ferozes críticas à República. O presidente acabaria mandando o Exército fechar o Congresso²⁵ e declarando estado de sítio. Os parlamentares reagem, junto com setores da elite econômica e militar e na Marinha, a Primeira Revolta da Armada isola o governo. Sem opções, Fonseca acaba renunciando em 23 de novembro de 1891, assumindo o vice, marechal Floriano Peixoto, que conspirara para a derrubada do presidente (ARIAS NETO, 2008, p. 213). No Rio Grande do Sul, a convulsão no Rio de Janeiro faz Júlio de Castilhos, eleito presidente do estado desde julho de 1891, perder sustentação política e as garantias de intervenção federal em caso de desordem. Abandonaria o cargo pressionado pela oposição, ocupada então por uma série de governantes e juntas provisórias, período conhecido por “governicho” (REVERBEL, 2014, p. 127). Os novos mandatários não conseguiram pacificar o estado, que seguia mergulhado em brigas, perseguições e assassinatos de cunho político. A instabilidade faz com que o governo federal, agora sob a chefia de Floriano Peixoto, intervisse e

²⁵ Durante a Constituinte de 1890-91, Deodoro da Fonseca deseja incluir dispositivo que permitisse ao presidente dissolver o Congresso, mecanismo descartado dado as inspirações norte-americana e argentina da carta, que não previam tal mecanismo (BALEEIRO, 2012, p. 24). Fonseca faria cumprir sua vontade pela força, mas isso lhe custaria o mandato.

negociasse com os opositores a recondução de Castilhos ao poder. O acordo consistia na posse e imediata renúncia para que o vice-presidente estadual Vitorino Monteiro²⁶ convocasse novas eleições. Após castigar por meses o governo local com críticas publicadas pelo jornal *A Federação*, órgão de imprensa oficial do PRR, Castilhos novamente ganharia a eleição, tomando posse em janeiro de 1893 em um estado profunda e violentamente dividido.

A oposição aos republicanos remota à política da época monarquista. A hegemonia política nos últimos anos do período imperial no Rio Grande do Sul havia sido conquistada pelo Partido Liberal, sob a liderança incontestada e autocrática de Gaspar Silveira Martins. Quando a República foi proclamada, os republicanos são alçados ao poder pelo governo provisório e Gaspar Martins é preso e exilado na Europa. Mas ainda que os republicanos estivessem no poder, os antigos liberais continuaram a ser uma forte presença política nos anos seguintes. Gaspar Martins retornaria do exílio em 1892 e passa a integrar a oposição aos republicanos e a Júlio de Castilhos, aos quais se contraporam os liberais e conservadores do período monárquico, além de dissidências republicanas (ROUSTON JUNIOR, 2016, p. 73). As disputas políticas daquele período frequentemente acabavam em violência e o entendimento entre os postulantes ao poder estadual parecia uma possibilidade remota. Como forma de organizar uma oposição mais efetiva ao governo estadual, em março de 1892 é fundado o Partido Federalista (PF) no Congresso de Bagé. Na nova legenda, o liberal Gaspar Martins e o general Silva Tavares, oriundo do Partido Conservador e antigo adversário de Martins tornam-se aliados e representam os anseios dos grandes pecuaristas. A maior parte dos quadros dos federalistas vinha dos liberais e inicialmente adotam um programa voltado para o Rio Grande do Sul, sem propostas de âmbito nacional²⁷. As bandeiras levantadas pelo partido incluíam o parlamentarismo; a revogação da Constituição Estadual de 1891; a diminuição do mandato do presidente do estado de cinco para quatro anos, sem reeleição; a votação para deputados estaduais por distrito com votos incompletos para

²⁶ Monteiro deixaria o cargo de presidente estadual para assumir como deputado na capital federal. Em seu lugar, assumiu Fernando Abott.

²⁷ A partir de 1896, os federalistas passariam a defender propostas de abrangência nacional, como a defesa de uma República parlamentar, com eleição do presidente pelo Congresso Nacional, reforma da bandeira nacional para suprimir o lema positivista “Ordem e Progresso”; proibição de militares na política; uma maior centralização política feita através de representante federal nomeado pelo presidente, encarregado de fiscalizar os serviços da União nos estados; possibilidade de intervenção do governo federal nos estados em caso de guerra civil sem que haja pedido do Executivo estadual (ROUSTON JUNIOR, 2016, p. 76).

garantir a representação da minoria; atribuir aos deputados estaduais a prerrogativa de propor projetos de leis, função primordial do Poder Legislativo.

Em uma visão simplificada da situação política, o Rio Grande do Sul estava dividido em dois lados em 1893, logo após a posse de Castilhos na presidência. O governante estadual e os republicanos de um lado, apoiados pelo presidente Floriano Peixoto e os federalistas capitaneados por Gaspar Martins de outro, acusados de desejarem o retorno da monarquia. A tensão e os sucessivos confrontos locais a cada sobressalto político fazem estourar uma sangrenta guerra civil entre 1893 e 1895, conhecida como Revolução Federalista. Iniciada com a tomada de localidades na fronteira com o Uruguai, tropas federalistas que haviam se refugiado no país vizinho em anos interiores começa uma campanha militar que se estenderia por três anos e chegaria a adentrar os estados de Santa Catarina e Paraná.

O objetivo direto da Revolução era a derrogação da Constituição estadual de 14 de julho de 1891, que aluía a separação dos Poderes e facultava ao mandatário reeleições indefinidas, bem como a remoção de Castilhos do Governo. Se combatia também, entretanto, o Regimento Eleitoral Alvim²⁸ e o presidencialismo florianista. Já, para os castilhistas, resistir tratava-se de consolidar a hegemonia republicana positivista e não parlamentar, além de afastar o fantasma da restauração monárquica, igualmente temido por Floriano Peixoto (AXT, 2018, p. 115).

Os conflitos colocaram frente a frente as tropas federalistas, também chamadas de maragatos e comandadas a partir do Uruguai e Argentina, com as tropas republicanas, conhecidas como pica-pau ou chimangos, apoiadas pelo Exército brasileiro. Além dos conflitos nos estados sulinos, no Rio de Janeiro, em setembro de 1893 um novo levante na Marinha exigiria de Floriano Peixoto a convocação de novas eleições, já que a Constituição previa novo pleito caso o cargo de presidente ficasse vago antes da metade do mandato, o que ocorrera com a renúncia de Deodoro da Fonseca. A Segunda Revolta da Armada levou preocupação ao governo central, pois a Marinha era um tradicional foco monarquista, mas com dificuldades nas batalhas travadas na capital federal, seus líderes rumam para o sul para estabelecer uma conexão com os revoltosos federalistas. As duas frentes de combate não conseguem uma boa articulação e os marinheiros revoltosos são derrotados em 1894 na cidade de Desterro, atual Florianópolis, onde haviam estabelecido um governo paralelo. Em terra, os

²⁸ O Regime Eleitoral Alvim de 1890 estabeleceu que a realização, fiscalização e apuração seriam realizadas pelos Conselhos de Intendência Municipal, indicados pelas autoridades estaduais. Essa situação permitia o domínio das eleições pelos governistas (FRANCISCO, 2010, p. 3) e impediu o ingresso de deputados opositores ao PRR por anos na Assembleia dos Representantes.

maragatos levariam os combates até o ano seguinte, quando desgastados pelas longas campanhas e sem conseguir derrubar Castilhos, garantido pelo governo central, assinam a paz e são anistiados. A ditadura castilhista estava consolidada e o fantasma da restauração da monarquia, sepultado²⁹.

Nos anos seguintes, Júlio de Castilhos e o PRR atuavam com constante autoritarismo para manter o controle do estado, mantendo as fraudes eleitorais que a muito marcavam a política nacional. A consolidação dos republicanos no poder marcaria também uma mudança na base de apoio do governo estadual. Enquanto os antigos liberais e conservadores se apoiavam nas oligarquias pecuaristas da Campanha, o PRR teria nos setores de produção mais modernizada do norte do estado e profissionais liberais urbanos seu respaldo político (OLIVEIRA, 2018, p. 101). Borges de Medeiros substituiria Castilhos na ditadura positivista em 1898, mantendo o controle total do legislativo estadual, já que todos os membros da Assembleia de Representantes eram do PRR. O Partido Federalista conseguiria eleger um representante em 1913 e dois em 1917 depois que concessões do governo foram feitas para garantir a participação de minorias, sem que isso alterasse o quadro político geral.

A derrota em 1895 e o autoritarismo do governo nacional e estadual não impediu que o presidencialismo da Primeira República fosse questionado e a bandeira parlamentarista continuasse hasteada. Rui Barbosa, senador constituinte que havia revisado a Constituição de 1891 artigo por artigo, percebe os limites e desvirtuamentos pelos quais a República vinha passando na década de 1910. Baseando-se em preceitos liberais clássicos, via o Executivo nacional e seus aliados nos estados exercerem seu poder de forma quase ilimitada, em um país no qual a separação de poderes vigorava de maneira muito precária. Cooptando Congresso e Judiciário, limitando as liberdades civis, perseguindo opositores e intervindo nos estados considerados adversários, o Poder Executivo não encontrava, na prática, contenção dos outros poderes da República (CINTRA, 2016, p. 204). Barbosa se lançaria a candidato a presidência da República em 1910 propondo reformas na Constituição, mas sem sugerir a adoção do regime de

²⁹ Os que lutaram contra Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto entre 1893 e 1895 eram um grupo heterogêneo politicamente e não necessariamente desejavam o retorno da monarquia, ainda que os republicanos tenham se esforçado para lhes atribuir tal imagem. Gaspar Silveira Martins, principal líder intelectual do levante, havia declarado em sua chegada do exílio na Europa que desejava uma república parlamentar (REVERBEL, 2014, p. 175). Por sua vez, entre os líderes da Revolta da Armada estava o almirante Saldanha da Gama, monarquista engajado na defesa da restauração da Coroa (AXT, 2018, p. 120).

gabinete. Somente no final da vida Barbosa deixaria mais explícita sua simpatia ao parlamentarismo, quando em sua obra *Queda do Império* escreve sobre o sistema, que considera capaz de proporcionar uma ideal disputa de ideias, ao contrário do presidencialismo, que fica limitado pela autoridade do chefe da nação. Também diferencia as câmaras legislativas: enquanto no governo parlamentar, essas seriam escolas, no presidencialismo o legislativo se torna uma praça de negócios (BALEEIRO, 2012, p. 37).

No Rio Grande do Sul, um importante bastião na defesa do parlamentarismo foi o jornal *A Reforma*³⁰. Com sede inicial em Porto Alegre, foi fundado em 1869 como órgão do Partido Liberal, prosperando com a liberdade de imprensa existente durante o Império e tendo Gaspar Silveira Martins como principal diretor na época. Durante a formação do Partido Federalista, foi importante veículo para a articulação da legenda, chegando a distribuir em algumas edições vinte mil exemplares de forma gratuita por todo estado. Mas contrastando com o período anterior, na Primeira República o jornalismo foi uma atividade perseguida e por pressão policial exercida pelo governo castilhista, *A Reforma* fecha as portas em 1892 (RÜDIGER, 1998, p. 34). Quatro anos depois, passada o levante de 1893, o jornal retoma a publicação sem conseguir o mesmo prestígio, mas ainda uma liderança na imprensa liberal rio-grandense. Como forma de arregimentação política, transfere sua edição para a zona sul do estado, sendo publicada em Rio Grande (1904) e Pelotas (1906), retornando à capital em 1911.

A Reforma se tornaria o principal instrumento jornalístico de divulgação das teses parlamentaristas e unionistas do Partido Federalista e se manteria fiel as suas diretrizes ideológicas. O jornal se mostraria contrário ao apoio a candidatura de Fernando Abott, dissidente republicano para a presidência do estado em 1907. O periódico entendia que a adesão à candidatura:

[...] representaria o sacrifício da mais tradicional bandeira defendida pelo partido: o *parlamentarismo*. Nesse sentido, caso aquela união das oposições viesse a se concretizar, levaria, no seu entendimento, ao desaparecimento do próprio partido gasparista. Além disso, Abbott era constantemente lembrado nas páginas de *A Reforma* como o sanguinário oponente durante a Revolução Federalista de 1893 (ROUSTON JÚNIOR, 2016, p. 86).

³⁰ Eduardo Rouston Junior (2016, p. 88) destaca a atuação de mais três jornais federalistas, publicados na zona sul do estado do Rio Grande do Sul, principal região de sustentação do partido, sendo eles: *O Maragato* (Rivera/Santana do Livramento), o *Echo do Sul* (Rio Grande) e o *Correio do Sul* (Bagé). O autor destaca que os periódicos reproduziam com frequência artigos de outros jornais, principalmente do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que viria a ser tornar uma espécie de frente organizada para opor-se ao situacionismo oligárquico da época.

Para tecer as críticas aos governos do PRR no estado, *A Reforma* destacou como o positivismo estava sem prestígio no mundo intelectual e político, tornando-se uma experiência frustrada e uma aberração no país. A corrente filosófica de Comte seria um elemento exótico e impróprio à realidade brasileira e em texto de 1906, chega a reivindicar o passado farroupilha. Segundo o jornal, naquela época havia o exercício pleno dos direitos individuais e liberdade de expressão, algo que na República positivista não se encontrava mais, situação que justificaria outra revolução (ROUSTON JÚNIOR, 2016, p. 94). Com baixas tiragens e dificuldades financeiras, *A Reforma* teria suas atividades encerradas em 1912 por determinação do diretório central federalista.

O domínio do PRR no Rio Grande do Sul seguia nos anos 1920 sob Borges de Medeiros, que apresenta pela quinta vez seu nome como candidato a presidência do estado nas eleições de 1922. Diversos setores se mostravam descontentes com o longo governo borgista e a falta de renovação política provoca insatisfação inclusive entre republicanos. Uma ampla frente, a Aliança Libertadora, arregimentada a partir de federalistas e dissidências republicanas, forma-se para fortalecer a oposição a Medeiros, sendo o veterano Joaquim Francisco de Assis Brasil o escolhido para disputar a eleição. Antigo republicano, Assis Brasil estava afastado da política desde seu rompimento com o cunhado Júlio de Castilhos e aceita concorrer pois considera que o povo não era representado no exercício do poder do estado, levando ao despotismo da época (TAUFER, 2008, p. 29).

O domínio do PRR sobre o processo eleitoral e as fraudes garantem uma nova vitória a Borges de Medeiros. Em 25 de janeiro de 1923, dia seguinte ao anúncio do pleito, uma nova revolta armada se inicia no estado. A Revolução de 23 se espalha pelo interior e conta com veteranos do levante de 1893. Seus líderes tem ciência que não estão em condições de ganhar o conflito pelas armas já que o número de seus homens equivale à metade das tropas oficiais, cerca de doze mil. Evitando embates diretos e sem um comando centralizado, os revoltosos esperavam criar um clima de tensão política grande o suficiente para justificar uma intervenção federal, que acaba não ocorrendo. O conflito se estenderia por todo o ano de 1923 e após negociações mediadas por representantes do presidente da República Artur Bernardes, os dois lados assinam a paz no Tratado de Pedras Altas. Quase todos os pontos pretendidos pelos revoltosos foram

atendidos, ficando vetada nova eleição de Borges de Medeiros, que poderia concluir o mandato iniciado no início do ano, concessão aceita pelo lado assistista.

Nas eleições seguintes de 1924 e 1927, a coligação provisória da Aliança Libertadora se repetiria, colocando lado a lado os federalistas herdeiros de Gaspar Martins e os dissidentes republicanos liderados por Assis Brasil. Entendendo que houve uma boa relação entre tais grupos, outro congresso é convocado em Bagé em 1928 para oficializar uma nova legenda e fortalecer suas ações políticas. O Partido Libertador (PL) nasce liderado por Assis Brasil na presidência e Raul Pilla como vice-presidente da legenda³¹. Com alguma divergência inicial causada pela escolha sobre qual sistema de governo a ser defendido, a corrente presidencialista de Assis Brasil e parlamentarista dos federalistas chegam a um acordo. Decidem-se por eleições indiretas para presidente da República, um governo coletivo e quando fosse oportuno, a bandeira parlamentarista poderia ser retomada (TAUFER, 2008, p. 32).

Borges de Medeiros terminaria seu mandato na presidência do estado em 1928 e para seu lugar seria eleito Getúlio Dornelles Vargas do PRR. Pertencente a um grupo que ficaria conhecido como “geração de 1907³²”, Vargas representava a renovação dos quadros republicanos que tantos setores do estado desejavam. Vargas inicia um período de conciliação política no Rio Grande do Sul, com o reconhecimento dos espaços conquistados e candidatos eleitos pela oposição em diversos municípios, além de cessar com a repressão policial como prática política frequente. A estratégia do novo presidente estadual incluiu ainda a concessão de empréstimos a juros baixos e auxílios através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente para produtores de charque e arroteiros, além de conseguir junto ao governo federal legislação que combatia o contrabando de charque, antiga reivindicação do setor (TAUFER, 2008, p. 41). Atendida em diversos interesses, os pecuaristas do sul do estado que formam a base

³¹ Assim como o Partido Federalista e o Republicano Rio-Grandense, o PL fundaria um jornal para divulgar seus ideais. *O Estado do Rio Grande* (1929-1961) explicitaria o perfil liberal-conservador do partido, ao abordar principalmente notícias político-administrativas, além de publicar textos ligados ao comércio, indústria e agropecuária. Movimentos sociais como greves e assuntos sindicais não encontraram grande espaço em suas páginas e quando apareciam, estavam sob uma ótica conservadora liberal, quando não encarados como agitação comunista. Apesar da declaração de fundação do partido ter elencado artigos sobre a questão social, a mobilização dos libertadores acontecia principalmente para assuntos políticos como sistema eleitoral, liberdade de opinião, independência do Judiciário e Legislativo e limitação dos poderes do Executivo (TAUFER, 2008, p. 52).

³² Sobre a geração de 1907, ver (GRIJÓ, 1995).

econômica do PL se aproximam dos antigos adversários do PRR. O entendimento entre os grupos políticos do estado permitiria a Vargas alcançar objetivos maiores.

A sucessão presidencial na Primeira República vinha ocorrendo a partir de um acordo tácito entre as maiores oligarquias do país. São Paulo e Minas Gerais se alternavam na cadeira de presidente da República, no que ficou conhecido como “política café com leite”. Entretanto, em 1929 o paulista Washington Luís indica como sucessor o também paulista Júlio Prestes, rompendo a dinâmica que se estabelecera até então com Minas Gerais. O PRR de Getúlio Vargas entra em acordo com o Partido Republicano Mineiro (PRM) e seu nome é lançado para concorrer à presidência, tendo como vice João Pessoa, governador da Paraíba. A Aliança Liberal estava formada e além de representantes gaúchos, mineiros e paraibanos, era composta por grupos de oposição ao governo federal de outros estados e facções civis e militares³³ descontentes. Com a composição nacional formada, Vargas envia representante ao congresso do PL em Bagé, comprometendo-se com propostas dos libertadores, como a constituição de uma Justiça Eleitoral e a mudança do controle do processo de votação que até então estava sob responsabilidade do Poder Legislativo. Com o acerto entre o PRR e o PL, a Frente Única Gaúcha (FUG) estava lançada em agosto de 1929 com o objetivo de garantir a eleição de Vargas à presidência (BUENO, 2006, p. 97).

Tal qual anos anteriores, as eleições de março de 1930 foram fraudadas pelos dois lados e sendo situação, os paulistas conseguiram melhores resultados nas alterações dos votos. Júlio Prestes seria proclamado o vencedor mas não assumiria. Ainda que Getúlio Vargas tenha aceitado o resultado do pleito, seus correligionários o rejeitam e articulam o movimento revolucionário que inicia em 3 de outubro. Washington Luís é derrubado em novembro, marcando o fim do levante armado da Revolução de 30. Um novo capítulo se iniciava na República brasileira.

³³ O tenentismo como movimento de jovens oficiais que pegam em armas para se oporem às oligarquias regionais foi um fenômeno dos anos 1920, sendo uma resposta aos anseios de classes médias populares. Sem sucesso em seus levantes pelo país, seus integrantes apoiariam a Revolução de 30 e posteriormente comporiam o governo Vargas que se iniciava (LANNA JÚNIOR, 2008, p. 316).

1.3.3 OS ANOS VARGAS 1930-45

Alçado ao poder do governo provisório, Getúlio Vargas estabeleceria um governo centralizador e intervencionista. O Congresso Nacional e assembleias estaduais e municipais são fechados, presidentes dos estados depostos e a Constituição de 1891 revogada. O governo era feito por decretos-lei e interventores são nomeados para governarem os estados e outros cargos na administração pública. Sobre a situação do país após o sucesso da Revolução de 30, o debate interno no PL estava dividido. Raul Pilla se posiciona por uma junta militar governando o país enquanto uma Assembleia Constituinte era convocada para dali a três ou quatro meses. No entanto, a tese vencedora seria a defendida por Assis Brasil, que apoia a manutenção de Vargas na condução do Brasil. O apoio ao presidente provisório garantiria ao veterano político a nomeação para o Ministério da Agricultura, assim como postos importantes para outros libertadores (TAUFER, 2008, p. 44). Com Assis Brasil na capital federal, Raul Pilla passaria a comandar o PL no estado, aumentando seu domínio sobre o partido.

O governo provisório se prolonga por meses, tendo interventores nos estados subordinados diretamente a Vargas, sendo trocados eventualmente para satisfazer as oligarquias locais. A centralização de decisões e medidas implementadas para modificar a economia, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para mediar as relações de trabalho entre patrões e empregados não indicavam que haveria uma troca de poder tão cedo. Pressionado, o governo procura agradar a aliados da Aliança Liberal. Edita em fevereiro de 1932 o Código Eleitoral, estabelecendo a Justiça Eleitoral, além do sufrágio universal direto e secreto, com a inclusão das mulheres no direito ao voto, mas ainda sem analfabetos, praças e religiosos de ordens monásticas (PANDOLFI, 2008, p. 23). Vargas encomendaria ainda um projeto de constituição, bem como marcaria as eleições para a Assembleia Constituinte. Ainda assim, São Paulo explodiria em armas em julho de 1932, exigindo o fim do regime ditatorial, mais autonomia para o estado e a constitucionalização do país. O estado se sentia o grande perdedor da Revolução de 30 e o grau de insatisfação era grande a ponto de milhares de pessoas se voluntariarem para lutar contra o governo centralizador. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha do PRR e setores do PL e da FUG tentam iniciar levantes para se unirem à causa constitucionalista, assim como em Minas Gerais, mas sem o mesmo sucesso de São Paulo. O levante seria derrotado militarmente em três

meses, mas obteria ganhos políticos. Vargas acelera a formação de uma Assembleia Constituinte, que se inicia em 1933.

Os trabalhos constituintes elaboram um anteprojeto baseado nas Constituições de Weimar e na carta republicana da Espanha. Diversas correntes políticas estavam representadas entre os constituintes, indo da novidade política daquele momento com membros de inclinações fascistas, passando por militares nacionalistas desconfiados dos limites da democracia liberal, admiradores de um Estado forte que promovesse justiça social até posturas de uma esquerda democrática (POLETTI, 2012, p. 17). O anteprojeto traria pontos inovadores em relação à Carta de 1891, tentando consolidar os ideais da Revolução de 30 de justiça e representação. Diversos pontos de cunho social são previstos como a proteção social do Estado à família e o estabelecimento de ensino primário obrigatório e gratuito nas escolas públicas.

Com relação a práticas parlamentaristas, algumas medidas foram previstas no anteprojeto. O Poder Legislativo seria unicameral, sendo o Senado transformado no Conselho Supremo, órgão técnico consultivo e deliberativo, com funções políticas e administrativas. Entre suas diversas funções, estaria a aprovação ou não de ministros de Estado e do prefeito do Distrito Federal e a possibilidade do Conselho instaurar junto a Assembleia Nacional processo de responsabilidade contra o presidente da República e seus ministros. Além disso, também foi previsto a eleição indireta do chefe do Executivo pela Assembleia Nacional (POLETTI, 2012, p. 24).

Na versão final aprovada da Constituição promulgada em julho de 1934, o Senado permaneceria como instituição, mas lhe foi atribuído funções de fiscalizar a legalidade de regulamentos vindos do Executivo, podendo suspender a execução de dispositivos considerados ilegais. A eleição indireta para presidente só aconteceria no âmbito da Constituinte, sendo escolhido Getúlio Vargas como presidente naquele momento, enquanto as escolhas seguintes seriam por eleição direta a partir de 1938. Outros dispositivos seriam incluídos na versão final de clara inspiração parlamentarista. O artigo 62 previa a possibilidade de deputados nomeados ministros de Estado não perderem seu mandato enquanto exercessem o cargo, sendo substituído por suplentes. Relativo a prestação de contas do governo ao parlamento, o artigo 37 previa que os deputados poderiam convocar ministros para prestar informações sobre assuntos de sua pasta, sendo considerado crime de responsabilidade a falta do ministro perante a

Câmara sem uma justificativa. Considerados como auxiliares do presidente da República (art. 59), os ministros de Estado também estavam sujeitos aos crimes de responsabilidade atribuídos ao chefe do Executivo (art. 57), caso o titular de uma pasta praticasse ou mandasse praticar algum ato definido na lei. Por fim, o ministro da Fazenda recebe atribuições especiais³⁴, em uma possível transformação para um primeiro-ministro no futuro (MADURO, 1988, p. 96-97).

No período constitucional do governo Vargas, a participação política ganha força, bem como manifestações sociais. Greves ocorrem no período e radicalizações políticas voltam a acontecer. Distúrbios nas eleições de outubro de 1934 para deputados federais e estaduais acontecem nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Em 1935, somente nove dos vinte interventores foram reeleitos como governadores nos estados, ainda que cinco em estados politicamente fortes, sendo eles São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Ainda em novembro do mesmo ano, um levante organizado pela Aliança Nacional Libertadora³⁵ (ANL), se inicia em Natal, com focos em Recife e Rio de Janeiro. Pretendiam derrubar o governo e instalar um governo popular. Mas sem o apoio esperado do operariado e falta de uma grande mobilização por todo país, o episódio foi rapidamente contido pelas forças de segurança.

Sem possibilidade de reeleição, mesmo sondado a possibilidade junto a congressistas para uma alteração constitucional, Vargas joga com o medo do comunismo e faz publicar na imprensa o “Plano Cohen”, documento que revelaria uma suposta preparação de comunistas para tomar o poder por meio de insurreições. Apesar do Congresso Nacional contar com expressivos setores oposicionistas e contrários à continuação de Vargas na presidência, o pedido do Executivo para a decretação do estado de guerra foi aceito. Alguns governadores se alinham com a manobra, garantindo a estabilidade em seus estados, enquanto em outros, há alguma resistência, mas sem conseguir barrar o golpe em andamento. Em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional é cercado e fechado pela Polícia Militar. Um novo regime se iniciava com

³⁴ Segundo o artigo 60 da Constituição, o ministro da Fazenda, além das atribuições de sua pasta, deveria organizar a proposta geral do orçamento de receitas e despesas de todos os ministérios e apresentar ao presidente da República o balanço definitivo de receitas e despesas do último exercício para ser enviado à Câmara dos Deputados, junto com o respectivo parecer do Tribunal de Contas.

³⁵ Organização criada para fazer oposição ao regime varguista, defendia propostas anti-imperialistas, reforma agrária e liberdades públicas. Composta por comunistas, socialistas e liberais descontentes, era liderada pelo ex-integrante do movimento tenentista e agora comunista Luís Carlos Prestes (PANDOLFI, 2008, p. 34).

Vargas à frente da ditadura do Estado Novo, garantido por setores militares e afastando parte de seus aliados na Revolução de 30.

O novo governo, liderado pelo antigo presidente, rapidamente lança diversas medidas para garantir a consolidação do regime. O Congresso permanece fechado, assim como todas as casas legislativas estaduais e municipais, a Constituição substituída por uma nova³⁶, elaborada a partir de orientações autoritárias e novos interventores são nomeados para os estados e municípios. Os partidos políticos são extintos, o federalismo é abolido com a proibição de símbolos estaduais e o pleno acolhimento das orientações do governo central pelos estados. A censura aos meios de comunicação é estabelecida e institucionalizada a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 e os inimigos políticos do regime, perseguidos. Nesse contexto, as características desse novo governo autoritário e sem a atuação de uma assembleia de representantes fez cessar qualquer possibilidade de práticas parlamentaristas serem exercidas ou desenvolvidas até o término do Estado Novo em 1945.

1.3.4 AS CONSTITUIÇÕES DE 1946 E 1947

A ditadura do Estado Novo começaria a mostrar sinais de esgotamento político no final de 1944. Os anos de combate ao nazi-fascismo na Europa refletiram no Brasil e inspiraram a organização de grupos que questionavam a política do governo de repressão e falta de democracia. Empresários, militares de alta patente e intelectuais de perfil liberal queriam menos interferência do Estado na economia, liberdade de expressão e o direito de escolher seus representantes. Por outro lado, Vargas ainda contava com apoio de setores da sociedade, principalmente de trabalhadores que haviam conquistado melhoras substanciais nas suas condições de vida e levaria ao surgimento do movimento Queremista³⁷. Pressionado, o presidente inicia um processo de transição

³⁶ A Constituição de 1937 teria como parâmetro a carta polonesa de 1935 de inspiração fascizante. A constituição rio-grandense de 1891 também é indicada como referencial dada a relação de Vargas com o governo castilhistaborgista. A possibilidade do presidente governar por decretos-lei e ter a iniciativa de elaboração de leis seriam indicativos das semelhanças entre as duas cartas (PORTO, 2012, p. 19)

³⁷ A melhora das condições de vida dos trabalhadores, seus vínculos com o regime estadonovista e suas continuidades no período posterior com o Trabalhismo foram analisadas por Angela Maria de Castro Gomes em *A invenção do Trabalhismo* (2005). Especificamente sobre o Queremismo, movimento a favor da troca de regime, mas com a continuidade de Vargas na presidência, ver (GOMES; ARAUJO, 1987) e (FERREIRA, 2003a).

política com o objetivo de manter algum controle sobre a mudança e não descartar sua continuidade no cenário político, algo desejado por diversos setores. Assim, eleições proporcionais para formar um novo Congresso são convocadas, sendo que 1946, o primeiro ano do mandato de deputados e senadores funcionaria como período constituinte. A eleição para a escolha de um novo presidente também são marcadas e um sistema pluripartidário implantado.

Para possibilitar a organização de novos partidos, é editado o decreto-lei 7586 que ficaria conhecido como Lei Agamenon³⁸, trazendo novidades em relação aos períodos anteriores ao Estado Novo. Pela primeira vez, as novas legendas deveriam ser de atuação nacional, registradas em cinco ou mais estados, contar com dez mil assinaturas aprovando sua criação e possuir personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. A atuação nacional pretendia romper com a tradição brasileira de estruturação regional dos partidos, o que garantia o poderio das oligarquias estaduais. Mesmo com o anúncio de mudanças na condução do país e apoio de parte da população, a oposição fazia barulho principalmente através da União Democrática Nacional (UDN), partido antivarguista desde sua organização inicial. Getúlio Vargas seria deposto por um golpe de militares de alto escalão e partiria para o exílio no Rio Grande do Sul, já que seu nome foi inviabilizado para concorrer no pleito de 2 de dezembro que elegeria o novo presidente brasileiro.

Além da citada UDN, outros dois partidos, ambos de base getulista, formaram uma trinca constituindo as principais legendas que atuaram na política nacional do período: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A UDN seria o principal foco antigetulista do período com seu liberalismo bastante contraditório, reunindo oligarquias preteridas na Revolução de 30, antigos aliados de Vargas que em algum momento se afastam do presidente, grupos liberais e setores da esquerda não identificados com trabalhistas ou comunistas. De perfil pragmático e flexível no trato político, o PSD seria composto principalmente pelos burocratas do Estado Novo e seus interventores, segmentos da classe média urbana e representantes das oligarquias estaduais que seguiam apoiando Vargas. Por sua vez o PTB foi formado a partir dos quadros do Ministério do Trabalho, reunindo também representantes do

³⁸ Em referência ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, que assume a pasta em fevereiro de 1945 para organizar o novo sistema eleitoral.

operariado, sindicalistas e tinha uma proposta nacionalista reformadora (DELGADO, 2008, p. 136-144).

Outros partidos também se formaram a partir de 1945³⁹ e entre eles, antigos libertadores decidem reorganizar o Partido Libertador para continuar a levar a bandeira do parlamentarismo. Miguel Bodea (BODEA, 1992, p. 18) classificaria a nova fase do PL da seguinte forma:

O PL era um partido essencialmente gaúcho e ocupou, no cenário local, uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria ocupado pela UDN. Tratava-se de um partido elitista, liberal, visceralmente antigetulista, que transformaria a luta pelo parlamentarismo na sua principal plataforma doutrinária. Ao nível regional, o PL levava uma grande vantagem sobre a UDN: era portador de uma longa tradição política, cultural e até militar (As Guerras Cívicas de 1893-95 e 1923) que remontavam aos federalistas dos anos 1890 e aos libertadores da era Borges de Medeiros (1903-28). Com esse cacife, o PL suplantara a UDN em força eleitoral já a partir das eleições estaduais de 1947.

Os libertadores novamente seriam liderados por Raul Pilla, que comandaria o partido até sua nova extinção em 1965, ilustrando as continuidades do partido como cita Bodea. Entretanto, em trabalho recente, Anderson Torres (TORRES, 2020) se contrapõe a caracterização de “essencialmente gaúcho” ou regional que o PL adquire. A partir de dados eleitorais, demonstra que a legenda conseguiu se ramificar pelo Brasil, conseguindo relevantes bancadas na Câmara de Deputados, nas assembleias estaduais e câmaras municipais. Não conseguiria o mesmo sucesso dos três principais partidos elencados anteriormente, mas desenvolveu estratégias de coligação que vinham garantindo sua relevância no bloco antigetulista.

Com o PL organizado novamente, Raul Pilla é o único libertador no país eleito deputado para a nova Constituinte. Durante os trabalhos, solicitaria a inscrição de um ensaio de José Maria dos Santos nos anais da Constituinte, que seria posteriormente identificado como “Manifesto Parlamentarista”. No texto, o autor chamava atenção para a tentativa de impor ao país o presidencialismo que rumaria a uma nova ditadura, como ocorrera com o Estado Novo, fruto natural do governo pessoal estabelecido com a Carta de 1891. Somente o parlamentarismo, segue o autor, poderia assegurar a responsabilidade dos governantes, cuja negligência, falta ou erro levaria à sua demissão. O sistema parlamentar seria a mais moderna experiência civilizada e colocaria o Brasil em um regime democrático que repudiaria o governo pessoal (PAIXÃO; BARBOSA,

³⁹ Sobre a formação dos partidos no Rio Grande do Sul durante o período 1945-1964, ver ASTURIAN (2017) e OLIVEIRA (2018).

2013, p. 48). O manifesto não conseguiu angariar simpatia suficiente entre os constituintes, recebendo setenta assinaturas, número insuficiente dentro dos 286 deputados para permitir sua tramitação como proposta para o texto final. Na conclusão dos trabalhos, o presidencialismo seria adotado pelo Brasil novamente, com os poderes do chefe do Executivo estabelecidos aos moldes da Constituição de 1934, ainda que sob a acusação de hipertrofia se comparado ao Congresso e Judiciário (BALEEIRO; LIMA SOBRINHO, 2012, p. 14). Ainda assim, os mecanismos parlamentaristas presentes na Carta de 1934 retornariam⁴⁰.

Assim como uma nova carta nacional precisou ser elaborada, os estados também precisaram escrever novas constituições. No Rio Grande do Sul, 55 deputados foram eleitos em janeiro de 1947 para a primeira legislatura após o Estado Novo, servindo também como poder constituinte. A bancada do PL era composta por cinco deputados, assumindo a presidência da Assembleia com Edgar Luiz Schneider⁴¹ em março na abertura dos trabalhos da casa. Os libertadores logo colocariam em pauta a adoção do parlamentarismo pelo estado e embora a Comissão Constitucional tivesse votado pela inconstitucionalidade do assunto por contrariar a Constituição Federal, o tema seguiu para o plenário da casa legislativa (DUARTE, 2003, p. 73). Mem de Sá seria um dos grandes defensores da causa parlamentarismo na Constituinte Estadual, fazendo diversos discursos sobre o tema. Segundo Flávio Heinz (HEINZ, 2005, p. 17), a bancada trabalhista orientada por Alberto Pasqualini⁴², candidato ao governo do estado pelo PTB derrotado por Walter Jobim do PSD, iniciara negociações com os libertadores para que o estado adotasse um governo parlamentar. Sobre as negociações entre o PTB e o PL, o *Correio do Povo* de 11 de maio de 1947 (p. 5 e 24) publicaria uma entrevista com Pasqualini sobre o assunto, no qual o político, depois de discorrer sobre as

⁴⁰ O comparecimento de ministros ao Congresso para prestar informações acerca de assunto previamente determinado (art. 54), a manutenção do mandato caso um parlamentar fosse nomeado ministro de Estado, interventor federal ou secretário de Estado (art. 51) e os crimes de responsabilidade atribuídos aos ministros de Estado (art. 92 e 93).

⁴¹ Além de Edgar Luiz Schneider, formaram a bancada dos libertadores na Assembleia Carlos de Britto Velho, Mem de Sá, Henrique Fonseca de Araújo e Antônio Maria da Silva Filho. Fonte: TRE/RS – *Eleições - Resultado das eleições*. Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em 26/12/2020.

⁴² Advogado gaúcho nascido em Ivorá, Pasqualini teve destaque entre os nomes do trabalhismo do Rio Grande do Sul, sendo conhecido como um dos principais pensadores da doutrina política do PTB. Antes da ditadura iniciada em 1937, foi filiado ao PL e eleito vereador em Porto Alegre. A antiga vinculação partidária ajudou na negociação feita junto ao candidato derrotado para governador pelo PL Décio Martins Costa (HEINZ, 2005, p. 17). Para mais sobre Pasqualini, ver BODEA (1992), GRIJÓ (2007), SILVA (2012b), ALMEIDA (2015), ANGELI (2020).

diferenças entre o presidencialismo e o parlamentarismo, responde se o PTB adotaria a fórmula parlamentar:

A bancada do PTB, conforme noticiou a imprensa, concordou por maioria e em princípio em realizar, nesse sentido, um entendimento com a bancada do PL. Uma comissão está agora incumbida de estudar a fórmula. Na hipótese [...] em que venha ser instituído no Estado o governo de Secretariado, o PTB e o PL, com a maioria da Assembleia, passarão automaticamente a controlar o governo. O PTB, e o mesmo acontece com o PL, não visa com isso apossar-se pura e simplesmente do poder, o que se quer é realizar o ajustamento dos dois poderes, somente possível ou melhor realizável no regime parlamentar. Se mais de dois partidos concordarem em cooperar no governo tanto melhor. Com isso lucrará o Rio Grande (SIMON, 2001, p. 145-146).

Na reunião dos trabalhistas que decide sobre a posição do partido, 12 votos contra 9 a favor da adesão ao parlamentarismo mostram a divisão da legenda sobre o assunto. O PTB não tinha como bandeira a adoção de um regime parlamentar, mas adere ao PL para que pudesse diminuir os poderes de Jobim no governo⁴³. Em desvantagem de números de deputados, o PSD ainda proporia que a troca de sistema acontecesse a partir de 1951, no próximo mandato de governador. A UDN protestaria afirmando que o parlamentarismo não respeitava o princípio republicano da separação de poderes. Porém, em 14 de junho, por 30 votos a 24, foi aprovada a implantação de um governo parlamentar no Rio Grande do Sul. A coligação PTB-PL contaria com 28 votos, formando a maioria que poderia reger os rumos do estado. Um jovem deputado trabalhista faria questão de apresentar a justificação de seu voto para que constasse nos anais da Assembleia.

Neste instante fieis às nossas gloriosas tradições de desprendimentos e desassombro na luta em prol de todas as liberdades, personificamos um dos momentos culminantes da história política do Rio Grande e do Brasil. Voto pelo parlamentarismo convicto de que este sistema constituirá o instrumento que nos encaminhará para a solução dos problemas econômico-sociais, que tanto afligem o povo rio-grandense.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1947

(as.) Leonel Brizola⁴⁴

Brizola estava iniciando sua carreira política e buscava destaque ao apresentar a justificação de seu voto. Seu estilo de fazer política incluiria uma oratória polêmica, voluntariosa e agressiva (BRANDALISE; HARRES, 2016, p. 60), manifestando-se

⁴³ PTB e PSD nasceram como partidos getulistas e estiveram do mesmo lado no plano nacional durante todo o período da experiência democrática (1945-1964). Entretanto, no Rio Grande do Sul, o PSD acabaria se voltando contra Vargas e o PTB, já que o ex-ditador havia apoiado Pasqualini e a legenda trabalhista nas eleições para governador de 1947, causando indignação na cúpula pessedista no estado. Os partidos seriam adversários no estado até a extinção de ambos em 1965 (BODEA, 1992, p. 41).

⁴⁴ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Ata da Sessão Plenária de 14/06/1947, p. 540.

desde cedo em sua trajetória. No dia anterior à votação da versão parlamentarista da Constituição Estadual, Brizola tinha feito algumas intervenções que revelariam tais traços em suas falas⁴⁵. No destaque no dia da aprovação da versão parlamentarista da Constituição Estadual, afirmaria que o parlamentarismo resolverá os problemas do estado, opinião que dali a alguns anos não se repetiria com o desfecho da Crise da Legalidade em 1961, quando era o governador do estado nem no contexto da redemocratização nos anos 1980 (FRANCO *et al.* 1984, p. 112). O futuro presidente João Goulart também fora eleito para a bancada trabalhista, mas não se encontrava nos dias finais da constituinte.

Vários pontos caracterizaram a Constituição Estadual aprovada em junho como parlamentarista. Entre eles, o texto definiu que o Poder Executivo é exercido pelo governador e pelo Secretariado (art. 65), sendo o governador eleito por votação direta (art. 68). Este indicaria entre os membros da Assembleia Legislativa o chefe do Secretariado, que por sua vez indicaria os titulares das pastas, sendo nomeados e demitidos pelo governador (art. 77 e 78). Os secretários deveriam apresentar o programa de governo aos deputados (art. 81) e dependiam da confiança da Assembleia, devendo demitir-se quando ela lhes fosse negada (art. 82), podendo os deputados aprovar também moções de confiança (art. 83). Por fim, o governador poderia dissolver a Assembleia caso o Secretariado assim pedisse após receber moção de desconfiança (art. 84, 85 e 86). Outro aspecto parlamentarista do texto era apontado pelo artigo 99, que indicava que o governador do estado não tinha responsabilidade política, ficando esta restrita aos secretários conforme o assunto de sua pasta⁴⁶.

A nova constituição estadual seria promulgada em 8 de julho de 1947, sem a presença da bancada do PSD e do governador Walter Jobim na sessão solene na Assembleia⁴⁷. A vitória dos parlamentaristas em implantar um sistema parlamentar no Rio Grande do Sul duraria pouco. Por iniciativa do procurador-geral da República, o

⁴⁵ “Que belo casamento VV. Excias querem fazer, do Partido de Representação Popular com o Partido Comunista!...” Ao comentar sobre dados eleitorais lidos pelo deputado Hermes Pereira de Souza do PSD (p. 471); “O que lamento é que o deputado Nicanor da Luz não peça licença ao orador para emitir os seus apartes.” Sobre os apartes do deputado enquanto Hermes de Souza discursava (p. 476). *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Ata da Sessão Plenária de 13/06/1947.

⁴⁶ Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul – Antigas Constituições Sul-rio-grandenses - *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1947)*. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Constitui%C3%A7%C3%B5esSulRioGrandenses/tabid/3456/Default.aspx> Acesso em 27/12/2020.

⁴⁷ *Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, Ata da Sessão Plenária de 08/07/1947, p. 700 e 707.

Supremo Tribunal Federal julgaria o arranjo parlamentar na constituição gaúcha como inconstitucional. A decisão obrigou os deputados a aprovarem a Emenda Constitucional nº 1, na qual reformulava dispositivos para que o texto final se enquadrasse com a Constituição Federal e devolvesse o caráter presidencialista ao governo do estado (HEINZ, 2005, p. 18). Em 14 de agosto a versão revisada seria promulgada, encerrando a tentativa de implantar um sistema parlamentar no Rio Grande do Sul.

CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O REFERENDO DE 1963 E A IMPRENSA

2.1 O REFERENDO DE 1963 NA HISTORIOGRAFIA

O período da experiência democrática (1945-1964) foi repleto de episódios políticos agudos no Brasil e no mundo. No contexto internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial traz um novo ciclo de otimismo no Ocidente, tendo a hegemonia dos Estados Unidos no cenário global e seu *American way of life* como vitrine da *Pax Americana*. Ainda assim, as principais economias capitalistas, capitaneadas pelo país norte-americano, passam a reforçar uma noção de divisão do mundo na qual uma cruzada é lançada contra um inimigo, representado principalmente pelo comunismo soviético. O socialismo real praticado por países sem uma economia de mercado sempre foi encarado como ameaça ao capitalismo internacional. Com fortes sinais de que a Revolução de Outubro na Rússia teria sucesso, o temor pela implantação de uma nação comunista levaria países como Estados Unidos e Grã-Bretanha a enviarem tropas para apoiar o Exército Branco no combate aos vermelhos bolcheviques para sufocar a implantação do comunismo no país. Mesmo com a consolidação da União Soviética a partir de 1922, seu isolamento no cenário mundial e que posteriormente tenham sido estabelecidos acordos para o combate ao nazi-fascismo europeu e ao imperialismo japonês, o entendimento no pós-guerra era que o novo inimigo a ser combatido estava atrás da “cortina de ferro” dos países comunistas. A Doutrina Truman iniciada em 1947 faz o mundo mergulhar na Guerra Fria e lançaria bases para a formação de blocos políticos-militares, no qual poderosos mitos e imagens são usados como instrumentos de mobilização e legitimação para condicionar a população de países capitalistas a uma visão maniqueísta: a “ameaça soviética” ameaçava o “mundo livre” (VISENTINI, 2004, p. 74).

Os anos 1960 começavam com ameaças à hegemonia norte-americana. Os soviéticos conseguem recuperar sua economia e infraestrutura no pós-guerra e estavam na dianteira da corrida espacial com o lançamento do primeiro satélite artificial Sputnik e Yuri Gagarin anunciando que a Terra era azul. Em sua própria esfera de relações, os aliados europeus e japoneses também retomam sua economia após anos de reconstrução e se colocam como concorrentes no mercado mundial. O Terceiro Mundo, série de países não imediatamente alinhados com algum dos lados da Guerra Fria vinham

mostrando o declínio dos antigos impérios coloniais com a independência de países no Oriente Médio, Sudeste Asiático e África, sendo tais movimentos muitas vezes influenciados por Moscou ou Pequim. Na América Latina, Cuba faz sua revolução em 1959 e cria pânico em Washington ao colocar o comunismo em sua zona de influência direta e extremamente próximo da fronteira estadunidense. Ainda que Estados Unidos e União Soviética não entrassem em embate direto e tivessem estabelecido uma coexistência pacífica no final dos anos 1940 e na década de 1950, eventos permeados pela disputa entre capitalismo e comunismo aconteciam pelo mundo todo nos anos 60. A Guerra do Vietnã, a construção do muro de Berlim, a Crise dos Mísseis em Cuba foram alguns dos episódios críticos na dinâmica estabelecida pela Guerra Fria.

No Brasil, a Guerra Fria também deixa marcas. A redemocratização do país após a ditadura do Estado Novo permite a criação de novas legendas, entre as quais, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) registrado em outubro de 1945. Com boas votações, elegem bancadas expressivas pelo país e o senador Luís Carlos Prestes, além de conseguir quase 10% de votos nacionais na eleição para presidente da República. A vida partidária dos comunistas teria uma vida curta. O governo Dutra se coloca alinhado com as orientações dos Estados Unidos e em 1947, o partido é posto na ilegalidade após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelar seu registro e os mandatos de seus representantes serem cassados. Como sintoma evidente do posicionamento brasileiro naquele momento, as relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética são rompidas⁴⁸.

Além da Guerra Fria, o país também passava por outros fenômenos no período da experiência democrática. Assim como na América Latina, o Brasil estava em uma fase de transição social, deixando de ser uma sociedade rural e atrasada para se tornar uma moderna sociedade urbano-industrial (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 256). Novos agentes sociais e políticos passaram a buscar espaço no campo político e a própria política partidária institucional estava em transformação. Entre as diversas mudanças ocorridas no período tivemos a obrigação das legendas partidárias terem abrangência nacional e não apenas estadual, como ocorria na Primeira República; o fim do alistamento *ex-officio*; a adoção da cédula única, o que reduziu a incidência de fraudes

⁴⁸ O presidente Eurico Gaspar Dutra administrou o país ainda sob a influência da política da Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt dos anos 1930, considerando o Brasil como amigo privilegiado dos Estados Unidos. Com isso, adotaria uma política de alinhamento automático com o país do norte (DOMINGOS, 2010, p. 32).

nas eleições e outras regras eleitorais, o que fez com que a República de 1946 ser muito bem sucedida do ponto de visto eleitoral (NICOLAU, 2002, p. 25). Mas apesar do regramento político ser bem assentado no período, o campo político de forma ampla sofreu com o embate entre dois grandes projetos para o país na disputa pelo eleitorado. O nacional-estatismo teve seu início ainda durante o Estado Novo e continuaria com o trabalhismo nos anos seguintes. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, criação de empresas estatais em setores estratégicos e a valorização do capital humano com redes de proteção social procuravam fortalecer o capitalismo nacional e o Estado para se contrapor aos interesses norte-americanos. Defendido por trabalhistas e comunistas, tal projeto era oposto ao que defendia parte da elite empresarial, política, militar e classe média conservadora. Esses segmentos defendiam a abertura irrestrita do país a investimentos, empresas e capitais estrangeiros, ressaltavam as leis de mercado e rejeitavam intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho. Procurando se espelhar nos Estados Unidos, buscavam o alinhamento com o país do norte e desconfiavam dos movimentos sindicais e operários (FERREIRA, 2003b, p. 304). Durante o período 1945-1964, a concorrência entre os dois projetos levaria a uma radicalização política que culmina no Golpe de 64, quando os setores conservadores, cansados por não conseguirem impor sua visão de mundo ao país, inauguram uma nova e triste fase da política nacional.

Em meio a tantos eventos ocorridos nas duas décadas da experiência democrática, como o plebiscito foi descrito pela historiografia até então? A votação passou por algumas rápidas interpretações frente a outros processos que ocorriam naquele momento e as quais veremos a seguir.

Thomas Skidmore foi um dos primeiros a escrever sobre o período já nos anos 1960. Desde o fim do século XIX e início do século XX, os historiadores nos Estados Unidos vinham se profissionalizando e ampliando os assuntos de seu interesse. Entre os campos de atuação da academia norte-americana, a história de países latino-americanos passou a ter institucionalizadas um número maior de pesquisas na área. Cresce a quantidade de cursos de graduação, alunos, professores, centros de pesquisas e institutos especializados, motivado, entre outros fatores, pela expansão dos interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos na América Latina (CARRIJÓ, 2007, p. 18). Já durante a Guerra Fria, a Revolução Cubana abala o cenário internacional em 1959. Parte da estratégia de Washington para lidar com a situação incluiu a promoção de mais estudos

para compreender a realidade dos países latino-americanos e assim, manter sua hegemonia na região e afastar outros focos de comunismo no continente. Bolsas de estudos foram financiadas tanto pelo governo federal quanto por fundações educacionais e filantrópicas, como a Fundação Ford, a National Geographic Society e a Rockefeller Brothers Fund. Os pesquisadores que escrevem sobre o Brasil nessa época ficariam conhecidos como brasilianistas, acadêmicos estrangeiros, principalmente norte-americanos, que teriam impacto importante na historiografia brasileira. Integrante desse movimento, Skidmore vem pela primeira vez ao Brasil em 1961 e no contexto em que lança seu clássico em 1967, *Politics in Brasil, 1930-1964. An Experiment in Democracy* pela Oxford University Press, a linha de corte temporal dos estudos políticos brasileiros não avançada dos anos 30 de Vargas. Dois anos mais tarde, a primeira tradução em português com o título *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, cuja intenção era entender os motivos da queda do presidente João Goulart, agita a academia nacional ao tratar de temática política tão recente, algo impensável na realidade de repressão e autocensura dos estudiosos brasileiros durante a ditadura iniciada em 1964. Skidmore apontaria a estrutura política brasileira como deficitária em alguns pontos, especialmente na atuação partidária, como a causa do fracasso democrático brasileiro (CARRIJÓ, 2007, p. 156). Líderes populistas e a indicação dos militares como árbitros da política nacional caracterizam a obra como um todo. Especificamente sobre o plebiscito, o autor escreve como Goulart inicia seu mandato no Palácio do Planalto manobrando cuidadosamente a fim de recuperar os poderes presidenciais, ganhando a aprovação popular na votação de 1963 (SKIDMORE, 2007, p. 264). Durante o primeiro gabinete capitaneado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves do PSD de Minas Gerais, o objetivo do presidente consistiria em consolidar sua “respeitabilidade” perante a opinião pública, reafirmando seu compromisso anticomunista e respeito aos princípios democráticos enquanto apela para uma esquerda dividida entre um grupo moderado ou “esquerda positiva” e a esquerda radical ou “negativa” para tentar viabilizar as reformas de base. Skidmore descreve as crises geradas pelas trocas de primeiros-ministros como manobra de Goulart para mostrar a necessidade da volta do presidencialismo no país, já que no parlamentarismo ocorreriam as instabilidades no país, tendo greves gerais como sintoma e deixariam os militares, supostos “árbitros” da política nacional, irritados com a inoperância do governo (SKIDMORE, 2007, p. 268).

No segundo gabinete parlamentar, de Francisco Brochado da Rocha, a proposta da antecipação do plebiscito é levada ao Congresso Nacional para que houvesse uma antecipação da data para dezembro de 1962. A partir dessa questão, ataques viriam da direita, principalmente de Carlos Lacerda e sua ala dentro da UDN. Na esquerda, o nome de Brizola é citado para revelar ameaças contra o Congresso caso o projeto para a mudança da data não seja aprovado. Skidmore destaca que o apoio à volta ao presidencialismo contava com amplo apoio, tanto da esquerda quanto do centro e mesmo “[...] alguns dos mais encarniçados inimigos políticos de Jango apoiavam a volta ao sistema presidencial, na crença de que qualquer presidente somente poderia ser considerado responsável se dispusesse de plena autoridade.” (SKIDMORE, 2007, p. 270). Na análise de Skidmore, a maioria dos observadores concordava que o Brasil precisava de um poder executivo federal forte. Isso faz com que a aparente ineficácia do sistema parlamentar fosse catalisada não só pelo presidente e seus aliados políticos como também por outros personagens como o ex-presidente Juscelino Kubistchek, interessado nas eleições a presidência de 1965. Mas, segundo o autor brasileiro, o apoio essencial para a volta dos poderes plenos ao presidente dependeria dos militares. Em agosto/setembro de 1962, os três ministros militares publicam manifesto apoiando o plebiscito e em virtude disso, o Congresso teria estabelecido a data-limite de abril de 1963 para a votação nacional. Uma tensão adicional no meio militar aparece no texto ao citar o general Dantas Ribeiro, comandante do IIIº Exército, informando Brasília que não poderia garantir a ordem se o povo se insurgir contra o Congresso pedindo a marcação da data do plebiscito para antes ou ao simultaneamente as eleições de outubro de 1962. Após a queda do gabinete de Brochado da Rocha, Skidmore mais uma vez destaca como Jango continua a manobrar junto aos militares para fortalecer sua posição e garantir a antecipação do plebiscito. O novo primeiro-ministro Hermes de Lima troca o ministro da Guerra Nelson de Melo pelo general Amauri Krueel, amigo próximo do presidente. O autor indica que com a posição do presidente fortalecida perante a caserna, teria assim conseguido junto ao Congresso o estabelecimento da data do referendo para 6 de janeiro de 1963 (SKIDMORE, 2007, p. 272). Com a data do plebiscito marcada, nenhuma política mais audaciosa seria tomada e Goulart não escolheria uma única base de apoio político. As eleições de outubro de 1962 teriam confirmado as forças do centro no Congresso e nos 11 estados em que governadores foram eleitos. Em 6 de janeiro de 1963, o povo brasileiro votou na proporção de cinco para um, “[...] contra o sistema parlamentar e a favor da volta ao sistema presidencial.

Jango podia agora entrar para a história com todos os direitos, como um verdadeiro presidente.” (SKIDMORE, 2007, p. 273). Resumindo, o texto de Skidmore ressalta o papel dos militares no quadro político nacional. Com o foco nos movimentos de Goulart, não tece maiores comentários sobre os defensores do parlamentarismo além de indicar o pequeno grupo liderado pelo “incansável reformador constitucional” Raul Pilla como o responsável pela proposta de mudança de sistema político na crise de 1961 (SKIDMORE, 2007, p. 260).

Com um recorte mais focalizado, mas com desdobramentos nacionais, o brasilianista Carlos Cortés também escreve sobre o período em sua tese de doutorado a partir de pesquisas feitas em Porto Alegre entre 1966 e 1967. Publicada como livro em 1974, cuja tradução ocorreria apenas em 2007, ainda que já conhecido na historiografia local, *Gaúcho Politics in Brazil* ou em português *Política Gaúcha (1930-1964)* (CORTÉS, 2007) procurou entender como políticos de apenas um estado brasileiro estiveram na presidência brasileira por tantos anos (LAPUENTE, 2015, p. 546). Assim como o texto de seu conterrâneo Skidmore, a obra de Cortés também faz poucas referências ao plebiscito. Após narrar os eventos do Movimento da Legalidade, o texto revela a opinião do autor da emenda parlamentarista após ser adotada naquela ocasião. Raul Pilla declarou em entrevista a Cortés em 1967 que:

[...] não era a favor do estabelecimento do sistema parlamentarista sob condições emergenciais, porque tal sistema deve ser instituído com cuidado, apropriadamente, sinceramente e sob condições ideais. Segundo Pilla, o sistema, tal como estabelecido em 1961, estava destinado ao fracasso, porque Goulart nunca quis que funcionasse (CORTÉS, 2007, p. 273).

Comentários como o de Pilla são um dos pontos positivos que os brasilianistas têm em suas obras. Realizaram suas pesquisas logo após o período estudado e com isso, puderam colher e usar depoimentos de personagens envolvidos. O uso da história oral tem longa tradição na historiografia norte-americana e só seria incorporada aos estudos brasileiros a partir dos anos 1970 (JOUTARD, 2006, p. 44 e 47). O texto de Cortés então segue com o subcapítulo intitulado *O período Goulart-Brizola* (CORTÉS, 2007, p. 274), no qual discute o governo Brizola e depois as ações de Goulart quando finalmente é empossado como presidente. Seus movimentos seriam para tanto se consolidar no cargo quanto para desacreditar o parlamentarismo, mas o texto deixa claro que a maioria do Congresso, composta por PSD e PTB, também deixa o sistema se debilitar (CORTÉS, 2007, p. 277). Aumentando a pressão para inviabilizar o

parlamentarismo, Brizola é colocado como “comandante do exército de Jango” (CORTÉS, 2007, p. 273) no momento em que a paciência do presidente se esgota e procura demonstrar que o Brasil precisa de um presidente forte. É citado o episódio envolvendo o general Dantas Ribeiro, que teria sido induzido por Brizola a pressionar Brasília para que a data do plebiscito fosse adiantada, evento que culminaria com a escolha do dia 6 de janeiro de 1963 (CORTÉS, 2007, p. 278). Com a data da votação marcada, Brizola passaria a liderar a campanha nacional pelo restabelecimento do presidencialismo. Encerrando as menções ao período parlamentar, Cortés escreve:

O plebiscito foi ganho com facilidade. Cansado da confusão causada pelo sistema parlamentarista, o Brasil o enterrou numa proporção de cinco a um. Até o Rio Grande do Sul, terra do Partido Libertador, com seu espírito parlamentarista e antijanguista, mais de dois terços dos eleitores votaram a favor do presidencialismo (CORTÉS, 2007, p. 284).

A obra de Cortés, até por sua proposta, foca principalmente nas ações de Brizola e Goulart, não dando tanta atenção aos militares quanto Skidmore. A questão parlamentarista aparece de forma secundária na disputa entre as forças do campo político nacional e o leitor é induzido a acreditar que o Partido Libertador foi derrotado nesse episódio pela última frase do trecho acima.

Durante e nos anos seguintes em que os brasilianistas atuaram no país, a historiografia brasileira seria marcada primeiro por um declínio e uma posterior retomada da política como tema de pesquisa. Críticas são produzidas na França pela Escola dos *Annales* desde os anos 1930, em que a hegemonia “vista de cima” do político sofre uma transformação em direção a novos paradigmas de interpretação da história - as pesquisas passam a focar mais o econômico e o social em suas análises. Nos anos 1980, o resgate do político é ilustrado pelo trabalho de René Remond⁴⁹, em que novas bases constituem a uma renovação da História Política. No Brasil, a revalorização do tema também foi impulsionada pela redemocratização após os anos de autoritarismo ditatorial e a necessidade de se consolidar a democracia no país (OLIVEIRA, 2007, p. 99). Novas perspectivas sobre o Brasil republicano são elaboradas e nesse contexto, Alberto Carlos Almeida conclui sua tese de doutorado em 1996, convertida em livro em 1998. *Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil* propõe uma explicação integrando componentes sociológicos e políticos que

⁴⁹ Em 1988, o autor organiza a coletânea *Pour une histoire politique*, na qual os autores apresentam um inventário dos estudos mais recentes da época, com novas abordagens, objetos e problemas. No Brasil, *Por uma história política* é editado pela primeira vez em 1996 e contribui na renovação do tema no país.

levaram à derrocada da República de 1946. Os dois planos de análise juntam em uma mesma obra o conflito social desencadeado pela industrialização acelerada, a urbanização e a ascensão do proletariado à política com um olhar político-institucional sobre as organizações partidárias, sua evolução no campo político e seus posicionamentos nos anos pré-golpe de 1964 (ALMEIDA, 1998, p. 15). O foco do autor, portanto, é o governo Goulart, iniciando com os meses em que Jânio Quadros assume a presidência e a crise gerada por sua renúncia. Com um recorte temporal menor do que as duas obras citadas anteriormente, a análise de Almeida possui maior detalhamento dos eventos retratados e mais agentes são contemplados no livro. Sua interpretação coloca o protagonismo da vitória no referendo nas esquerdas e em Goulart, tendo também outros agentes como impulsionadores pela volta do presidencialismo. O autor monta um quadro que resume a atuação dos atores políticos naquele momento:

Atores políticos	Questão principal, cálculo de poder	Posição com relação à questão secundária
Goulart	Governar	Presidencialismo
CGT, sindicatos, esquerda	Reformas de base	Presidencialismo
Candidatos a presidência	Eleição presidencial	Presidencialismo
Militares	Goulart vs. Oposição e ministério da defesa	Presidencialismo
Congresso, em particular a UDN	Impedir Goulart de governar	Parlamentarismo

Quadro 1 – Atores políticos e questões em disputa. Fonte: ALMEIDA, 1998, p. 170

Segundo o quadro acima, o ator político de maior relevância a defender o parlamentarismo naquele momento seria a União Democrática Nacional (UDN), adversária feroz do getulismo e do PTB desde o final do Estado Novo. Continuar com o parlamentarismo seria uma forma de barrar o governo Goulart e seu projeto desenvolvimentista para o país ao mesmo tempo em que a UDN manteria a participação nos gabinetes. Por sua vez, os demais atores políticos consideram que o presidencialismo atenderia melhor seus interesses conforme o cálculo político que cada um faz. Como aponta o quadro, o debate sobre o melhor sistema político para o Brasil era questão secundária naquele momento, superada pelas demandas dos atores dentro do campo político. Parlamentarismo e presidencialismo eram apenas mais dois dos componentes de um cenário político em ebulição, sem que estes por si só pudessem realmente solucionar as disputas de forma duradoura.

Nos anos finais do século XX e início do XXI, a Nova História Política brasileira continuou sem destacar o ineditismo do referendo de janeiro de 1963 na política nacional. O pleito ainda aparece em meio às análises sobre o período final da República de 1946 sem que a geração de Angela de Castro Gomes, Lucilia de Almeida Delgado e Jorge Ferreira fizesse um recorte específico sobre o episódio. Um dos poucos trabalhos sobre o tema é o artigo de Maria Victoria Benevides *O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963* (1993). O texto foi escrito às vésperas da consulta realizada nos anos 1990 para decidir tanto o sistema (parlamentarismo ou presidencialismo) quanto a forma (monarquia ou república) de governo no Brasil pós Constituição de 1988. A autora avança na questão do referendo de 1963 ao elencar duas questões em que o (mau) exemplo da primeira consulta serviria para que a segunda ocorresse em condições democráticas e que teriam sido pouco exploradas até aquele momento. A primeira diz respeito à necessária dissociação do poder pessoal do governante do plebiscito para garantir a independência do processo. A segunda questão se refere à fiscalização da campanha, tanto em termos de democratizar o acesso à informação e à propaganda nos meios de comunicação, como em termos do controle sobre o poder econômico envolvido (BENEVIDES, 1993, p. 76-77). O texto de Benevides elenca os elementos nessas duas questões em que o plebiscito de 1963 foi desvirtuado como instituto de soberania popular e que servem como alerta para a consulta que estava por vir em 1993.

Em um texto mais recente, Demian Bezerra de Melo escreve um dos poucos trabalhos em que o referendo de 1963 é o tema principal. Em sua dissertação (MELO, 2009), Melo inicialmente critica o artigo de Benevides ao considerá-lo reducionista e problemático ao comentar que a comparação entre os dois pleitos não teve um devido destaque das particularidades de cada votação dentro de sua realidade histórica (MELO, 2009, p. 7). O autor também critica trabalhos de outros autores, destacando Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, aos quais caracteriza como revisionistas por explicarem as razões para o Golpe de 64 como consequência da radicalização das esquerdas e de sua falta de apego à democracia. Ainda dentro do termo revisionista, mas diferenciando-o dos autores anteriores, Melo comenta também sobre Marco Antonio Villa. Este é apontado como exemplo de um trabalho espalhafatoso ao acusar Goulart de planejar ele mesmo um golpe, sem que Villa apresente qualquer prova disso (MELO, 2009, p. 9).

Utilizando uma base conceitual gramsciana, Melo faz sua análise considerando que o referendo estava inserido no contexto da crise orgânica⁵⁰ dos anos 1960. Para tanto, o autor analisa vários atores políticos: o governo Goulart e seus gabinetes; as demais elites políticas como governadores e a oposição; entidades empresariais, principalmente através do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD); o movimento sindical; a imprensa. As posições desses diversos agentes, analisadas através da lente da luta de classes, revelariam então o objetivo estratégico de cada um na campanha pela volta ao presidencialismo. Tal opção foi adotada pela maioria dos agentes políticos naquele contexto, mesmo que supostas contradições ocorressem ao existirem opositores de Goulart e do PTB apoiando a retomada dos poderes presidenciais plenos no referendo.

Algumas observações mais focadas sobre o papel da imprensa são feitas já no final da dissertação (MELO, 2009, p. 204), ainda que suas posições tenham sido comentadas ao longo de toda dissertação⁵¹. Esse ponto serve, portanto, para resumir traços gerais do comportamento de grande parte da imprensa no país em relação ao referendo. O subcapítulo abre indicando que:

[...] a maior parte da imprensa não se furtou a divulgar a campanha pró-presidencialismo, mas isto não implica que tenha aderido, mesmo que por um breve momento, ao governo Goulart. Com exceção do jornal *Última Hora*, ligado aos elementos varguistas, e o jornal *Diário Carioca*, quase a totalidade da imprensa estava na oposição ao governo Goulart (MELO, 2009, p. 204).

O autor indica ainda que tal posicionamento estava muito próximo às formulações do IPES, que pregava a derrubada do governo Goulart a partir de ações em diversas frentes e não se opôs à volta do presidencialismo no referendo.

Sobre o papel da imprensa e o referendo de 1963, cito ainda o artigo de Diego dos Santos (SANTOS, 2020), cujo objetivo é analisar a emenda parlamentarista de 1961 e o plebiscito de 1963 a partir do *Gazeta do Sul*, periódico do município de Santa Cruz

⁵⁰ O conceito de crise orgânica se aplica em situações históricas em que organizações, como instituições burocráticas, associações privadas, imprensa e outros ganham maior autonomia e passam a interferir de forma mais contundente na cena política. Isso ocorre em momentos em que os partidos políticos não são mais reconhecidos como representantes das classes sociais ou de suas frações, abrindo espaço para soluções de força (MELO, 2009, p. 10).

⁵¹ Melo utilizou uma grande gama de periódicos. Além da grande imprensa (*Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*, *O Diário de Notícias*, *Diário Carioca* do Rio de Janeiro; *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* do estado paulista; *Correio do Povo* do Rio Grande do Sul; *Diário de Pernambuco* de Pernambuco), o autor consultou também revistas semanais (*O Cruzeiro*, *Manchete* e *Revista Brasiliense*) e jornais temáticos como o *Novos Rumos* do PCB e o *Bancário* do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

do Sul (RS). Além de ser um dos poucos trabalhos que foca a votação, o artigo se destaca por trazer um caso raro de veículo de imprensa que defendeu o parlamentarismo em janeiro de 1963, ainda que considerasse inevitável a volta do presidencialismo às vésperas do pleito.

2.2 IMPRENSA COMO FONTE PARA O REFERENDO DE 1963

Como apontamos acima, considero escassa a produção acadêmica sobre o referendo. Além disso, priorizaram as movimentações e articulações de João Goulart, do PTB e seus correligionários para desacreditar o parlamentarismo no país e provocar a volta do presidencialismo. Dessa forma, essa pesquisa pretende elencar novos elementos sobre este episódio inédito na política nacional até aquele momento. Analisaremos o papel da imprensa gaúcha no referendo de 6 de janeiro de 1963, mais especificamente, do principal diário rio-grandense da época, o *Correio do Povo*, focando principalmente em personagens que tinham interesse na continuidade do regime de gabinete no Brasil.

Por muito tempo, o jornal foi visto com desconfiança pelos historiadores, pois consideravam tal fonte como uma mistura entre o imparcial e o tendencioso, sem uma independência e exatidão do conteúdo editorial. Até os anos 1970, a historiografia brasileira oscilava entre a adoção de uma série de cuidados ao se lidar com a imprensa, induzindo a uma utilização somente quando outras fontes não estivessem disponíveis e uma desconsideração completa dos periódicos ao enxergá-los como mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos de classes dominantes (LUCA, 2008, p. 116). Tal discussão já foi superada. Atualmente já compreendemos a fonte jornal como as demais, na qual as intencionalidades de sua produção devem ser levadas em consideração, sendo um documento permeado de subjetividades e intenções e não um depositário de verdades deslocado de seu contexto de elaboração.

Especificamente sobre a relação entre política e imprensa, Luís Carlos Martins (MARTINS, 2018) faz um balanço para o uso de periódicos quando se escreve História Política e seus conceitos. Ressaltando a importância da imprensa para o tema, já que sempre forneceu um grande conjunto de informações sobre partidos, articulações parlamentares e governamentais de uma sociedade, Martins destaca que novos olhares foram colocados sobre a imprensa na renovação dos estudos políticos dos anos 1990.

Além de fonte, transformava-se em objeto da pesquisa histórica, apresentando-se como um *locus* privilegiado para estudar visões de mundo, representações e imaginários sociais, com um enorme peso político-ideológico na organização social (MARTINS, 2018, p. 61). Essa renovação teve movimentos precedentes, já que o marxismo em anos anteriores situa a imprensa no universo da superestrutura, refletindo a infraestrutura econômica-social. Os jornais seriam instrumento ideológico para a instituição e manutenção do sistema capitalista. Tal visão modificou o status da imprensa como fonte, mas por vezes produziu trabalhos engessados, na qual a imprensa foi colocada como mero aparelho político-ideológico de grupos econômicos e/ou políticos, além de atribuir uma equivocada ideia de unidade e uniformidade ideológica na grande imprensa comercial (MARTINS, 2018, p. 59 e 62).

Avançando nas análises sociais nos anos 1990, Pierre Bourdieu comenta sobre a atividade jornalística. O autor francês comenta como o campo jornalístico está sujeito às exigências do mercado (leitores e anunciantes) e como ele influencia os diferentes campos (produção cultural, jurídico, literário, etc...). Especificamente sobre a relação entre os campos jornalístico e político, o autor cita:

Ainda que os agentes comprometidos com o campo jornalístico e com o campo político estejam em uma relação de concorrência e de luta permanentes e que o campo jornalístico esteja, de certa maneira, englobado no campo político, em cujo interior exerce efeitos muito poderosos, esses dois campos tem em comum estarem muito direta e muito estreitamente situados sob a influência da sanção do mercado e do plebiscito (BOURDIEU, 1997, p. 114)

O autor ressalta como o jornalismo influencia a política e, no entanto, ambos acabam se moldando conforme exigências surgidas a partir do comportamento do mercado ou dos “consumidores” para que continuem exercendo seu poder simbólico, ou seja, para que as ideias produzidas pelas elites dominantes do campo sejam as que prevaleçam como a cultura predominante (BOURDIEU, 1989, p. 10).

O campo, segundo a conceitualização de Bourdieu, é uma parte do social, um microcosmo ou espaço de relações objetivas, que possui uma lógica própria e não é reproduzida ou funciona em outros campos. É tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas ao campo de forças, conservando ou transformando sua estrutura (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 35). A posição dentro desse espaço estruturado, que é fluído e maleável, depende da

quantidade e qualidade de capital acumulado pelo indivíduo, coletividade ou instituição. Mas para Bourdieu, o capital não se restringe a posses econômicas, englobando também um conjunto de bens culturais, sociais e simbólicos, sendo este último uma síntese dos anteriores, todos conversíveis entre si. Dado que a distribuição do capital é desigual em um campo, tais espaços são permeados por constantes conflitos entre os indivíduos e grupos dominantes procurando defender seus privilégios frente aos demais agentes do campo. Os integrantes estão constantemente usando estratégias para conservar, reproduzir e acumular seu capital, ações estas não necessariamente realizadas de maneira consciente e a partir de cálculos cínicos, mas a partir da relação entre o *habitus*⁵² e um campo (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 39). Sendo assim, como lembra Martins (MARTINS, 2018, p. 72), as posições tomadas pelos agentes do campo jornalístico só podem ser entendidas quando levamos em conta as pressões exercidas sobre um jornal. Por isso, a ação do agente é estratégica, pois as decisões tomadas, nem sempre a partir de cálculos conscientes, não são totalmente livres, mas respondem a uma série de demandas e pressões, sejam elas internas ao campo (surgidas na disputa com outros agentes) ou externas (derivadas de conflitos com outros campos ou da relação com os financiadores e o público consumidor).

Dessa maneira, para utilizarmos a fonte jornalística em pesquisas, precisamos de uma série de cuidados metodológicos próprios para situá-la no contexto de produção de seu bem simbólico. Diversos autores já fizeram apontamentos nesse sentido. René Zicman (ZICMAN, 1985) faz um balanço já na metade da década de 1980 sobre a imprensa como fonte e a necessidade de se historicizar os jornais, mesmo que o objeto da pesquisa não seja o periódico em si, já que estes são agentes dentro do campo político-ideológico (ZICMAN, 1985, p. 90). A dupla substância do jornal (forma e conteúdo) deve ser levada em conta para se caracterizar o discurso produzido pelo veículo de imprensa. Na década seguinte, Cláudio Elmir (ELMIR, 1995, p. 22) alerta sobre as armadilhas na pesquisa em jornais. Destaca a necessidade de o pesquisador fazer uma leitura intensiva do jornal, o que corresponde a um tempo de experiência e leitura diferente da formulada para o jornal originalmente. Além disso, reforça a

⁵² *Habitus* é um sistema de disposições que constitui nossa maneira de perceber, sentir, fazer, julgar e valorizar o mundo e conforma a nossa ação em uma determinada circunstância. É adquirido através da interação social, sendo internalizado a ponto de ignorar sua existência. Tais rotinas mentais e corporais inconscientes geram a lógica de ação do campo ao mesmo tempo em que o *habitus* é moldado de volta pela estrutura já existente no campo. Para mais sobre os conceitos de Bourdieu, ver (THIRY-CHERQUES, 2006) e (BORDIEU, 2018).

necessidade da análise de um grande número de exemplares para que a regularidade do discurso seja captada pelo historiador e não seja feita uma superestimação de um enunciado ou então que se subestime sua análise (ELMIR, 1995, p. 23).

Tania de Luca (LUCA, 2008) contribui para a discussão com seu texto de referência *História dos, nos e por meio dos periódicos*. O texto é um dos capítulos de livro sobre fontes históricas organizado por Carla Pinsky como forma de chamar a atenção para os “usos e abusos das fontes” e indicar metodologias para diversos tipos de materiais usados nas pesquisas históricas. O texto de Luca recupera a trajetória da imprensa na escrita da História e aponta a necessidade dos cuidados metodológicos próprios para a fonte jornalística. A autora faz ainda indicações de caráter prático ao pesquisador, indicando como primeiro passo localizar as fontes numa das instituições de pesquisa (pública ou particular) e averiguar as condições oferecidas para sua consulta (LUCA, 2008, p. 141). Por sua vez, Maria Helena Capelato constituiu uma extensa obra sobre imprensa e História desde os anos 1980. Em texto recente destacou como a pesquisa em jornais oferece possibilidades de estudos muito diversificadas e sua análise requer a pesquisa tanto sobre aspectos externos quanto internos do periódico (CAPELATO, 2015, p. 131). Segundo a autora, a “grande imprensa” insistia na sua objetividade, imparcialidade e neutralidade na transmissão da notícia, posições colocadas em xeque tanto por historiadores quanto por representantes da própria imprensa e outros meios de comunicação (CAPELATO, 2015, p. 131). Essa mudança de pressuposto de que a informação não é neutra impele o pesquisador a verificar se a informação publicada é verdadeira, como foi interpretada pelo jornalista e como foi exposta no periódico.

As autoras e autores mencionados convergem em diversos pontos ao elencarem suas propostas metodológicas para a análise de periódicos. Entre alguns desses pontos podemos destacar a necessidade de se identificar os proprietários do jornal, o público a quem se dirige, formas de financiamento, a linha editorial e suas eventuais mudanças ao longo do tempo. Para essa pesquisa, utilizaremos as indicações de Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Os procedimentos articulados pelas autoras compõem um percurso de análise que supera a discussão sobre o uso ou não da imprensa como fonte histórica e não caem em simplificações analíticas ao atribuir discursos ideológicos estanques aos periódicos pesquisados. A imprensa é entendida como uma força ativa no capitalismo e que procura atuar de diversas formas

nos processos de hegemonia social. Agem, portanto, para articular ações ou dissensos; disseminar projeto, ideias, valores e comportamentos; produzir referências sociais e cristaliza-las na memória social; repetir e naturalizar o inusitado no cotidiano para produzir o esquecimento; atuam na formação de nossa visão imediata da realidade e de mundo (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

As autoras apontam algumas etapas a serem cumpridas, não necessariamente hierarquizadas ou que devam ser feitas em sequência para que o periódico seja analisado. Podemos sintetizar os procedimentos da seguinte maneira: identificação do periódico (título, datas de publicação, tipo de conteúdo,...); análise do projeto gráfico (exame das capas, cadernos especiais, colunas fixas, seções temáticas, fotografias, charges,...); conhecer a produção e distribuição (identificar proprietários, principais colaboradores, as condições técnicas de impressão, distribuição e serviços de apoio,...); análise do projeto editorial (intervenções na agenda pública, principais temas e campanhas gerais, posicionamento políticos explícitos, perspectiva histórica e construção de temporalidades, constituição de sujeitos sociais,...). As autoras ressaltam que tal abordagem coloca ênfase na leitura e problematização do periódico usado na pesquisa e não a partir de movimentos externos à publicação (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 267).

Sendo assim, é necessário que investiguemos a fonte usada na pesquisa. Nas páginas seguintes trataremos elementos da trajetória do *Correio do Povo* e suas particularidades para ajudar a entender o periódico como força ativa na sociedade gaúcha dos anos 1960.

2.3 O CORREIO DO POVO

O róseo, o Correião ou simplesmente, o Correio. As diversas formas de se referir ao *Correio do Povo* retratam a inserção que o periódico teve e ainda tem na sociedade rio-grandense. Sua presença na historiografia gaúcha é constante, sendo usado como fonte para inúmeros artigos, dissertações, teses, livros⁵³, entre outros materiais de divulgação histórica. Inaugurado no fim do século XIX em Porto Alegre, chega aos anos 2020 em pleno funcionamento, não sem algumas dificuldades encontradas em sua trajetória.

Sua fundação ocorre em 1º de outubro de 1895, em uma época em que os pasquins⁵⁴ estavam em declínio como representantes da imprensa rio-grandense e as folhas político-partidárias eram organizadas. Os anos finais do regime monárquico constitucional e do sistema parlamentarista de governo permitiram uma estabilização e regularização do modo que as elites circulavam pelo poder, induzindo a transformação das facções políticas em embriões de partidos. Nesse contexto, os políticos desenvolvem relações orgânicas com a imprensa, dentro da qual o jornalismo político-partidário se forma e seria a vertente dominante até os anos 1930 (RÜDIGER, 1998, p. 26).

No Rio Grande do Sul, os principais representantes do jornalismo político-partidário eram o *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense e o *A Reforma*, do Partido Libertador, como citamos no capítulo 1. Nessa forma de jornalismo, a publicação servia para veicular organizadamente a doutrina e a opinião do partido na sociedade civil. É nessa fase também que a imprensa se desenvolve, deixando um estágio artesanal para ganhar um caráter de manufatura com o uso de máquinas a vapor, melhorando a qualidade gráfica e aumentando as tiragens disponíveis. Ainda assim, a imprensa ainda sofria com certa precariedade. Os custos de produção não eram cobertos pela venda de exemplares e anúncios e sua circulação dependia do financiamento dos partidos. Entretanto, a manutenção do periódico não consistia em um

⁵³ Se ficarmos apenas no campo político durante o período da experiência democrática, podemos citar *Política Gaúcha (1930-1964)* de Carlos Cortés (2007), *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul* de Miguel Bodea (1992) e *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul* de Claudira Cardoso (2014).

⁵⁴ Pasquins eram publicações panfletárias, críticas, eventualmente satíricas e geralmente de duração efêmera. Existiram desde antes da Independência ou mesmo da presença da tipografia no país e serviram tanto para apoiar o governo quanto para criticá-lo. Com motivação política, o pasquim tinha um caráter de ocasião, muitas vezes sendo publicado apenas uma vez, ao contrário de jornais regulares. Muitas vezes o pasquim consistia em apenas um artigo, impresso por um homem só sob um pseudônimo ou de forma anônima (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 48).

problema financeiro, mas sim uma questão política. As legendas não viam o jornal como uma fonte de ganhos monetários, mas como uma extensão da tribuna parlamentar para articular a legenda em meio à população (RÜDIGER, 1998, p. 32).

Por sua vez, o *Correio do Povo* seria o principal representante de uma nova fase do jornalismo rio-grandense e brasileiro. Diversas folhas independentes de legendas políticas surgiam entre o final do século XIX e início do XX, geralmente organizadas e financiadas por comerciantes e pequenos proprietários urbanos, mas sua administração financeira era voltada para evitar prejuízos e não para gerar lucro. Ainda que tivesse um caráter familiar, o *Correio do Povo* inova ao se organizar como uma empresa em moldes verdadeiramente capitalistas, com o reinvestimento dos ganhos na modernização constante do maquinário e das oficinas, reduzindo custos, aumentando a produtividade e a tiragem. Inova também ao contar com quadro próprio de jornalistas e não colaboradores com outras fontes de renda, situação comum na imprensa da época. Com as transformações sociais promovidas pela industrialização e urbanização do Brasil no início do século XX, a imprensa diminuiria cada vez mais sua dependência do campo político para se manter e a concorrência dentro do campo jornalístico era ditada agora pelo desenvolvimento do capitalismo no país. O novo perfil do jornalismo brasileiro, o informativo moderno, se consolidaria no Rio Grande do Sul em grande parte pelas páginas do *Correio*.

A fundação do periódico em Porto Alegre deu-se poucas semanas depois do fim da Revolução Federalista, guerra fratricida que sangrou o sul do país por três anos. Ainda existia muita tensão no estado e o clima parecia propício para o surgimento de uma folha que se preocupasse mais com o cotidiano do que com questões políticas. Um dos fundadores, o sergipano Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior⁵⁵ teria motivos para usar o jornal como plataforma política. Seu pai, o desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas havia sido morto em Santa Catarina em meio aos desdobramentos da Segunda Revolta da Armada, outro conflito que acabara há pouco tempo e questionou o autoritarismo do governo republicano de Floriano Peixoto.

⁵⁵ Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior (1868-1913) nasce em Sergipe e vem ao Rio Grande do Sul por conta da transferência de seu pai, nomeado juiz de Direito em Santo Antônio da Patrulha. Inicia sua vida no jornalismo como revisor no *A Reforma*, onde passaria também pela redação e editoração. Publicaria eventualmente na folha dos liberais poemas sob o pseudônimo “Tenório”. Com o fim da folha em 1892, migra para a redação do *Jornal do Comércio*, de onde sairia para fundar o *Correio do Povo* em 1895.

Entretanto, Caldas Júnior se propõe a publicar algo diferente do que vinha sendo feito até então. O *Correio* se preocuparia com a informação jornalística e não apoiaria diretamente nenhuma facção política, algo inédito na época (DILLENBURG, 1997, p. 19). Junto com os porto-alegrenses José Paulino de Azurena e Mário Totta e financiado pelos comerciantes Eugênio du Pasquier e Antônio Mostardeiro Filho, a folha é instalada na Rua dos Andradas, nº 132 em Porto Alegre. O primeiro editorial traz o compromisso que Caldas Júnior assume com os leitores:

O *Correio do Povo* será noticioso, literário e comercial, e ocupar-se-á de todos os assuntos de interesse geral, obedecendo à feição característica dos jornais modernos e só subordinados a inspirações do bem público e do dever inerente às funções da empresa livre e independente.

Como seu título indica, será uma folha essencialmente popular, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos leitores informações detalhadas sobre tudo quanto vá diariamente ocorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração pública do estado e do país (DILLENBURG, 1997, p. 22)

O editorial ainda ressalta o apoio da folha à República e que procuraria ser independente, nobre e forte, não adotando nenhuma facção partidária⁵⁶. Tal postura seria vista por desconfiança por alguns grupos políticos nos anos seguintes e os ataques d'A *Federação* seriam constantes.

Caldas Júnior comanda o jornal até sua morte em 1913. Sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas toma a frente do negócio e os anos seguintes são difíceis financeiramente. Credores, temendo pelo futuro da empresa com a morte de seu fundador, pressionam por garantias. Dolores Caldas consegue manter o *Correio* aberto após empréstimo de Joaquim Tibúrcio de Azevedo, amigo da família (DILLENBURG, 1997, p. 46) e mostra aptidão para gerenciar o negócio. Nos anos seguintes à morte do fundador, a direção do jornal passaria por diversos nomes⁵⁷, sem que nenhum se firmasse até 1935, quando Breno Caldas, filho de Dolores e Caldas Júnior assume o *Correio do Povo* até seu fechamento provisório em 1984⁵⁸.

⁵⁶ A lenda conta que o periódico ficaria conhecido por “róseo” ao ser impresso em folhas rosadas para se mostrar equidistante dos chimangos (que usavam no pescoço lenço branco) e dos maragatos (usavam lenço vermelho). Ana Paula Acaun indica que isso ocorreu por algum tempo somente em 1905 (2009, p. 24).

⁵⁷ Emílio Kemp, Francisco Leonardo Truda, Fernando Caldas – filho do primeiro casamento de Caldas Júnior, Fábio de Barros, José Alexandre Alcaraz – irmão de Dolores, dividindo a direção com André Carrazzoni, que assume de forma individual em 1932 (DOMINGOS, 2010, p. 103).

⁵⁸ Naquele momento, o jornal fazia parte da Companhia Jornalística Caldas Júnior, que além do *Correio do Povo*, incluía a Rádio Guaíba e a TV Guaíba. *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã* foram periódicos que também pertenceram ao grupo, mas foram descontinuados em anos anteriores. Em 1984, depois de dificuldades financeiras, o *Correio do Povo* interrompe sua publicação até 1986, quando o grupo é

A imagem de um periódico isento politicamente comporia o capital simbólico do jornal desde sua fundação. Entretanto, em alguns momentos de sua trajetória, tal posição neutra foi abandonada para apoiar uma causa política. Quando os movimentos revolucionários em outubro de 1930 começam em Porto Alegre, o *Correio* relata com detalhes a movimentação de forças do Exército, Brigada Militar e elementos civis por todo o estado. Fotos do general Flores da Cunha, do deputado Lindolfo Collor e de Osvaldo Aranha estampam as páginas e as manchetes mostram um entusiasmo crescente com o passar dos dias (DILLENBURG, 1997, p. 58). Na vizinha Argentina, o presidente Irigoyen fora deposto poucos dias antes e o *Correio* compara seu autoritarismo com o de Washington Luís (BELLOMO, 1995, p. 80). Jovens oficiais mortos em combate são saudados como heróis da revolução. Manifestos de Getúlio Vargas e de intelectuais gaúchos são publicados para justificar o movimento revolucionário. No dia 1º de novembro, o *Correio* deixa transparecer seu entusiasmo na manchete e subtítulo:

O comandante e o chefe das forças revolucionárias – Sr. Getúlio Vargas – entrou, ontem, triunfalmente no Rio, para assumir o governo da república.

Saudando o Rio Grande, que se pôs de pé pelo Brasil – o povo carioca tributou a s. excia e aos prós-homens de nosso Estado ininterruptas e delirantes ovações, assinalando a maior congregação ali feita até hoje (DILLENBURG, 1997, p. 59).

Harry Bellomo (BELLOMO, 1995, p. 82), ao analisar o comportamento antes da eclosão da Revolução de 1930, comenta sobre a mudança de postura do jornal. Dias antes, a situação no Brasil parecia tranquila pelas notícias que eram veiculadas, sem sinais evidentes da crise em curso. Entretanto, durante o mês de setembro de 1930, editoriais de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo passam a ser veiculados para repercutir a tensão no país. A grande maioria desses textos opinativos era de oposição ao governo e raros editoriais de jornais governistas foram reproduzidos, como uma tentativa de manter a “ficção” de o *Correio* ser um jornal neutro. Aos poucos, o jornal termina assumindo a posição claramente favorável aos revolucionários. No final dos anos 1980, Breno Caldas (CALDAS, 1987, p. 106) relataria que o jornal teria financiado viagens e despesas dos revoltosos, levando a dois anos de prejuízo no balanço do jornal pelos gastos investidos na revolução.

vendido ao empresário Renato Bastos Ribeiro. Em 2007, a companhia é novamente vendida à Rede Record, pela qual o *Correio do Povo* circula até os dias de hoje.

Os quinze anos de Vargas no poder teriam um saldo positivo para o jornal apesar de sofrer com os boicotes do interventor Flores da Cunha⁵⁹, opositor do governo federal após o sucesso da revolução e alvo de críticas do *Correio* por suas atitudes autoritárias no estado. Com a proibição de partidos políticos e a censura do Estado Novo, as folhas político-partidárias são obrigadas a fechar ou se readequar a ser noticiosas, mas a maioria não resiste e acaba encerrando as atividades. No interior do estado, a política era a base de sustentação do jornalismo e com seu sufocamento, muitos jornais também fecham. A proporção dos jornais da capital na tiragem total impressa no Rio Grande do Sul aumenta nos anos seguintes, indicando a crise no setor nas cidades do interior (RÜDIGER, 1998, p. 73). Com uma concorrência menor, o *Correio* iniciaria o período 1945-1964 como o jornal de maior prestígio do estado, seguido de perto pelo moderno *Diário de Notícias*, inaugurado em 1925 por Francisco de Leonardo Truda, antigo diretor do *Correio* e vendido em 1930 ao conglomerado jornalístico Diários Associados, do poderoso empresário Assis Chateaubriand.

Durante o segundo período de Vargas no poder (1951-1954), o jornal continuava demonstrando simpatia ao presidente, inclusive às vésperas do trágico desfecho do político. Em 1954, enquanto grande parte da imprensa nacional criticava o plano econômico de Vargas, o *Correio* enumerava as medidas tomadas pelo presidente, defendia seu espírito democrático e elencava como principal inimigo do país o comunismo. Quando o atentado na rua Toneleros acontece, o jornal acreditou na inocência do presidente e pregou que as Forças Armadas seguissem a Constituição para o bom rumo do país (DIAS, 2011, p. 29 e 38). No fatídico 24 de agosto, grande parte da população se comove com o desenlace da crise política. As ruas explodem com a fúria de movimentos que causam tumultos em diversas cidades do país. Enquanto na capital federal, a polícia precisa usar gás lacrimogênio para dispersar os populares que depredavam qualquer material ou local entendido como anti-varguista, em Porto Alegre, o governador Ernesto Dornelles adia o envio do aparato policial repressor às ruas. Como resultado, as sedes de partidos políticos da oposição (UDN, PL, PSD, PSB, PSP e PRP) são invadidas, seu material de propaganda e mobiliário jogados na rua e incendiados. Os inimigos “externos” também sofrem com depredações. Empresas norte-

⁵⁹ Flores da Cunha impõe uma série de medidas para prejudicar o *Correio do Povo*: proíbe a Viação Férrea do Rio Grande do Sul de distribuir o jornal pelo interior, ordena que o jornal não fosse impresso e circulasse em diversas ocasiões, aconselha os prefeitos a não colaborarem de forma alguma com o periódico e manda a polícia agredir seus jornalistas na rua (DILLEMBURG, 1997, p. 60).

americanas e sua representação diplomática são atacadas, vistas como símbolos do imperialismo denunciado na Carta-Testamento. Os veículos de comunicação igualmente são alvo da fúria das ruas. As rádios Farroupilha e Difusora são incendiadas. O *Estado do Rio Grande*, órgão noticiosa do PL é atacado. Localizada no Largo dos Medeiros, a poucas dezenas de metros do *Correio do Povo*, a sede do *Diário de Notícias* é invadida, tem seus móveis arremessados à rua e o prédio incendiado⁶⁰ (FERREIRA, 2003b, p. 311). O *Jornal do Dia*, diário ligada à Igreja Católica, só tem a redação poupada por estar localizada próxima ao Palácio Piratini, sede do governo estadual. A região estava guarnecida por tropas do Exército e repeliu manifestantes que intencionaram chegar ao jornal⁶¹.

A postura do *Correio do Povo* após os eventos do dia 24 de agosto reforçam a constante tentativa do periódico de se mostrar neutro. Ainda que tenha demonstrado simpatia pelo presidente antes do suicídio e depois de sua morte continua a tecer elogios a ponto de contribuir para o processo de mitificação do político, o jornal posicionou-se a favor dos atingidos pelos tumultos. O conteúdo das páginas do *Correio* dos dias seguintes critica a inoperância do estado para cessar as depredações, destacando principalmente a destruição nos órgãos de imprensa (DIAS, 2011, p. 39). Não há referências a uma possível legitimidade na revolta da população contra as instituições identificadas como “inimigas” de Vargas. A responsabilidade dos atos é atribuída a comunistas agitadores e “pelegos” e não vistas como uma reação espontânea do povo diante do impacto causado pela morte do presidente (DIAS, 2011, p. 42). Ao fim de tudo, novamente um episódio envolvendo Getúlio Vargas favoreceria o *Correio*. Se no Estado Novo, a censura e o estrangulamento político provocam o fechamento de muitas folhas - principalmente as político-partidárias - o incêndio do *Diário de Notícias* e seu posterior declínio afastam o principal concorrente e confirma a posição de liderança dos jornais do grupo Caldas Júnior no Rio Grande do Sul⁶² (RÜDIGER, 1998, p. 80).

⁶⁰ O *Diário de Notícias* volta a funcionar no ano seguinte com equipamentos emprestados por Breno Caldas e com uma linha mais conservadora. O incêndio de sua sede representa o início de seu longo declínio nas décadas seguintes, sendo vítima da censura e arbitrariedades da Ditadura Civil-Militar, ainda que tenha apoiado o Golpe de 1964. A morte de seu dono, Assis Chateaubriand em 1968 parece ter tornado irreversível a decadência, ainda que o empresário já não tivesse o mesmo trânsito dentro do governo para articular favores dos poderosos para seu conglomerado de imprensa. O *Diário de Notícias* encerra sua circulação em 30 de dezembro de 1979 (KLEIN, 2017, p. 18).

⁶¹ *Jornal do Dia*, 25 de agosto de 1954, p. 2.

⁶² A credibilidade acumulada pelo *Correio do Povo* dentro do campo jornalístico nessa época chega ao ponto do periódico ser considerado como um endossador de verdades. A afirmação pode ser ilustrada pelo episódio narrado por Ernesto Correa, diretor do *Diário de Notícias*. Em 1958, quando o papa Pio XII

O *Correio do Povo* teria relações cordiais com os governadores gaúchos durante o período da experiência democrática. O trabalhista Ernesto Dornelles é o primeiro mandatário estadual a descer do Palácio Piratini para cumprimentar Breno Caldas pelo aniversário do jornal em 1º de outubro de 1951. Dois anos depois, seu secretário de Obras Públicas, o engenheiro Leonel de Moura Brizola repete o gesto e tem sua foto publicada na contracapa. Ildo Meneghetti, do PSD, também participa das celebrações de anos do jornal juntamente com todo seu secretariado. A cortesia se manteria com o governador seguinte, Leonel Brizola do PTB, eleito em 1958 e o vice-presidente João Goulart, escolhido nas eleições de 1955 e 1960. Mas como indica Charles Domingos (DOMINGOS, 2010, p. 106), a situação muda depois da renúncia do presidente Jânio Quadros e da Campanha da Legalidade em 1961. Para se contrapor e denunciar o golpe pretendido pelos ministros militares e setores conservadores, o governador Brizola requisita os equipamentos da Rádio Guaíba, integrante do grupo Caldas Júnior, e monta a Rádio da Legalidade nos porões do Palácio Piratini. Breno Caldas não admitia interferências em sua empresa, ainda mais vindas do Estado. As relações entre os dois personagens deterioram e uma vez resolvida a posse de Goulart como presidente, o governo Brizola teria agora contra si o grupo Caldas Júnior. Arlindo Pasqualini, braço direito de Breno Caldas na empresa de comunicação, manteria uma coluna diária na contracapa do *Correio* na qual criticaria constantemente o governo Goulart.

O comportamento do *Correio do Povo* durante a crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros ilustra como o periódico se colocava em episódios críticos na política nacional naquele momento de sua trajetória. Com a saída de Quadros do cargo no dia 25 de agosto de 1961, o editorial do dia seguinte coloca a folha a favor da manutenção das instituições e dos caminhos previstos na Constituição para episódios como o que vinha ocorrendo. Entretanto, nenhuma menção é feita a João Goulart, ao governador Brizola ou mesmo aos ministros militares, que àquela altura já haviam declarado a “inconveniência” do vice-presidente assumir a chefia do Executivo. Os editoriais dos dias seguintes manteriam o mesmo tom: a defesa do respeito à Constituição e às leis, desejando que a crise se resolvesse sem que a paz fosse rompida.

adoece gravemente, Correa decide passar a noite na redação esperando notícias do Vaticano. Confirmada a morte do Pontífice, o diretor manda trocar a composição da primeira página para noticiar o falecimento do religioso, trabalho que ocupa quase a noite inteira. Pela manhã, Correa circula pelo centro de Porto Alegre esperando escutar a repercussão do “furo” dado pelo *Diário de Notícias*, uma vez que o *Correio* fechara a edição do dia noticiando apenas a doença do papa. Estranhando a ausência de comentários, Correa toca no assunto em uma barbearia e escuta de um dos clientes que só acreditaria na informação quando ela fosse confirmada pelo *Correio do Povo* (DILLEMBURG, 1997, p. 71).

Deseja que o Brasil se livrasse de golpistas, aventureiros messiânicos e se colocasse no caminho da decência, do decoro e do trabalho (GRIJÓ, 2017, p. 252). Mesmo que essa linha convergisse com o Movimento da Legalidade capitaneado por Brizola e seus apoiadores, o *Correio* manteria uma distância perceptível do governador em suas páginas, colocando-se em paralelo à resistência organizada pelo governador gaúcho.

Buscando ser fiel à sua imagem de neutralidade, são publicadas no dia 31 de agosto a íntegra do “manifesto dos ministros militares” e uma mensagem do escritor Érico Veríssimo. No primeiro texto, elaborado pelos setores golpistas da caserna, o passado de João Goulart no Ministério do Trabalho é lembrado como prova de suas tendências ideológicas e de onde teria incentivado e promovido agitações nos meios sindicais. Além disso, teria demonstrando simpatia pelos regimes comunistas soviético e chinês na viagem em que estava quando Jânio Quadros renunciou. Sendo assim, o vice-presidente seria uma ameaça às instituições democráticas do país, arruinando a justiça, a paz social e os “altos padrões” da cultura cristã. Por sua vez, a mensagem de Érico Veríssimo apelava aos seus amigos e leitores de todo o Brasil para que ficassem ao lado da legalidade como o escritor estava se colocando. Protesta contra o golpe de Estado em andamento, ao mesmo tempo ridículo e sinistro, segundo o escritor, que ameaça lançar o país em uma guerra civil ao tentar interromper o processo democrático. Tanto o manifesto dos militares quanto a mensagem de Veríssimo seriam publicados com destaque semelhantes nas páginas do *Correio*, procurando reforçar a sempre alarmada isenção do periódico para com facções políticas (GRIJÓ, 2017, p. 255).

A falta de críticas aos ministros militares e aos demais apoiadores do golpe pretendido em 1961 e a constante súplica do *Correio* em seus editoriais pela manutenção da ordem pública, da paz interna, do respeito à Constituição e às leis revelam um conservadorismo um tanto difuso do periódico. Se em seu primeiro editorial de 1895 afirma que a folha seria popular como indica o nome, a liderança e hegemonia no campo jornalístico nos anos comandados por Breno Caldas e suas boas relações com os poderosos do estado e do país tinham convertido o perfil do *Correio* para um jornal conservador em um amplo sentido do termo (GRIJÓ, 2017, p. 260), postura confirmada pelo jornalista Oswaldo Goidanich, que trabalhou no periódico por mais de 30 anos (DOMINGOS, 2010, p. 107). Ao final da crise da sucessão de Jânio Quadros, o editorial do dia da posse de João Goulart como presidente (7 de setembro) demonstra alívio pelo desfecho sem maior violência no país, ainda que “agitadores

profissionais” tenham atuado para acabar com a ordem, o trabalho e a paz. Congratula o Congresso Nacional pelo empenho para chegar a uma solução que aliviasse a pressão política no país sem sacrificar as liberdades democráticas e demonstra simpatia pelo novo sistema parlamentarista adotado (GRIJÓ, 2017, p. 253).

Outra parte importante que formava a “aura” do *Correio* vinha de como ele apresentava seu conteúdo. Sua diagramação⁶³ tinha um perfil sisudo, com manchetes sem letras garrafais e notícias dadas em textos longos, descritivos e com pouca variação da tipografia entre os corpos de textos, ou seja, a maior parte da página era coberta por um único tipo de fonte. Além disso, a parcimônia no uso de fotos e imagens também compunha a aparência sóbria e um tanto monótona de uma página típica do jornal.

Circulando de terça a domingo, uma edição do *Correio do Povo* durante a semana normalmente tinha em torno de 16 páginas. Esse número mais que triplicava aos domingos, principalmente devido aos classificados. A organização básica do periódico era a seguinte:

- Capa - assuntos internacionais, com frequente preocupação em noticiar sobre a União Soviética, China e demais países comunistas do leste europeu;
- Página 2 - informes econômicos, como os índices da bolsa de valores e notícias sobre militares (promoções e transferências dos integrantes da Brigada Militar e Forças Armadas);
- Página 3 - notícias sobre o interior do Rio Grande do Sul e municípios;
- Página 4 - editorial, colaborações de destaque, colunas opinativas, as seções *Correio do leitor* e *Dia de hoje há 60 anos*⁶⁴;
- Página 5 - noticiário policial;
- Página 6 – notícias diversas;
- Página 7 – notícias políticas: artigos sobre as atividades das legendas políticas, políticos, governo e administração pública. Também podiam ser reproduzidos

⁶³ A diagramação de um jornal corresponde ao ato de construir a página, distribuindo os elementos gráficos no espaço disponível do papel a ser impresso. Consiste em localizar os textos, fotos, imagens para facilitar e hierarquizar a leitura das matérias e outros conteúdo do periódico (CAPELATO, 2015 p. 132).

⁶⁴ A seção reproduzia eventos noticiados pelo jornal seis décadas antes, procurando assim produzir referências homogêneas e cristalizadas para a memória social rio-grandense, como destacado em CRUZ; PEIXOTO (2007, p. 259).

trechos de discursos de deputados na Assembleia Legislativa ou de vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre⁶⁵;

- Páginas 8 a 15 – A disposição do conteúdo dessas páginas variava conforme o dia da semana. Incluía páginas com notas sociais, de arte, cinema, teatro, assuntos voltados para a mulher, continuação de textos da capa, contracapa e páginas anteriores, esportes (o turfe tinha grande destaque em dias de corrida) e classificados;
- Página 16 – contracapa: notícias nacionais, focando principalmente em assuntos políticos e econômicos.

Portanto, para essa pesquisa, as páginas de maior interesse são a contracapa, a página 4 com o editorial e suas colunas opinativas e a página 7, onde os assuntos políticos tinham maior enfoque. Nessa última, mais uma estratégia do *Correio do Povo* pode ser destacada para pautar a agenda pública. Era perceptível a ausência de notícias veiculadas na seção *Panorama Político* da página 7 que tivessem como assunto o PTB, partido do presidente João Goulart e do governador Brizola. A seção, como o nome indica, noticiava as atividades dos partidos políticos, políticos e do governo. Geralmente era composta por duas notícias principais que ocupavam a maior parte do espaço da página, ladeadas por textos e notas menores. Como exemplo da ausência de citações ao PTB, cito o mês de novembro de 1962. Naquele período, as manchetes das notícias principais da seção *Panorama Político* não trouxeram nenhuma menção à sigla PTB enquanto outros partidos são contemplados⁶⁶, ainda que alguns tivessem menor força representativa junto ao eleitorado. Se o *Correio do Povo* elogiou Getúlio Vargas e seu governo até seu desaparecimento da cena pública, o mesmo não pode ser dito de seus herdeiros políticos. Após a crise da Legalidade, a relação do *Correio do Povo* com o PTB fica conturbada. Além das críticas que os editoriais passariam a tecer aos

⁶⁵ A veiculação de discursos de deputados e vereadores era mais uma forma com a qual o *Correio do Povo* procurava aumentar seu capital político. Ao publicar tais falas, o periódico se coloca como um espaço ao qual se recorre para discutir política fora das casas parlamentares. Ao mesmo tempo, a seleção de deputados e vereadores a serem publicados em detrimento de outros dava a oportunidade para reforçar as ideias, valores e visão de mundo que o jornal buscava disseminar.

⁶⁶ Em um universo de aproximadamente 20 notícias principais na seção *Panorama Político* ao longo do mês são citados respectivamente pelas manchetes os seguintes partidos e a quantidade de vezes: PSD - 3; PL - 2; MTR - 2; PDC - 2; UDN - 1. A presença ou não da sigla em manchetes é importante, pois como indica CAPELATO (2015, p. 133), as palavras de uma manchete são escolhidas com cuidado e de forma a causar impacto, sendo consideradas “palavras-bala” pela capacidade de penetração no cérebro do leitor. Além disso, veicular notícia ou não de um partido na seção indica a priorização de um assunto sobre outros na agenda pública. Ao omitir as atividades do PTB, o *Correio* deixava subentendido que a legenda não era importante para o cenário político estadual.

trabalhistas, outra estratégia do *Correio* para influenciar no campo político passou a ser a omissão de comentários positivos⁶⁷ nas páginas do jornal.

⁶⁷ Tal omissão de comentários sobre membros do PTB também é relatada por DOMINGOS, 2010, p. 178-179 e 194, durante o processo de reatamento de relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética em 1961.

CAPÍTULO 3 – 6 DE JANEIRO DE 1963: O PARLAMENTARISMO, O REFERENDO E O *CORREIO DO POVO*

3.1 OS PARLAMENTARISTAS NO *CORREIO DO POVO*

João Goulart havia deixado o país como vice e voltou como presidente, sem saber se poderia tomar posse, dada a crise provocada pelo veto dos ministros militares. Sem ter tido tempo para planejar previamente os rumos do novo Executivo, o gabinete de Tancredo Neves consegue elaborar o plano de governo apresentado ao Congresso em fins de setembro de 1961. Guiado por quatro princípios gerais (desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça social), o plano ambicionava controlar a inflação crescente ao mesmo tempo em pretendia remover obstáculos estruturais ao desenvolvimento (FIGUEIREDO, 1993, p. 66). Por sua vez, o governo não se mostraria disposto a institucionalizar o parlamentarismo como sistema de governo. O Ato Adicional havia instaurado o regime de gabinete em linhas gerais, deixando espaço para complementações que aprimorassem sua organização, mas não houve grandes iniciativas para tal. Pelo contrário, os partidos políticos e as principais lideranças continuaram a agir tendo como referência o arcabouço institucional presidencialista (ALMEIDA, 1995, p. 132).

Como integrante do Partido Libertador e interessado no sucesso da experiência parlamentarista, o deputado federal Coelho de Souza⁶⁸ comenta em entrevista ao *Correio do Povo* como via a questão do parlamentarismo naqueles poucos meses em que o sistema vigorava. O político naquele momento exercia a presidência regional da legenda e antes de retornar a Brasília, foi questionado pelo jornal sobre o sistema político em vigor. Conforme o político, o Ato Adicional que estabeleceu o parlamentarismo no país contém as linhas mestras para a estrutura e o funcionamento do sistema. Ao contrário da época imperial, na qual o parlamentarismo existiu de fato, naquele momento o sistema existia de direito. Entretanto, a má fé e a vontade de “torpedear” a nova organização política vindas daqueles que aceitaram o parlamentarismo e deveriam colocá-lo em funcionamento era a realidade. Com exceção de dois ou três integrantes, o ministério servia como instrumento do presidente e do

⁶⁸ José Pereira Coelho de Souza (1900-1982) nasceu em Porto Alegre, onde forma-se em Direito e ocupa o cargo de juiz de direito em diversas cidades no interior do estado. Em 1934 é eleito deputado constituinte estadual pelo Partido Republicano Liberal (PRL). Durante o período da experiência democrática torna-se deputado federal em 1950 pelo PL, sendo reeleito nas eleições de 1954 e 1958. Encerraria o mandato em 1963 sem retornar à Câmara dos Deputados (SOUSA, 2001).

primeiro-ministro para sabotar o parlamentarismo, pois se mostrava incapaz e inoperante segundo a análise de Coelho de Souza. A responsabilidade era da Câmara de Deputados em mostrar se votou pela emenda parlamentarista para renovar a vida pública do país ou apenas para contornar uma crise política. Para o político, os inimigos do regime de gabinete estariam saudosos do poder pessoal e indiscriminado do presidente ou então queriam evitar limitações às suas ambições autoritárias para se transformarem em chefes totalitários no futuro ⁶⁹.

A principal figura do PL também mantém as críticas à forma como o parlamentarismo vinha sendo regido no país. Em uma grande matéria na seção *Panorama Política* da página 7, Raul Pilla⁷⁰ comenta proposta do deputado federal Etelvino Lins do PSD de Pernambuco. O político pernambucano era defensor do sistema parlamentar e preside a Comissão Especial de Leis Complementares do Parlamentarismo, composta por deputados e senadores (LINS, 2001). Lins propôs que o Congresso Nacional tivesse poderes especiais por um curto período de tempo para modificar a Constituição em pontos previamente estabelecidos e entre os quais estava o sistema de governo. A notícia do *Correio* inicia com a avaliação direta de Pilla: “O sistema parlamentar não tem funcionado porque assim não o quer o sr. João Goulart.”⁷¹ Sobre a proposta do político pernambucano, Pilla considera uma forma de transição ou conciliação para contornar a resistência do presidente ao sistema parlamentar. Para o libertador, os compromissos políticos e morais assumidos ao se adotar o parlamentarismo não podem ser abandonados enquanto permanecesse a causa essencial da crise, ou seja, a presença de Goulart na presidência, sob pena de novas instabilidades políticas se iniciarem. Pilla indica a fórmula parlamentarista como a única capaz de resolver de forma pacífica e democrática os problemas nacionais, não sem encontrar grandes dificuldades no percurso. Abandonar tal situação implicaria empurrar o país

⁶⁹ Coelho de Souza opina sobre sucessão, parlamentarismo e problema agrário. *Correio do Povo*, 11/02/1962, p. 7.

⁷⁰ Raul Pilla nasceu em Porto Alegre em 1892 e se forma médico em 1916 pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, instituição na qual também exerceu a docência e pesquisa. Estreia na política ao escrever manifesto de apoio a candidatura de Assis Brasil para as eleições de 1922. Como já citado no capítulo 1, ajuda na fundação da primeira fase do Partido Libertador em 1928, quando ocupa a vice-presidência. Além da medicina e política, Pilla se ocuparia com o jornalismo. Participaria da fundação do *Diário de Notícias* com Leonardo Truda, seria diretor d’*O Estado do Rio Grande*, órgão de imprensa oficial do PL, além de contribuir com textos para *O Globo* do Rio de Janeiro. No *Correio do Povo*, além das frequentes entrevistas, manteria a coluna *Microscópio* por anos. No espaço, associava a sociedade ao corpo humano e como médico, examinaria de perto seus desequilíbrios com o instrumento ótico do título (KLEIN, 2021, p. 232).

⁷¹ Condena o dep. Raul Pilla a proposta apresentada pelo sr. Etelvino Lins. *Correio do Povo*, 21/02/1962, p. 7.

para uma sombria desesperança a qual só um aventureiro conseguiria dispersar. Ao final, Pilla levanta duas questões. A primeira: O parlamentarismo se encontra completamente impossibilitado de funcionar? Não, responde o político, que aponta Goulart como único responsável pela inoperância do sistema. Já a segunda pergunta vem no rastro da resposta anterior. Todos capitularão diante do presidente? A resposta decidirá o destino do país, sentencia Pilla, indicando que ainda acredita que o sistema parlamentar pode ser gerido no país naquele momento.

Nos primeiros meses do ano de 1962 o gabinete do presidente do Conselho de Ministros Tancredo Neves do PSD mineiro estava preocupado em manter as contas públicas em equilíbrio. Entretanto, por ser ano eleitoral, o Congresso Nacional se mostrava particularmente propenso a evitar cortes além de aumentar as despesas do orçamento (ALMEIDA, 1998, p. 123). O primeiro gabinete republicano formado no Brasil foi considerado de conciliação nacional já que contou com ministros até da UDN como forma de acomodar os interesses de vários grupos e manter assim as regras do jogo democrático (FIGUEIREDO, 1993, p. 63). Entretanto, conseguir implantar as mudanças pretendidas por Goulart naquele momento se mostrou algo de enorme dificuldade. Enquanto as esquerdas clamavam pelas reformas de base, os setores conservadores do Congresso dificultavam grandes transformações no *status quo* nacional, sobretudo em questões relativas à reforma agrária (FERREIRA, 2003c, p. 356). Impaciente com as amarras impostas pelo parlamentarismo e percebendo que os ministros não tinham o mesmo perfil reformista, Goulart se afasta do gabinete e aproxima dos setores nacionalistas e das esquerdas. Sem grandes avanços e com o pretexto dos ministros concorrerem às eleições de outubro, o gabinete pede a renúncia em junho, afastando-se em definitivo somente em julho. Skidmore (2007, p. 267) descreve o episódio como “[...] um plano (de Tancredo Neves e João Goulart) destinado a demonstrar deliberadamente a inviabilidade do parlamentarismo.”.

O episódio da renúncia do primeiro gabinete parlamentarista do governo Goulart nos permite perceber a estreita relação que Raul Pilla e o *Correio do Povo* mantinham. O político foi constantemente ouvido (e publicado) pelo jornal quando o assunto foi o sistema de governo e questões relacionadas. Sobre a necessidade dos ministros se afastarem do cargo para concorrerem às eleições, Pilla sentencia: “Ministros são

elegíveis”, como indica a manchete da notícia publicada na contracapa⁷². Falando ao jornal, o político argumenta que a inelegibilidade dos ministros é cautela fundamental no sistema presidencialista, dado o enorme poder pessoal vinculado ao cargo e sua regulamentação estava prevista no artigo 139 da Constituição de 1946⁷³. Por sua vez, no regime de gabinete, o parlamento é o centro político e viveiro dos estadistas do país, segundo a análise de Pilla. A inelegibilidade mutilaria o sistema e impediria seu correto funcionamento, já que os ministros estão em constante avaliação. Impedir sua eleição impediria o eleitor de julgar o ministro pelas urnas. O mecanismo teria sobrevivido à transição de sistema de governo simplesmente pela pressa na aprovação do Ato Adicional. No entanto, em seu artigo 22 está prevista a aprovação de novas leis para complementar e organizar o sistema parlamentar se assim o Congresso Nacional entender necessário. O deputado libertador pontua duas observações: Na primeira pondera que a inelegibilidade não se aplica mais, já que o sistema vigente se tornou parlamentar e os ministros precisam ser julgados pelo eleitor. Em caso de alguma objeção, a segunda observação de Pilla complementa a primeira. Basta ser aprovada pelo Congresso a revogação da inelegibilidade dos ministros para que a questão seja solucionada. “Recusar a revogação implícita ou expressa da inelegibilidade dos ministros é, simplesmente, impedir que o sistema parlamentar funcione.” conclui o deputado e a notícia⁷⁴. Pilla se mostra um zeloso conhecedor dos mecanismos parlamentares e preocupado com o andamento do sistema de governo no país. Entretanto, como mencionado anteriormente, o gabinete de Tancredo Neves acaba renunciando com a justificativa de manter a elegibilidade de seus ministros. Não houve por parte do governo iniciativa e investimento de capital político para remediar tal situação dentro do Congresso Nacional.

Com a saída do gabinete de Neves, Goulart, que vinha se aproximando das esquerdas para tentar aprovar as reformas de base, indica o trabalhista Francisco San

⁷² Ministros são elegíveis: declara Raul Pilla. *Correio do Povo*, 24/02/1962, p. 16.

⁷³ Para um ministro concorrer à Câmara Federal ou ao Senado, ele deveria se desvincular do cargo até três meses antes das eleições. *Constituição de 1946*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15/03/2022.

⁷⁴ Como aponta Antonio Bueno (BUENO, 2006, p. 58), Raul Pilla portava-se como um eterno professor em muitas das suas manifestações públicas, expondo seus argumentos de forma a apresentar a justiça e a verdade para a sociedade. A partir dessa “verdade”, deveria haver a formação de um juízo sobre a realidade e com isso, a construção da justiça social. A entrevista citada ilustra o perfil didático de Pilla, na qual cita um problema, a causa desse problema e a solução que o político apresenta como a conclusão lógica, além de indicar as consequências de não se tomar tal providência.

Thiago Dantas⁷⁵ para formar um novo governo. Dantas era próximo de sindicatos, de movimentos sociais e da esquerda em geral. Ocupara a pasta do Ministério das Relações Exteriores de Tancredo Neves e continuou a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros, reatando relações com a União Soviética e rejeitando a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), conforme proposta dos Estados Unidos na Conferência de Punta del Este em janeiro de 1962. Com tal atuação no Itamaraty, o ex-chanceler acaba tendo o nome rejeitado na Câmara dos Deputados por uma maioria conservadora formada de udenistas e pessedistas (FERREIRA, 2003c, p. 357). A solução encontrada por Goulart então foi indicar o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, do PSD paulista. O nome é aprovado pelos deputados e também o seria no Senado.

Novamente o *Correio do Povo* dá amplo espaço em suas páginas ao libertador Pilla. Na página 7, onde eram publicadas as principais notícias políticas, é reproduzido na íntegra o discurso com o voto dado por Pilla na Câmara Federal, manifestando a posição dos representantes do Partido Libertador. Depois de novamente criticar o presidente por seu desejo em aumentar seu poder pessoal, Pilla anuncia que sua bancada⁷⁶ aprova o nome de Moura de Andrade, mas com a condição de que o futuro presidente do Conselho de Ministros não atue contra o sistema parlamentar, combata a inflação e forme um gabinete próprio, não influenciado pelo presidente da República⁷⁷. No entanto, o presidente do Senado foi amplamente rejeitado pelos sindicatos, que anunciam uma greve geral em resposta à escolha. A instabilidade criada faz efeito e Moura de Andrade renuncia à indicação, desgastando ainda mais o incipiente sistema parlamentar brasileiro.

A renúncia de Auro de Moura Andrade ao cargo de primeiro-ministro provoca reações na Câmara Municipal de Porto Alegre, com a sessão do dia 5 de julho tomada por debates em torno do episódio. O *Correio do Povo* reserva amplo espaço na transcrição das discussões, ocupando quase toda a página 10 com o texto dividido em três colunas e meia. A metade da primeira coluna traz as considerações dos vereadores

⁷⁵ Carioca, retoma sua carreira política após o fim do Estado Novo filiado ao PTB mineiro devido a sua origem familiar. Com um bom trânsito no PSD progressista, tinha perfil democrático reformador, em contraposição ao revolucionário Leonel Brizola, ambos expoentes do PTB (ONOFRE, 2016). Sobre San Thiago Dantas e a PEI, ver (DOMINGOS, 2010).

⁷⁶ A bancada do Partido Libertador na legislatura 1959-1963 era composta por 3 deputados (TORRES, 2020, p. 64).

⁷⁷ Voto do sr. Raul Pilla na indicação de Auro de Moura Andrade. *Correio do Povo*, 06/07/1962, p. 7 e 10.

Lucio Marques do PTB e Marques Fernandes do PSD, ambas resumidas pelo jornal com os assuntos da cidade abordados pelos políticos. Ao fim dos discursos de cada um, o vereador trabalhista se declara pessoalmente parlamentarista, mas afirma que a forma como o sistema vem sendo regido não tem funcionado. Por sua vez, Marques Fernandes professa sua crença no presidencialismo e que a crise do país decorreria da falta de líderes no governo. O texto segue após o intertítulo⁷⁸ “O parlamentarismo e greve” focando na participação do vereador do PL Say Marques. Segundo o *Correio do Povo*, “O discurso do sr. Say Marques foi particularmente interessante, não só de per si como pelos debates que suscitou”. A partir de então, é reproduzido na íntegra o discurso do vereador, no qual põe em suspeita o Ministério do Trabalho e o presidente Goulart como mandantes das greves que acontecem pelo país e os responsáveis pela instabilidade e insegurança da população. Após a intervenção e o debate com alguns vereadores do PTB, Say Marques denuncia que, em recente viagem ao Rio de Janeiro, soube que o ministro San Thiago Dantas negociava um contrato no valor de cem milhões de cruzeiros em publicidade para vigorar pelos três meses antes das eleições de outubro. Segundo Say Marques, o objetivo do contrato era preparar a volta do presidencialismo e o retorno do poder pessoal e absoluto de Goulart sobre a administração pública e as Forças Armadas. Para isso acontecer, o Parlamento precisava ser corrompido e a opinião pública iludida, pois San Thiago Dantas tinha consciência que seu nome não seria aprovado pelo Congresso Nacional. Por sua vez, a indicação de Auro de Andrade estaria condicionada ao estabelecimento do plebiscito junto às eleições de outubro. Finalizando o discurso, o vereador elogia a imprensa, particularmente a *Folha da Tarde* (integrante do grupo Caldas Júnior) no seu papel de esclarecer a opinião pública e por não se deixar inundar por notícias tendenciosas infiltradas por agentes da desordem e pelo “bureau da ilegalidade”. O espaço ocupado pelo discurso do libertador Say Marques ficaria em torno de duas colunas. O resto da seção (pouco menos de uma coluna) foi dividida na veiculação das falas de outros quatro vereadores: Marino Santos (Partido Republicano - PR), Aloísio Filho (PTB), José Sanseverino (Partido Democrático Cristão – PDC) e Alberto Schroeter (PR), também com considerações sobre a renúncia de Auro de Moura de Andrade, além de outros assuntos da cidade⁷⁹. Como indicado por Cruz e Peixoto (2007, p. 262), a análise

⁷⁸ Título colocado no meio do texto para dividi-lo em seções e facilitar a leitura (CAPELATO, 2015, p. 132)

⁷⁹ Vereadores fazem a apologia do sistema parlamentar do governo. *Correio do Povo*, 06/07/1962, p. 10.

gráfica do jornal é parte importante na pesquisa em periódicos e a distribuição do conteúdo, levando-se em conta sua localização e extensão releva as prioridades do jornal. A seção *Câmara Municipal* descrita acima mostra a estratégia do *Correio do Povo* para se posicionar na conjuntura política. Ao indicar o discurso do libertador Say Marques como “interessante”, além de transcrevê-lo na íntegra e ocupar quase metade do espaço da seção, possibilitou reforçar as ideias às quais o *Correio do Povo* mais simpatizava se considerarmos que a outra metade do espaço foi dividida com o discurso resumido de outros seis vereadores.

A crise para a nomeação do próximo primeiro-ministro seria solucionada com a indicação do pessedista gaúcho Francisco de Paula Brochado da Rocha⁸⁰. O *Correio do Povo* veicula a avaliação de Pilla sobre o novo gabinete com o costumeiro destaque ao veiculá-la na contracapa. Segundo o libertador, o novo governo não foi formado por Brochado da Rocha, mas sim pelo presidente Goulart, o que comprometeria seu compromisso com o sistema parlamentar. Revelando que votou contra a indicação do novo primeiro-ministro e que a bancada do PL nega o voto de confiança ao gabinete formado, Pilla denuncia que o novo governo já não se preocuparia nem em manter as aparências já que fora proposto pelo chefe do governo que os gabinetes dos presidentes da República e do Conselho de Ministros fossem unificados no Palácio do Planalto. Tal união acabaria dando uma configuração de um ministério presidencialista e não de um órgão do Parlamento como deveria ser o gabinete⁸¹. Além do destaque que o jornal deu à avaliação de Pilla ao localizá-la na contracapa, podemos fazer outra observação. Junto a essa notícia, uma pequena nota foi acomodada junto ao texto. Sua manchete: “Kruschev cumprimenta Brochado”. Cumprindo o protocolo de boas relações internacionais (recém reestabelecidas), o dirigente soviético Nikita Krushev mandou um telegrama de saudações a Brochado da Rocha pela nomeação e desejou uma boa relação entre os dois povos e seus países no interesse da paz na Terra. Certamente o Itamaraty recebeu mensagens com o mesmo teor de outros países, mas o *Correio do*

⁸⁰ Francisco de Paula da Rocha (1910-1962) se forma em Direito em 1932 e atuaria como consultor jurídico em diversas ocasiões junto à administração pública. Inicia sua carreira política após o Estado Novo, quando é nomeado secretário de Educação e Cultura durante o processo de redemocratização. É eleito deputado pelo PSD para Constituinte Estadual de 1947 e inicia o governo de Leonel Brizola na secretaria de Segurança Pública. Seria transferido para a pasta do Interior e Justiça no ano seguinte, além de ocupar interinamente outras secretarias (ROCHA, 2001). Morreria em 26 de setembro de 1962, poucos dias depois de deixar o cargo de primeiro-ministro. O *Correio do Povo* de 27 de setembro publicaria uma grande cobertura sobre o velório e nos dias posteriores segue destacando a comoção gerada pela morte do político.

⁸¹ Pilla critica o novo Conselho de Ministros. *Correio do Povo*, 26/07/1962, p. 16.

Povo achou pertinente publicar justamente o telegrama que faz a associação do nome do novo primeiro-ministro brasileiro ao do comunista Kruschew. Em plena Guerra Fria, ter o nome associado ao comunismo era perigoso para a reputação de políticos, pessoas públicas e mesmo para o cidadão comum⁸².

Considerando ainda a análise do projeto gráfico do *Correio do Povo*, outro aspecto que devemos prestar atenção é no uso da capa do jornal e a função por ela desempenhada. Pouco mais de um mês da posse do novo gabinete, a manchete principal da contracapa do *Correio do Povo* afirma: “Sistema parlamentar não começou a funcionar por culpa do presidente⁸³”. O efeito da frase é potente, impressa no alto da página e com grandes letras para causar impacto. Ao leitor, a frase transmite uma avaliação sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, colocada como uma realidade sobre a culpabilidade de Goulart sobre a crise brasileira. Após uma leitura mais atenta, percebe-se um sub-título no alto da página, contextualizando a frase da manchete: “Pilla na eleição do diretório do PL”. Ao seguirmos na leitura da notícia, percebe-se que o texto trata sobre a eleição do diretório nacional do Partido Libertador, realizada em Porto Alegre no fim-de-semana anterior. O espaço na contracapa descreve as rotinas da convenção, assuntos do partido e apenas na continuação da notícia, localizada na página 20 do jornal é que a manchete passa a fazer sentido. Após o jornal informar os nomes do novo gabinete executivo nacional do partido, o discurso do presidente eleito Raul Pilla tem trechos reproduzidos e a repetida avaliação do político é mais uma vez publicada pelo *Correio do Povo*. O presidente Goulart seria o responsável pelo novo sistema político não estar funcionando em prol de sua busca pelo poder pessoal como indica a manchete da notícia. Por sua vez, o Congresso Nacional contribuiria com a situação com suas hesitações e ações permissivas por ainda funcionar dentro da lógica presidencialista. Apesar de a notícia tratar principalmente sobre a convenção do PL, o *Correio* decidiu usar a fala de Pilla para indiretamente criticar o governo ao destaca-la na manchete principal do jornal naquele dia. Assim, o jornal usava mais uma estratégia além de uma crítica direta em seus editoriais, mas ainda

⁸² Explorar o medo e associar o nome de adversários políticos ao comunismo foi uma prática comum no Brasil como indicou Rodrigo Sá Motta (2000), fenômeno que começou a ficar notadamente recorrente a partir dos anos 1930 (MOTTA, 2000, p. 203). Sobre o anticomunismo no *Correio do Povo*, ver NOGUEIRA, 2009.

⁸³ Sistema parlamentar não começou a funcionar por culpa do presidente. *Correio do Povo*, 14/08/1962, p. 24 e 20.

podendo alegar sua propalada imparcialidade, já que a fala foi feita pelo deputado libertador.

Pendendo para os setores da esquerda e acenando para os sindicatos, Goulart tinha pressa em viabilizar as reformas. O primeiro-ministro Brochado da Rocha pede ao Congresso Nacional poderes especiais para legislar sobre assuntos estratégicos para o desenvolvimento do país e combate à inflação. O governo desejava promulgar leis por decreto sobre o monopólio da importação do petróleo e derivados, o comércio de minérios e materiais nucleares, o controle da moeda e do crédito, o Estatuto do Trabalhador Rural, os arrendamentos rurais e a desapropriação por interesse social, além de propor a criação de um órgão estatal que conduzisse a reforma agrária (FERREIRA, 2003c, p. 358). A maioria conservadora do Congresso nega o pedido por duas vezes, paralisando o país e deixando-o na crise econômica. O PL emite uma longa nota oficial⁸⁴ sobre a disputa entre os poderes Executivos e Legislativos, prontamente publicada pelo *Correio do Povo* na íntegra, mais uma vez com o destaque dado pela seção *Panorama Político* da página 7. A nota chama atenção para o conflito entre os poderes e alerta para o fato de que se o Brasil estivesse em um verdadeiro parlamentarismo, tal embate não existiria dada a natureza do sistema político. Além disso, o presidente da República não deixaria seu institucional afastamento para se envolver na luta política, o que vinha ocorrendo. A nota denuncia também a falta de compromisso de Goulart em seguir o acordo firmado em agosto do ano anterior. Ao se adotar o parlamentarismo, uma guerra civil foi evitada, mas o respeito à mudança constitucional foi logo abandonado pelo presidente quando tomou posse. Goulart não teria abandonado seu estilo populista e estaria pressionando de todas as formas para que o presidencialismo retornasse. Deixa as Forças Armadas se posicionarem a favor do plebiscito, mobiliza sindicatos e pressiona o Parlamento com ilegais greves políticas – a Câmara dos Deputados seria sensível a tal demagogia dada a proximidades das eleições em outubro. A nota finaliza com o Partido Libertador declarando sua resistência a tais movimentos e que não aceitará acordos para abandonar o parlamentarismo. Como não poderia deixar de ser, o texto é assinado por Raul Pilla.

Brochado da Rocha foi aprovado pelo Congresso Nacional por não ter expressão nacional, o que significava pouca rejeição. Apesar de ser filiado ao PSD, participou do

⁸⁴ Críticas à atuação do presidente da República. *Correio do Povo*, 21/08/1962, p. 7 e 19.

governo do trabalhista Brizola no Rio Grande do Sul e estava em sintonia com o presidente Goulart (FIGUEIREDO, 1993, p. 79). Sendo assim, além do combate à crise econômica, seu gabinete assume com o compromisso de adiantar o referendo previsto para o final do mandato presidencial em 1965. Tratativas vinham ocorrendo no Congresso Nacional e havia a expectativa de se realizar a consulta nacional junto com as eleições de 7 de outubro. Raul Pilla declara:

O chamado acordo entre o Congresso e o Governo é coisa que eu me recuso a classificar. É, para mim, simplesmente, uma capitulação. Dele só tomei conhecimento quando o presidente da Câmara anunciava ao plenário um novo e breve período do chamado “esforço concentrado”, em setembro, para o fim especial de aprovar uma emenda Constitucional que viesse permitir a antecipação do plebiscito⁸⁵.

O libertador se mostra irritado com o empenho da Câmara em antecipar o plebiscito e com a exclusão de sua bancada das negociações. Além disso, condena a justificativa apresentada por alguns parlamentares de que a mudança de data da consulta garantiria a realização das eleições, em uma estranha troca da garantia do voto em outubro pelo plebiscito. Se o acordo se concretizar, o Congresso se desmoralizará por completo, avalia Pilla, ao permitir o avanço de um governo totalitário, situação a qual tenderá a administração de Goulart. Prevendo tudo isso é que o líder partidário teria dado o voto contrário à indicação de Brochado da Rocha, pois o compromisso de abrir caminho para o presidente era confesso, conclui a declaração de Pilla no *Correio do Povo*. A localização e a forma da manifestação⁸⁶ demonstram o prestígio de Pilla junto ao jornal. Ao priorizar a publicação das análises do político entende-se que tal rotina era mais uma estratégia do *Correio do Povo* para tentar pautar a agenda política.

Em agosto de 1962, os movimentos para a antecipação do plebiscito e o retorno do presidencialismo estavam em franca marcha e novamente o apoio de militares foi crucial, repetindo os acontecimentos que culminaram na posse de Goulart. O comandante do IIIº Exército, região militar que garantia o mandato do presidente, agora tinha como titular o general Jair Dantas Ribeiro. O militar comunica Brasília que em face da intransigência do Parlamento e da iminência da renúncia do gabinete, o general não poderia garantir a lei, a ordem, o sossego público e a propriedade privada

⁸⁵ Manifestação do Sr. Raul Pilla sobre a questão do plebiscito. *Correio do Povo*, 26/08/1962, p. 14.

⁸⁶ O texto está posicionado como o principal da seção *Panorama Político*, ficando no alto da página. Quanto à forma, o texto inteiro da notícia está entre aspas para indicar a transcrição da fala. Nenhum comentário ou mediação é feita pelo *Correio do Povo* entre o leitor e a fala do político, além do contexto dado pela manchete “Manifestação do Sr. Raul Pilla sobre a questão do plebiscito”.

nos territórios ocupados pelo IIIº Exército, tendo em vista as demonstrações de desagrado da população. Não haveria a segurança para cumprir sua missão caso o povo se rebelasse contra o Congresso por este recusar a realização do plebiscito para qualquer data até às eleições de outubro (ALMEIDA, 1998, p. 166). O deputado Pilla rebateria a declaração do general através do *Correio do Povo*⁸⁷. O político reconhece a crise política no país, mas prossegue com cautela na crítica ao militar. Diferencia o pronunciamento do general da fala de um político, pois esta coloca um peso diferente no jogo democrático já que o militar é representante da força que comanda. Pilla ressalta que não está defendendo o silêncio dos militares, mas a parcimônia em suas manifestações políticas para que a “precária democracia” brasileira funcione melhor. Quanto às declarações do general, o deputado entende que o comandante do IIIº Exército está equivocado em considerar a oposição intransigente. Pelo contrário, ela estaria sendo excessivamente tolerante e transigente com o poder pessoal e abusivo do presidente Goulart. Sobre o plebiscito, Pilla entende que a consulta não tem relação com a situação econômica, financeira e social na qual o país se encontra e que o presidente (assim como os gabinetes) estaria mais preocupado em garantir o retorno do presidencialismo do que resolver a crise nacional. Finalizando a declaração ao *Correio*, Pilla novamente mostra cuidado ao se dirigir ao general Dantas Ribeiro, considerando o apelo do militar generoso e justo, mas destinado ao endereço errado.

Pouco mais de uma semana depois, o Partido Libertador publica um *a pedido* (espaço pago) na contracapa do *Correio do Povo* intitulado *O III Exército e o Ato Adicional*. Trata-se de uma reprodução da proclamação do general Machado Lopes veiculada pelo próprio jornal em 3 de setembro de 1961, após os eventos da Campanha da Legalidade e do Congresso Nacional aprovar o Ato Adicional que instituiria o parlamentarismo no Brasil. No texto, o então comandante do IIIº Exército se dirigia ao povo do Rio Grande do Sul para comunicar que considerava empossado o vice-presidente João Goulart na presidência da República e que acatará a decisão do Congresso Nacional. A nota continua:

Sejamos transigentes, concorramos cada um de nós com sua parcela para que a tranquilidade volte aos nossos lares e gozemos da paz tão necessária (para) o progresso do Brasil.

Confiai no III Exército, e com ele cooperai para que não haja perturbação da ordem pública.

⁸⁷ Deputado Raul Pilla contesta o comandante do III Exército. *Correio do Povo*, 01/09/1962, p. 4.

Somente os maus brasileiros poderão querer levar o país a uma guerra fratricida, com todas suas funestas consequências.

[...]

Pela legalidade.

Pela ordem.

Pela paz da família brasileira⁸⁸.

A nota fala em respeito à decisão do Congresso Nacional, pede transigência e a confiança de todos para garantir a paz e a ordem pública no país e exalta a legalidade. A declaração, reproduzida no jornal a pedido do PL, servia como um lembrete ao IIIº Exército dos compromissos assumidos com o Ato Adicional (e por extensão, com o parlamentarismo) e procurava reverter os efeitos da declaração do general Dantas Ribeiro veiculada dias antes. A transigência deveria ser de todos e não somente da oposição; o IIIº Exército assumira a responsabilidade de garantir a ordem pública em cooperação com a população e finalmente, a instituição deveria prezar pela legalidade e o respeito à Constituição.

As deliberações no Congresso Nacional chegaram a um acordo. A data de 6 de janeiro de 1963 é definida como o dia em que será realizada a consulta nacional sobre o sistema político. As reações do PL não tardam. O deputado Paulo Brossard⁸⁹ tem discurso publicado na seção *Assembleia Legislativa* do *Correio do Povo*, ocupando grande espaço na página 7. Na semana anterior, o *Correio* já havia publicado comentário do deputado feito a *O Globo* do Rio de Janeiro e reproduzido pelo periódico gaúcho, no qual criticava a administração do governador Brizola, descrevendo-a como caótica, repleta de obras mal geridas e abrigo para comunistas. Brossard ainda cita como “quase a totalidade” da imprensa do estado (*Jornal do Dia*, *Folha da Tarde* e *Correio do Povo* são citados nominalmente), considerada moderada pelo político, tem manifestado repulsa à pregação revolucionária de Brizola⁹⁰. Em sua nova

⁸⁸ O III Exército e o Ato Adicional. *Correio do Povo*, 09/09/1962, p. 48.

⁸⁹ Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924-2015) nasceu em Bagé, terra de origem do Partido Libertador. Filho de pecuaristas, perfil de grande parte dos primeiros libertadores, filia-se em 1945 ao partido em sua nova fase e concorre às eleições de 1947 e 1950 para deputado estadual sem sucesso. Nas eleições seguintes de 1954, 1958 e 1962 é eleito para o legislativo gaúcho, onde exerceu oposição ferrenha ao trabalhismo. Durante a Ditadura Civil-Militar, seria eleito deputado federal e senador pelo MDB. Formado em Direito, teria uma profícua carreira jurídica, chegando ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 1989. Como ministro do STF, era o presidente do Tribunal Superior Eleitoral durante o plebiscito de 1993, no qual a população novamente escolheria o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), além de sua forma (república ou monarquia) (BROSSARD, 2001).

⁹⁰ Brossard ataca no Rio o governo do sr. Brizola. *Correio do Povo*, 11/09/1962, p. 7.

manifestação⁹¹ publicada pelo *Correio do Povo*, Paulo Brossard destaca que não considera solucionada a crise política no país como alguns deputados federais têm indicado, pois esta era uma crise artificial e palacianamente desenvolvida - surgirá em breve sob novo pretexto se resolvida naquele momento. Brossard denuncia ataques ao Congresso Nacional e à imprensa ocorridos no estado como sintoma do processo em andamento de liquidação das instituições democráticas no país. Isso ocorreria porque grupos no Brasil teriam por ideal a ditadura. Antes representado pelo Estado Novo, a nova configuração seria aos moldes peronistas, fidelistas ou outro modelo em que ocorresse o exercício do poder pessoal e irresponsável. É interessante observarmos o papel dos periódicos na política na disseminação de ideias, particularmente do *Correio do Povo* para essa pesquisa. Se em manifestação anterior, o deputado libertador cita a imprensa como balizadora para um bom entendimento do governo Brizola, na nova exposição, Brossard lê e comenta na tribuna os editoriais do *Correio do Povo* e do *Jornal do Dia* nos quais o governo federal também é apontado como o provocador da crise política no país. O periódico consegue inserir seu posicionamento junto ao campo político, mostrando um alinhamento entre os agentes políticos e da imprensa para tentarem pautar e moldar a realidade do momento.

Em seguida, Brossard questiona a posição da Câmara e do Senado por terem votado a antecipação do plebiscito. No entendimento de Brossard, a Emenda nº 4 havia fixado a data para o plebiscito “9 meses antes do término do atual período presidencial”. Sua antecipação em uma nova data seria, portanto, inconstitucional. A lei deveria ser seguida sempre e não somente quando nos agrada pontua o deputado, afirmando que no auge da crise da sucessão de Jânio Quadros, o próprio político defendeu o cumprimento da Constituição e a posse de Goulart. Novamente fazendo menção a editorial do *Correio do Povo*, Brossard acrescenta um questionamento de ordem política, além do jurídico citado anteriormente, que é o desenquadramento voluntário de poderes pelos titulares da chefia do Estado e do governo, ou seja, o presidente da República e o primeiro-ministro deixaram de cumprir as obrigações de seus cargos e sendo assim, o povo não teria tido conhecimento da prática do sistema parlamentar de governo em comparação ao presidencial.

⁹¹ “Crise, aliviada hoje, ressurgirá amanhã, mas com novos pretextos”. *Correio do Povo*, 18/09/1962, p. 7 e 19.

Com a aprovação de uma nova data para o plebiscito, os libertadores passariam a questionar também a própria realização de uma consulta à população para revisar a Constituição. Brossard prossegue da tribuna:

Até hoje, desde que o Brasil foi descoberto, nenhuma lei foi submetida a plebiscito. Nenhuma. Na colônia, no vice-reinado, no reinado, no Império ou na República velha, nova e novíssima. Nenhuma! Nunca! E a experiência universal não aconselha o plebiscito⁹².

O deputado entende que na tradição brasileira, nunca houve a aprovação ou rejeição de leis feita a partir da vontade popular e que exemplos estrangeiros não deram boas referências, sem esclarecer, no entanto, quais seriam tais experiências⁹³. No entanto, mesmo sem concordar com a decisão, o deputado não iria acusar ou insultar o Congresso, algo que teria se tornado hábito na Assembleia Legislativa. Na parte final da participação de Brossard, o deputado faz uma extensa defesa do sistema parlamentar de governo. Afirma que daquela mesma tribuna teria sido dito por outro deputado que o parlamentarismo carece de autoridade e seria preciso restituí-la. Explicando a relação entre os poderes no regime de gabinete, Brossard argumenta que há sim autoridade no sistema. Países que o adotaram conseguiram fazer frente a regimes totalitários e seguiram como nações prósperas, como Inglaterra, Alemanha e Itália. A argumentação de Brossard foi tão extensa que o presidente da sessão na Assembleia comunica que o tempo do deputado já havia se encerrado e pede o encerramento de sua participação. Isso se refletiu no espaço do *Correio do Povo* destinado à reprodução do discurso de Brossard. Ocupando grande parte da página 7, precisou continuar na página 19, abrangendo também uma considerável parcela dessa página.

Entre o fim de setembro e o início de outubro de 1962, as eleições captam grande parte da atenção dos partidos. A bancada do PL na Câmara Federal aumenta de três para cinco deputados, o Rio Grande do Sul elege Mem de Sá para o Senado e a participação da legenda aumenta nos legislativos estaduais, ainda que no estado gaúcho tenha perdido uma cadeira, ficando com seis naquela legislatura (TORRES, 2020, p. 64-

⁹² “Crise, aliviada hoje, ressurgirá amanhã mas com novos pretextos”. *Correio do Povo*, 18/09/1962, p. 19.

⁹³ É provável que Brossard estivesse se referindo principalmente aos quatro referendos franceses, realizados entre 1958 e 1962, nos quais a concentração de poderes no presidente De Gaulle aumentou consideravelmente. A modificação mais significativa foi a introdução da eleição do presidente por sufrágio universal e direto, inaugurando a Quinta República Francesa em 1958. Com a introdução do semi-presidencialismo no país, as aspirações de uma volta à prática parlamentar clássica cessaram (BARTOLINI, 1998, p. 541).

66). Passadas as eleições, os libertadores voltam-se novamente para a questão do plebiscito. Na segunda quinzena de outubro, o presidente nacional da legenda Raul Pilla comunica que reunirá o gabinete executivo nacional para examinar os aspectos legais, políticos e morais da votação. Com isso, a legenda pretende fixar a linha de orientação adotada antes, durante e depois da consulta. Além disso, o PL consultaria a UDN e outros partidos que manifestaram restrições aos aspectos constitucionais da Emenda Valadares⁹⁴ que instituíra a data de 6 de janeiro de 1963. O partido esperava uma atuação parlamentar em comum caso as representações partidárias apresentadas no Congresso Nacional não encontrassem uma fórmula jurídica e constitucional capaz de barrar as manobras do governo para que o presidencialismo fosse restaurado. Caso não conseguisse sucesso no Parlamento, o PL combateria o plebiscito ostensivamente para depois iniciar campanha popular pela abstenção. Uma proposta de ação contrária a votação seria o lançamento de um manifesto à Nação assinado por correntes partidárias parlamentaristas, no qual seriam enunciadas as razões da conduta do partido caso fosse recomendada a abstenção. No documento, a ilegitimidade e a inconstitucionalidade da antecipação seriam apontadas, já que uma mudança constitucional ocorreu por lei ordinária. Além disso, denunciariam a disparidade de condições para a disputa, já que não dispunham do mesmo volume de recursos que o poder Executivo, cujo empenho está focado na volta do presidencialismo. Com o intento de desmoralizar o parlamentarismo e restituir as antigas prerrogativas de arbítrio pessoal do presidente, o governo se utilizava das empresas de economia mista e institutos de previdência, manipulando seus orçamentos sem o controle do Congresso⁹⁵.

O PL segue em sua jornada tentando barrar o plebiscito e o governo Goulart. Quando a Câmara de Deputados se reúne em novembro para confirmar o novo gabinete chefiado por Hermes Lima (nomeado de forma provisória⁹⁶ desde 18 de setembro), Raul Pilla novamente negaria o voto de confiança. O líder libertador antecipa o discurso que faria na sessão parlamentar, comunicação publicada em parte pelo *Correio do Povo*. Considerando uma farsa o parlamentarismo brasileiro, o político afirma que “[...] se de mim dependesse, concederia imediatamente, sem plebiscito, o sistema presidencial ao

⁹⁴ Proposta pelo senador Benedito Valadares Ribeiro, do PSD mineiro.

⁹⁵ Raul Pilla vai reunir o PL nacional para exame da questão do plebiscito. *Correio do Povo*, 23/10/1962, p. 7.

⁹⁶ A Emenda Capanema (lei complementar nº 2 de 16/09/1962) permitia a nomeação de forma provisória de um Conselho de Ministros (art. 1º). Na mesma legislação, a Emenda Valadares (art. 2º) definiu que um “referendum” seria realizado no dia 6 de janeiro de 1963. *Lei Complementar nº 2*. Ver anexo B. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp02-62.htm. Acesso em 28/04/2022.

sr. João Goulart, para que ele exercesse até o fim do seu mandato e mostrasse tudo de que é capaz”⁹⁷. O parlamentar libertador já se mostrava impaciente com os rumos do parlamentarismo no país e constantemente apontava o presidente como o culpado pela deterioração do sistema de governo.

O PL abriria outra frente de combate ao *referendum* popular. Em fins de novembro, Pilla se prepara para entrar com uma representação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a inconstitucionalidade da Emenda Valadares. Mesmo sabendo que o procurador geral da República teria um prazo longo para emitir um parecer, insiste na provocação ao Judiciário⁹⁸. Por sua vez, a frente de atuação parlamentar conjunta com outros partidos pretendida por Pilla não ocorre da maneira como o político esperava, pois a UDN não fecha posição no assunto, ainda que suas lideranças tenham aplaudido a iniciativa do parlamentar gaúcho. Os deputados udenistas entenderam que uma posição mais destacada contra a Emenda Valadares poderia gerar uma posição desagradável do ponto de vista político entre a UDN e o senador mineiro pessedista. Ao invés disso, suas lideranças se ocupariam prioritariamente na elaboração de manifesto cobrando providências do governo para conter a inflação, o aumento do custo de vida, rever a política externa e alertar a opinião pública contra manobras de setores que criam dificuldades para o povo brasileiro.

A posição do Partido Libertador sobre o plebiscito seria sacramentada no início de dezembro de 1962, menos de um mês para a consulta. O *Correio* usa dois elementos para comunicar o fato. A questão é publicada na seção *Na Câmara e no Senado*. Normalmente esse segmento era localizado na página 7, junto da *Panorama Político* ou mesmo em páginas posteriores. Tratava-se de breves resumos dos assuntos tratados por deputados e senadores no Congresso Nacional, eventualmente transcrevendo partes de suas manifestações na tribuna. Mas como forma de dar destaque ao assunto, no dia 8 de dezembro o jornal optou por trazer a sessão para a contracapa. Além disso, a manchete já adianta a principal mensagem a ser transmitida pelo jornal: “Partido Libertador aconselha a abstenção no plebiscito a realizar-se no dia 6 de janeiro”. Referindo-se aos trabalhos do dia anterior, o texto da seção comenta a participação no plenário de três senadores e o andamento de alguns projetos de lei na Câmara Alta do Congresso. Por

⁹⁷ Raul Pilla nega voto de confiança ao Gabinete. *Correio do Povo*, 21/11/1962, p. 4.

⁹⁸ Raul Pilla levará ao Supremo ainda esta semana a sua representação. *Correio do Povo*, 27/11/1962, p. 24 e 21.

sua vez, a atuação dos deputados também é descrita, tendo sido tratado assuntos como reforma bancária e alterações na lei do 13º salário.

A manchete da seção faz referência somente à última parte do texto, na qual é reproduzido manifesto lido pelo deputado Pilla no plenário da Câmara. A declaração comunica que o PL decidiu abster-se de comparecer à votação marcada para o dia 6 de janeiro, visto que sua antecipação seria inconstitucional. Pilla insiste no argumento de que uma alteração constitucional foi feita por lei ordinária, quando o caminho correto seria uma emenda constitucional e dessa forma o partido não compactuaria com tal situação. Ainda que fosse constitucional, o plebiscito ainda teria contornos de falsidade segundo o político, já que um plebiscito pressupõe uma escolha entre opções que se conhece para compará-las. Assumindo o tom professoral característico, Pilla afirma que o povo não foi completamente elucidado sobre o assunto e que não haveria tempo para tal, a menos que houvesse amplos recursos. Eles existiriam, mas estavam sendo empenhados somente para um dos lados. O governo federal e em menor parte, governos estaduais estavam se valendo de seu poder econômico para tornar a disputa desigual, enquanto o país rumava à miséria. Participar da votação seria então uma legitimação de uma conspiração organizada desde o primeiro dia pelo presidente da República e alguns governadores, interessados na manutenção do poder pessoal irresponsável. Além disso, a recente eleição esgotara a capacidade de líderes e chefes políticos não subsidiados pelos cofres públicos de disputar mais essa votação. Os motivos elencados, de ordem constitucional, político e moral justificam, portanto, a decisão do PL de recomendar o não comparecimento às urnas no dia 6 de janeiro. Aqueles que tivessem dificuldade em não atender a determinação da Justiça Eleitoral, o voto em branco também seria uma significativa manifestação⁹⁹.

A partir do Senado, o PL também tece críticas à antecipação do plebiscito. O reeleito senador gaúcho Mem de Sá¹⁰⁰ pronuncia longo discurso na metade de dezembro, no qual levantou sombrias perspectivas para o país no próximo ano. Na avaliação do político, uma hiperinflação se aproximava, ameaçando o desenvolvimento

⁹⁹ Partido Libertador aconselha a abstenção no plebiscito a realizar-se no dia 6 de janeiro. *Correio do Povo*, 08/12/1962, p. 16 e 14.

¹⁰⁰ Mem de Azambuja Sá (1905-1989) nasceu em Porto Alegre e teria participação na Revolução de 1923 ao lado dos federalistas de Assis Brasil. Forma-se em Direito em 1928, mesmo ano em ingressa no recém-fundado Partido Libertador. Ocuparia diversos cargos no órgão de imprensa do partido o *Estado do Rio Grande* até chegar a diretor. Após o Estado Novo, filia-se novamente ao PL, pelo qual é eleito deputado estadual em 1947 e reeleito em 1950. Em 1954 é eleito suplente de senador, assumindo uma cadeira em 1956 e eleito titular do mandato em 1962 (SÁ, 2001).

agrícola do país e o abastecimento dos centros urbanos. Investimentos internos e externos fogem para moedas fortes, temendo os perigos encontrados aqui. Entretanto, mesmo que o Brasil tenha condições de contornar tais problemas, maus governos e políticos incapazes castigavam o país. O presidente consumia sua atuação apenas com política, sem que isso se reverta para um governo eficiente, mas sim na busca de poderes ilimitados. Goulart, segundo o senador, deseja uma república sindical, sem os limites impostos pelo Congresso ou pela imprensa. Suas manobras eram somente para bloquear o ensaio do parlamentarismo, ao qual tinha jurado defender. O senador segue elencando os problemas financeiros do país e faz objeções ao comportamento do governo, que afirmava que as medidas econômicas necessárias só poderiam ser tomadas depois de 6 de janeiro como forma de garantir os votos no plebiscito. “Depois, sim, o Presidente jura virar estadista, resistir à todas as pressões, ‘partam de onde partirem’.” ironizou o senador libertador¹⁰¹. Publicado na íntegra, o início do discurso do parlamentar aparece na contracapa do *Correio* do dia 16 de dezembro, usando a manchete para mandar a mensagem desejada: “Os males de que o país padece vêm sobretudo dos maus governos”. O restante do discurso ocupou a maior parte da página 34.

Mem de Sá ganharia novamente atenção do *Correio do Povo* menos de uma semana depois. Em entrevista coletiva, o senador afirma que o povo brasileiro nunca assistiu e nem iria assistir um plebiscito, pois o evento de 6 de janeiro era uma farsa. Isso porque para se pronunciar, o povo deveria ter conhecimento sobre o que iria votar e isso não aconteceu, pois a população não presenciou o funcionamento do sistema parlamentar. Repetindo a acusação à Goulart, na qual o presidente teria descumprido juramento de sua posse em que deveria fazer funcionar o parlamentarismo, Mem de Sá destaca que a crise daquele momento vinha não do sistema de governo, mas da crise constante vindo do presidencialismo. Como forma de ilustrar o desprestígio ao qual o sistema de governo vinha passando, cita a visita do procurador-geral dos Estados Unidos¹⁰² Robert Kennedy ao Brasil, que em missão oficial teve audiência somente com o presidente da República e não se encontrou com o *premier* Hermes Lima. Questionado pelos jornalistas, Mem de Sá ainda faz considerações sobre a eleição de

¹⁰¹ Os males de que o país padece vêm sobretudo dos maus governos. *Correio do Povo*, 16/12/1962, p. 56 e 34.

¹⁰² Equivalente a ministro da Justiça no Brasil.

Leonel Brizola como deputado federal pelo estado da Guanabara¹⁰³. Segundo o senador, a eleição de Brizola se deu não por seu desempenho no governo do Rio Grande do Sul, mas pelos vultosos recursos empregados na campanha. Desdenhando do desempenho do trabalhista, Mem de Sá compara a eleição de Brizola a votos de protesto como no caso do rinoceronte Cacareco em São Paulo ou do bode Cheiroso em Pernambuco e afirma não reconhecer mais o político, que afirmou ser calmo e cordial em tempos anteriores. A mudança parece ter ocorrido ao adotar o modelo fidelista de política e que o caso poderia ser revertido com psicanálise. Se estivesse vivo, Getúlio Vargas não aprovaria as agitações de Brizola nem os descabros de João Goulart¹⁰⁴.

Apesar da imprensa político-partidária não existir mais no estado, os periódicos ainda traziam resquício desse período, exercendo função importante para os partidos políticos. Nos anos 1960 a comunicação sofria com limitações. As rodovias eram precárias, a malha ferroviária cobria apenas parte dos municípios do estado, o telegrama permitia poucas palavras e limitado a localidades por onde o fio do telégrafo passava, assim como as antiquadas linhas telefônicas¹⁰⁵. A televisão era para poucos. O rádio era o principal meio de transmissão de informação na época, mas em termos gerais, o jornalismo não consistia um gênero valorizado nas emissoras de rádio no Rio Grande do Sul. Sua programação era principalmente composta por novelas e shows de variedades. No interior, as concessões exploradas por empresas jornalísticas não significaram uma proeminência do jornalismo em sua grade, vigorando o sistema de recortes e leitura de periódicos durante os serviços noticiosos (RÜDIGER, 1998, p. 80). Dessa forma, os partidos ainda utilizam a imprensa como forma de criar o consenso, intervir de forma homogênea na esfera pública e manter a unidade da legenda (RÜDIGER, 1998, p. 37).

Para alcançar a maior parte do estado de uma só vez e reforçar a orientação sobre o plebiscito, o diretório estadual do Partido Libertador manda publicar um *a pedido* na contracapa do *Correio do Povo* uma semana antes da votação. Intitulado “O

¹⁰³ Como indicou Graziane Righi (RIGHI, 2015, p. 14), gradualmente Brizola transformou-se em uma das lideranças da esquerda nacionalista ao longo de sua carreira política. Sua atuação como governador do Rio Grande do Sul, os eventos da Legalidade e suas posições pela volta do presidencialismo somaram-se à sua campanha para deputado federal pela Guanabara, voltada para principalmente para efetivar as reformas de base de Goulart. A crítica de Mem de Sá evidencia o temor dos setores mais conservadores contra o radicalismo de Brizola.

¹⁰⁴ Parlamentarismo não funcionou por culpa exclusiva do sr. João Goulart. *Correio do Povo*, 21/12/1962, p. 7.

¹⁰⁵ A ampliação e modernização da rede telefônica tinham sido motivos para o governo Brizola encampar a concessão da norte-americana IT&T no estado, realizada em fevereiro daquele ano (SILVA, 2015, p. 84).

plebiscito aos libertadores”, o extenso espaço comprado pela legenda inicia o texto de forma clara e incisiva “O plebiscito que se realizará no próximo dia 6 de janeiro é um ato inconstitucional e uma farsa”. Inconstitucional, pois a reforma do Ato Adicional que instaurara o parlamentarismo só poderia ser modificada por votação favorável de dois terços dos congressistas, pois se tratava de matéria constitucional e tal quórum não fora alcançado. Farsa, pois a população teria que optar entre um sistema que vigorou por 72 anos e outro que nunca foi aplicado de maneira adequada graças à má fé do governo. A publicação segue denunciando como o governo dispõe do dinheiro povo para financiar sua campanha, enquanto os parlamentaristas contavam com “insignificantes minutos de rádio e TV, assegurados pela colenda Justiça Eleitoral” e que decidiram não os utilizar. Perante a violência e imoralidade identificada pelos libertadores, o diretório nacional da legenda aconselhou, por orientação de seu presidente Raul Pilla, que seus correligionários se abstivessem de comparecer à consulta como forma de deixar evidente o repúdio ao processo. Como forma de incentivo para os libertadores se ausentarem do referendo, a nota termina indicando a tramitação de projeto de lei do senador Barros de Carvalho do PTB. A proposta anistia eleitores que se ausentaram do pleito de outubro de 1962 e por iniciativa de senadores do PL, será solicitado que a anistia seja estendida à convocação de 6 de janeiro de 1963.

A nota revela ainda que tais orientações foram feitas nas duas casas do Congresso pelo senador Mem de Sá e pelo deputado Coelho de Souza, além do diretório regional ter enviado circular aos diretórios municipais, mas a direção estadual teria tomado conhecimento que nem todos os destinatários da mensagem a receberam, justificando assim a publicação¹⁰⁶ e revelando a importância que a imprensa ainda tinha para a difusão das diretrizes dos partidos políticos.

No primeiro dia de 1963, o diretório municipal de Caçapava do Sul também manda publicar um *a pedido*, a título de “esclarecimento e orientação”. A nota, dividida em seis pontos, reconhece o parlamentarismo como o regime democrático por excelência, mas observa intencional descaracterização do sistema de governo por aqueles que deveriam executá-lo. O diretório não aceita que problemas como o descontrole das contas públicas, miséria e inflação sejam atribuídos aos quinze meses de parlamentarismo, indicando os setenta anos de presidencialismo e seu “caldo de cultura de tantos males” como fonte de tais questões, lembrando que em sete anos ouve um

¹⁰⁶ O plebiscito aos libertadores. *Correio do Povo*, 30/12/1962, p. 44.

suicídio, duas deposições e uma renúncia advindas daquela conjuntura brasileira. O parlamentarismo teria servido apenas para dar posse ao presidente da República, que uma vez no cargo, passou a elenca-lo como “bode expiatório” das vicissitudes nacionais. Retornar ao presidencialismo seria dar força aos medíocres, que se comportam com incapacidade tal quais ditadores de prazo fixo. Com essas considerações, o diretório de Caçapava do Sul indicava a seus eleitores dois caminhos: a votação em branco, para ter a quitação eleitoral ou então o desinteresse pelo plebiscito e seu resultado devido às razões de ordem moral e constitucional que o anteciparam¹⁰⁷. O interessante dessa segunda nota de libertadores no *Correio do Povo* é a falta de menção à nota citada acima veiculada pelo diretório regional ou mesmo se referir a orientações vindas do gabinete executivo nacional, o que poderia indicar uma busca por autonomia dos dirigentes da legenda na cidade.

Além do destaque que o *Correio do Povo* disponibilizava para o Partido Libertador em suas páginas, a relação com o principal dirigente da legenda tinha um componente adicional. Raul Pilla manteve por anos a coluna *Microscópio* no periódico. Seu texto era localizado na página 4, a mesma do editorial e outros textos opinativos e por vezes, o mesmo espaço era ocupado com uma coluna do próprio Breno Caldas, indicando assim um grande prestígio do político dentro do periódico. As colunas de conteúdo político reforçavam as mensagens que o periódico intencionava transmitir com as notícias em que o foco era o PL e suas articulações, mas pela natureza do espaço, a relação se estabelecia diretamente entre Pilla e o leitor, sem a intermediação do *Correio do Povo* no texto.

As colunas de Pilla durante o período parlamentar continham os mesmos elementos presentes nas reportagens já mencionadas quando o assunto era o sistema político, fazendo com que as mensagens de ambas fossem potencializadas. Denunciaram a constante interferência do presidente no gabinete de ministros; apontaram a conivência ou passividade do primeiro-ministro e do Congresso Nacional no processo de desgaste do parlamentarismo; comentaram sobre mecanismos políticos do parlamentarismo; indicaram a inconstitucionalidade da antecipação do plebiscito, o que deixaria a população sem tempo necessário para conhecer o sistema; apontaram a traição de Goulart ao seu juramento de defender o regime iniciado em setembro de 1961 na busca pelo poder pessoal a qualquer custo, rumando à ditadura do presidencialismo.

¹⁰⁷ Nota do Partido Libertador / Caçapava do Sul. *Correio do Povo*, 01/01/1963, p. 14.

Quando as articulações no Congresso Nacional finalmente chegam a um acordo e a data do *referendum* é definida em 6 de janeiro, Pilla escreve como estava cético quanto à votação, pois o regime brasileiro era democrático puramente representativo e na história política nacional não se encontra plebiscitos anteriores. A ânsia pela antecipação era a prova de que o sistema era bom, pois não estava sendo tolerado por Goulart e o caudilhismo latino-americano. Sendo assim, o político afirma que o sistema é bom e votará por ele, assim como deveria fazer o eleitor bem avisado¹⁰⁸. Como indica a coluna, em setembro de 1962 Pilla ainda se mostrava confiante que o sistema parlamentar poderia continuar no país. Para isso, tentou articular a defesa do sistema como indica correspondência ao colega deputado João Mendes, da UDN baiana. O político presidia a Ação Democrática Parlamentar¹⁰⁹ e Pilla lhe escreve para tratar do referendo de 6 de janeiro. Relata que, após viagem ao Rio de Janeiro, soube que entre os libertadores, existiam duas tendências opostas. A primeira entende que, apesar das dificuldades e do pouco tempo, era necessário fazer campanha pelo parlamentarismo; a segunda tendência optava pela abstenção. Pilla optava pela primeira e concluiu que era necessária uma entidade suprapartidária à semelhança da ADP, disseminada por todo o país. Mas ao invés de criar uma nova, mais fácil e natural seria utilizar a organização e prolongar sua missão, que terminaria nas eleições de outubro, até a votação de janeiro. Isso deveria ocorrer, pois a sobrevivência da democracia no Brasil estava vinculada à manutenção e aperfeiçoamento do sistema parlamentar, no entendimento do líder libertador¹¹⁰. Como já citado, a UDN não se mobilizaria para questionar a realização do plebiscito no TSE junto com o PL, assim como não faria campanha em prol do parlamentarismo. A posição do diretório nacional seria uma resposta à campanha que o governo vinha desenvolvendo e que contava com “propaganda tendenciosa e de fartos recursos”. Sendo assim:

[...] a UDN se vê limitada a recomendar que se faça, sempre que possível, o esclarecimento leal e democrático sobre os sistemas em controvérsia, ao lado do empenho em impedir que prevaleça a fraude que já começa a ser praticada¹¹¹.

¹⁰⁸ Involuntária confissão. *Correio do Povo*, 27/09/1962, p. 4.

¹⁰⁹ A Ação Democrática Parlamentar (ADP) surgiu no primeiro semestre de 1961 para fazer frente aos integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso Nacional e, segundo seus líderes, combater a expansão da ideologia comunista na sociedade brasileira. Lutou contra o reformismo, o nacionalismo, a ameaça comunista e defendeu a iniciativa privada, o investimento estrangeiro no Brasil e princípios liberais. Era composta principalmente por deputados da UDN, do PR e por integrantes do PSD afastados do PTB (DELGADO, 2003, p. 150).

¹¹⁰ Acervo NUPERGS/Raul Pilla – Nº Arq. 002 / Nº Doc. 2712

¹¹¹ UDN recomenda campanha de esclarecimento: plebiscito. *Correio do Povo*, 13/12/1962, p. 7.

O partido propunha uma campanha de esclarecimento junto à população, com igual recurso para ambos os lados, de forma que houvesse uma livre manifestação popular na votação. O presidente da legenda, deputado Herbert Levy, proporia ainda que a UDN esclarecesse o povo durante o período de propaganda plebiscitária que os principais problemas do país não decorriam do parlamentarismo, mas sim da apatia e da falta de interesse do governo em resolvê-los¹¹². Mesmo que o parlamentarismo constasse no programa do partido desde sua fundação, a legenda fica dividida na questão e não tomaria uma posição homogênea (BENEVIDES, 1981, p. 89).

Pilla mostrava uma crença inabalável em sua cruzada a favor do parlamentarismo. Desde a escolha pelo presidencialismo na Assembleia Constituinte de 1946, o político já havia apresentado projetos de emenda constitucional por três vezes: em 1948¹¹³, 1954 e 1956¹¹⁴, sendo as duas últimas vezes conseguindo a maioria absoluta do plenário, mas sem conseguir a aprovação final (MADURO, 1988, p. 100). Seu novo projeto, protocolado semanas antes da renúncia de Jânio Quadros, seria adotado como solução conciliatória para acomodar forças políticas divergentes dentro de alguma normalidade constitucional e acaba transformado no Ato Adicional¹¹⁵ que instaurara o parlamentarismo no Brasil. Com os interessados na volta do presidencialismo buscando todas as formas de garantir o fim do ciclo parlamentarista - inclusive com Brizola defendendo o fechamento do Congresso Nacional e pedindo ao Exército que restaurasse os poderes presidenciais (FERREIRA, 2003c, p. 358) - surgiria também uma alternativa mais direta. Em diversos momentos foi proposta a simples revogação do Ato Adicional. Em julho de 1962, a iniciativa foi do senador

¹¹² UDN coordena campanha anti-Jango. *Correio do Povo*, 15/12/1962, p. 16.

¹¹³ Em 1949 Pilla lança a obra *Catecismo Parlamentarista*, destinada a explicar aos leitores o que é democracia, presidencialismo, parlamentarismo e as vantagens e defeitos dos dois sistemas. Pilla considerava o sistema parlamentar uma forma mais evoluída de democracia representativa, enquanto no presidencialismo, a independência de poderes permitia ao presidente uma ampla possibilidade de atuação em benefício próprio (PILLA, 1992, p. 19).

¹¹⁴ Durante as discussões sobre as emendas parlamentaristas nos anos 1940 e 1950, Raul Pilla e Afonso Arinos de Melo Franco (UDN-MG) travariam intensos debates na Câmara dos Deputados sobre o melhor sistema de governo para o país. Afonso Arinos defenderia o presidencialismo nas discussões, mas na parte final de sua carreira política, muda de posição. “Converte-se” ao parlamentarismo ao ponto de negociar com o chefe do Estado Maior das Forças Armadas general Cordeiro de Farias a adoção do sistema logo após a renúncia de Jânio Quadros (ALMEIDA, 1998, p. 96). Sobre os debates entre Pilla e Afonso Arinos, ver (FRANCO, 1999) e (PAIXÃO; BARBOSA, 2013).

¹¹⁵ *Emenda Constitucional nº 4*. Ver anexo A. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-4-2-setembro-1961-349692-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 19/05/2022.

Argemiro de Figueiredo do PTB da Paraíba ao apresentar projeto no Senado¹¹⁶. Em outubro, uma reunião de governadores¹¹⁷ patrocinada pelo mineiro Magalhães Pinto e na qual estavam também Aluísio Alves do Rio Grande do Norte, Nei Braga do Paraná, Seixas Dória de Sergipe e Petrônio Portella do Piauí concluiu que a revogação do Ato Adicional era necessária para restaurar a autoridade do governo, além de definir também que seria importante oferecer ao Congresso sugestões para que o futuro sistema presidencialista tivesse novas bases, sem os vícios que o caracterizam como um sistema ditatorial¹¹⁸.

No início de novembro, o ministro da Justiça João Mangabeira também emite opinião favorável a respeito da revogação e Amaral Peixoto, presidente nacional do PSD, procura João Goulart para tratar do assunto. O presidente considera a solução plebiscitária a ideal para o retorno do presidencialismo, já que a bancada trabalhista lutou por ela no Congresso, mas que concordaria com a solução pensada por Mangabeira, desde que a iniciativa viesse dos partidos políticos, pois o governo não tinha poderes para legislar e não faria movimentos nesse sentido. O líder pessedista conversaria então com integrantes da UDN e do PSP para criar entendimentos e evitar a consulta popular em 6 de janeiro, mas caberia ao PSD a iniciativa de apresentar a proposta¹¹⁹. Em meio às negociações, o primeiro-ministro Hermes Lima também se comprometeria a escrever texto para a revogação do Ato Adicional¹²⁰, enquanto Amaral Peixoto solicita ao deputado baiano Oliveira Brito a redação de projeto com o mesmo objetivo¹²¹. Em 13 de novembro, o integrante do PSD apresenta sua proposta ao Congresso Nacional, na qual o Ato Adicional seria revogado e automaticamente o presidencialismo seria reinstalado. O projeto de lei também previa que o Congresso Nacional poderia derrubar o Conselho de Ministros, deixando sua nomeação como competência exclusiva do presidente da República, além de aumentar os mandatos de senadores, presidente e deputados federais para dez, seis e cinco anos respectivamente¹²². As cúpulas partidárias ainda apresentaram sugestões para aprimorar

¹¹⁶ Proposta no Senado a revogação pura e simples do Ato Adicional. *Correio do Povo*, 06/07/1962, p. 16 e 14.

¹¹⁷ Todos filiados à UDN, com exceção de Nei Braga, integrante do PDC. Seixas Dória e Petrônio Portella haviam sido eleitos em outubro e só tomariam posse no ano seguinte.

¹¹⁸ Revogação pura e simples do Ato Adicional número 4. *Correio do Povo*, 31/10/1962, p. 16.

¹¹⁹ Partidos se compõem para a revogação do Ato Adicional. *Correio do Povo*, 10/11/1962, p. 7.

¹²⁰ “Premier” elabora emenda constitucional restaurando o regime presidencialista. *Correio do Povo*, 11/11/1962, p. 56.

¹²¹ Pessedistas dispostos a revogar o “Ato Adicional”. *Correio do Povo*, 11/11/1962, p. 19.

¹²² Volta ao presidencialismo e prorrogação de mandato. *Correio do Povo*, 13/11/1962, p. 24.

o projeto de Oliveira Brito, que incluíam a obrigação do presidente da República em demitir ministro que incorrer em desconfiança do Congresso, manifesta pela assinatura de um quarto da Câmara e votada em reunião conjunta das duas casas parlamentares e a limitação e condicionamento pelo Congresso de emissões monetárias¹²³.

A proposta incomoda Raul Pilla, que não concorda com a simples revogação do Ato Adicional. O político escreveria na sua coluna *Microscópio* que, apesar do parlamentarismo ter sido adotado de forma apressada para se evitar uma guerra civil, sua tramitação:

[...] estava em curso normalmente e naquele mesmo ano seria seguramente aprovada em primeira discussão. A reforma parlamentarista vinha sendo discutida, desde a Assembleia Constituinte, em todas as legislaturas, conquistara já a quase totalidade da Câmara dos Deputados e contava com uma expressiva corrente no Senado. Depois de adotada apressadamente numa grave emergência, nada pois, autorizava a abandoná-la, passando o perigo¹²⁴.

Pilla considerava que o parlamentarismo já estava para ser aprovado no país e sua adoção apressada não o transformava em uma solução a ser descartada tão logo a crise política tenha passado. Abandonar o Ato Adicional seria moralmente condenável, pelo menos durante o mandato de Goulart. Por outro lado, com a troca do presidente, sua função como instrumento legal teria sido cumprida e seu abandono poderia acontecer, ainda que isso representasse um erro imperdoável, já que significaria a volta do ruinoso presidencialismo. Entretanto, como informado pela notícia principal da contracapa do *Correio do Povo* em 17 de novembro, as tratativas para a revogação do Ato Adicional foram encerradas no Congresso depois de fracassarem os esforços para encontrar uma fórmula conciliatória. O plebiscito seria realizado mesmo em janeiro de 1963¹²⁵. Uma última tentativa seria protocolada no Senado, onde o pessedista capixaba Jeferson Aguiar propôs, além da revogação da Emenda Parlamentarista, a extinção do cargo de vice-presidente e a atribuir aos senadores a aprovação dos ministros¹²⁶, mas essa iniciativa também não lograria êxito em tramitar a tempo pelo Congresso.

Apesar da firme crença no parlamentarismo, o passar das semanas desde que foi aprovada a nova data do referendo fez com que Pilla mudasse de opinião quanto à realidade do sistema no país naquela situação. A *Microscópio* de 30 de dezembro inicia com uma afirmação: “Alega a propaganda oficial, única que se vê e se ouve, que o

¹²³ Hoje é dia decisivo para a emenda presidencialista. *Correio do Povo*, 14/11/1962, p. 7.

¹²⁴ Reçada. *Correio do Povo*, 21/11/1962, p. 4.

¹²⁵ Fracassaram as démarches para a revogação do Ato Adicional. *Correio do Povo*, 17/11/1962, p. 16.

¹²⁶ Apresentado projeto revogando o Ato Adicional. *Correio do Povo*, 01/12/1962, p. 16.

plebiscito e a esperada regressão ao presidencialismo resolverão a crise política.”. Seguindo seu estilo professoral, Pilla pondera na coluna que a crise em curso começou com a renúncia de Jânio Quadros e foi apaziguada com a adoção do parlamentarismo no país depois de quase estourar uma guerra civil. Mas a continuidade da crise é artificial, provocada por Goulart, que insiste em desmoralizar o sistema assim como ficam desmoralizados seus ministros ao se sujeitarem com papel tão subalterno ao servir ao presidente sem autonomia. O parlamentarismo não está crise, finaliza a coluna, mas sim a Presidência da República, inconformada, rebelde e ambiciosa por maiores poderes¹²⁷.

A propaganda oficial a qual Pilla citada no início do texto se refere aos pesados investimentos que os apoiadores de Goulart, muitas vezes com o uso da máquina pública, estavam fazendo para garantir a volta do presidencialismo. A campanha lançada pelo governo federal contaria com o banqueiro José Luiz Magalhães Pinto, presidente do Banco Nacional de Minas Gerais na coordenação financeira. Cinco agências de publicidade seriam contratadas para, entre outras estratégias, apontar o parlamentarismo como a causa da inflação e da crise social, prática que receberia críticas (MELO, 2009, p. 156). Aviões da Força Aérea Brasileira também foram utilizados para permitir deslocamentos de agentes da campanha pelo presidencialismo, bem como a Rede Ferroviária Federal anuncia que concederia passagens gratuitas para aqueles que precisassem se deslocar para votar¹²⁸. A intensidade da campanha pelo presidencialismo levaria a uma nota da Companhia Jornalística Caldas Júnior. A publicação comunicaria aos agentes, leitores e assinantes do interior do estado que um NÃO sobre fundo vermelho (ao Ato Adicional) veiculado dentro dos pacotes do *Correio do Povo* expedidos da capital não é iniciativa da companhia, tratando-se, portanto, de um abuso cometido dentro das repartições postais ou pelos transportadores¹²⁹.

A dois dias do referendo, Pilla escreve a última coluna sobre a votação, reforçando as indicações do *a pedido* publicado pelo diretório regional do PL em dezembro. O povo teria sido enganado ao não ter tido tempo para conhecer de fato as vantagens do sistema parlamentarista e que seu funcionamento não teria ocorrido não por algum defeito intrínseco, mas por culpa do presidente da República. A coluna encerra com uma reflexão:

¹²⁷ A crise. *Correio do Povo*, 30/12/1962, p. 4.

¹²⁸ Governo dá passagens de trem para o plebiscito. *Correio do Povo*, 29/12/1962, p. 7.

¹²⁹ Aos nossos agentes e leitores do interior do estado. *Correio do Povo*, 30/12/1962, p. 44.

Diante de tal situação, como devem proceder os cidadãos conscientes? Dúvida não pode haver: recusar-se a participar da impostura, cuja propaganda chega ao deslante de imputar ao suposto parlamentarismo não haver resolvido num ano o problema das secas no Nordeste, que o presidencialismo não foi capaz de resolver em quase setenta de absoluto domínio. Cumpre, assim, ou não comparecer, ou votar em branco, para acentuar o vício essencial do plebiscito, que é a resolução popular sem conhecimento de causa¹³⁰.

Pilla pede ao “cidadão consciente” que não tome conhecimento da votação ou compareça e não escolha entre nenhuma das duas alternativas como forma de protesto ao processo de desgaste ocorrido contra o parlamentarismo.

Os libertadores e o próprio Raul Pilla estavam em uma situação incômoda. Por anos uma das principais bandeiras da legenda foi a adoção do parlamentarismo no Brasil, mas claramente o sistema não vinha sendo regido pelo governo e por outros agentes políticos de forma que funcionasse¹³¹. Por outro lado, o PL não poderia incentivar a volta ao presidencialismo, sistema que sempre condenou e caracterizou como autoritário e repleto de vícios políticos. Particularmente, logo que o referendo teve a data marcada para janeiro de 1963, Raul Pilla ainda acreditava que o Brasil poderia ser parlamentarista, mas a poucos dias do pleito, tal crença precisou ser abandonada. Ao indicar o voto em branco ou a abstenção aos libertadores e apoiadores, Pilla optou por um controle de danos para tentar salvar a imagem do parlamentarismo. A associação entre o PL e o regime de gabinete era tão estreita que um fracasso maior do sistema poderia comprometer a própria sobrevivência do partido, assim como corroer seu capital político severamente.

¹³⁰ Contra o vício essencial. *Correio do Povo*, 04/01/1963, p. 4.

¹³¹ Como apontou Alberto Almeida (ALMEIDA, 1995), o fracasso na adoção do sistema se deu principalmente por dois aspectos: o caráter híbrido de sua adoção e a oposição à sua institucionalização. O hibridismo era caracterizado pela adoção tanto de institutos parlamentaristas como presidencialistas. Do primeiro sistema, foi adotada, por exemplo, a eleição indireta para presidente da República e o governo regido pelo Conselho de Ministros. Quanto aos elementos presidencialistas, o chefe de Estado manteve algumas prerrogativas como presidir as reuniões ministeriais quando achasse conveniente. O hibridismo deu espaço a Goulart e seus apoiadores elementos para minar a institucionalização do parlamentarismo desde sua posse. O próprio Congresso Nacional também atuou dentro de um arcabouço institucional predominantemente presidencialista caracterizado pelo conflito constantemente entre os parlamentares e o gabinete de Ministros.

3.2 O REFERENDO PARA OUTROS AGENTES POLÍTICOS

Outros agentes políticos também seriam ouvidos pelo *Correio do Povo* para se manifestar sobre o referendo. As movimentações do PSD¹³² ganhariam as notícias principais da *Panorama Político* ao longo de dezembro. A seção gaúcha do PSD inicia o mês sem saber como se posicionar, já que no Rio Grande do Sul grande parte do partido era adversário do presidente e dos trabalhistas. O presidente do diretório regional, deputado federal Tarso Dutra pede orientação à direção nacional, pois seus integrantes queriam manter a unidade nas deliberações e orientar os correligionários quanto ao comparecimento às urnas¹³³. O governador eleito do Rio Grande do Sul Ildo Meneghetti declararia que a questão seria aberta para a legenda conforme decisão informada pelo presidente nacional Amaral Peixoto, já que o PSD contava com renomados militantes tanto do parlamentarismo quanto do presidencialismo. Aos eleitores o importante seria comparecer às urnas, independente de sua escolha pessoal¹³⁴. Na segunda quinzena do mês, a direção nacional começa a enviar cartas circulares para os diretórios regionais defendendo a participação dos eleitores na votação e deixando aberta a questão quanto ao sistema a ser defendido pelos pessedistas. Esse entendimento vinha da *Declaração de Brasília*, documento aprovado em março na IX Convenção Nacional e no qual o partido considerava a escolha de um sistema de governo uma questão secundária frente aos problemas econômicos e sociais do país. A única seção do partido a assumir uma posição e participar da campanha presidencialista era a mineira, orientada pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek¹³⁵, que tinha pretensões de concorrer à presidência em 1965. Ao final do mês, a questão parecia completamente pacificada dentro do partido. O *Correio do Povo* publica a íntegra do conteúdo da circular enviada aos estados, na qual reafirma as orientações da *Declaração de Brasília*. Reconhece que o parlamentarismo apresentou imperfeições e insuficiências e que sugestões de aprimoramentos foram feitas, mas as sucessivas crises impediram

¹³² Sobre o PSD e suas disputas internas, ver HIPOLITO, 1985. Sobre o PSD no Rio Grande do Sul, considerado o diretório mais dissidente do país, ver OLIVEIRA, 2008.

¹³³ PSD gaúcho solicita orientação da direção nacional sobre plebiscito. *Correio do Povo*, 04/12/1962, p. 7.

¹³⁴ Afirma Meneghetti: plebiscito será questão aberta para o PSD no país. *Correio do Povo*, 06/12/1962, p. 7. Dias depois, o governador eleito declararia seu voto no presidencialismo – Apelo ao eleitorado gaúcho para que compareça às urnas a 6 de janeiro. *Correio do Povo*, 30/12/1962, p. 14.

¹³⁵ PSD conclama eleitores às urnas com questão aberta no plebiscito. *Correio do Povo*, 22/12/1962, p. 7.

uma correta institucionalização jurídica do sistema. Aos filiados ficava o dever cívico de comparecer às urnas em 6 de janeiro para dar seu veredito¹³⁶.

Entretanto, o ano vira e com ele, surge uma divergência local dentro do partido. Assim como fizeram os libertadores, é veiculado no *Correio do Povo* um *a pedido* no primeiro dia de janeiro em que são conclamados os pessedistas a além de comparecer às urnas, se posicionar de forma clara. A tendência era que o povo repudiasse o regime híbrido que desfigurou a República, além de ser necessário restaurar o princípio da autoridade, com o qual as instituições democráticas poderiam se defender. Citando os dois governos presidencialistas do partido, Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, o texto lembra que o partido contribuiu para o progresso do país e por isso não poderia ficar indiferente aos novos tempos almejados pela população. Sendo assim, a nota convoca os correligionários gaúchos a votar pelo NÃO no referendo. O *a pedido* é assinado individualmente por mais de duzentos integrantes da legenda, entre eles os deputados federais Hermes de Souza, Nestor Jost e Raimundo Chaves. Para não deixar dúvidas na intenção do grupo, a mesma nota seria publicada novamente do dia 4 de janeiro, dois dias antes da votação¹³⁷.

O dissidente trabalhista Fernando Ferrari também se manifestaria a respeito do referendo. O político fora eleito deputado estadual pelo PTB em 1947. Em 1950, 1954 e 1958 seria integrante da bancada trabalhista na Câmara Federal, sendo que nessa última eleição, teria a maior votação do país para deputado federal. Entretanto, após divergências com a cúpula trabalhista, deixa o partido para fundar o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e concorre à vice-presidência em 1960¹³⁸, ficando em terceiro lugar, com 19,6% dos votos válidos. Fazendo oposição ao PTB e Goulart e o relevante capital político eram ingredientes suficientes para ganhar espaço no *Correio*. O jornal acompanha com interesse a movimentação da organização do MTR e frequentemente destinou espaço à Ferrari. Quando o primeiro-ministro Hermes Lima leva dois meses para pedir a confiança do Congresso ao seu gabinete nas semanas finais do parlamentarismo no Brasil, Ferrari “considera o [...] ministério moralmente demitido” já que o governo não consegue formar quórum para a questão e dessa forma,

¹³⁶ Comparecimento às urnas: PSD concita seus quadros. *Correio do Povo*, 28/12/1962, p. 7.

¹³⁷ Aos pessedista do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, 01 e 04/01/1963, p. 7.

¹³⁸ Na eleição de 1960, Ferrari concorre pelo PDC, já que o MTR só teve o registro deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 20 de setembro de 1961 (BOMBARDELLI, 2016, p. 191).

paralisa o Brasil¹³⁹. Sobre o plebiscito, o político inicialmente se manifesta favorável à consulta, já que para os trabalhistas renovadores, o regime democrático e a ordem social só se desenvolveriam quando o povo tivesse o direito pleno de escolher a forma de governo. O sistema implantado pelo Ato Adicional se mostrou bifronte, duplo, inexpressivo e fraco em um momento que se necessitava de disciplina, firmeza, planejamento, austeridade e capacidade de trabalho dos governantes. Revogar o Ato Adicional pela convocação dos brasileiros ao referendo era necessário e urgente¹⁴⁰. Entretanto, depois de alguns dias, a opinião de Ferrari sobre a consulta pende para a indiferença. O político afirmaria que:

[...] a resposta à consulta plebiscitária no próximo dia 6 de janeiro não é relevante para os trabalhistas renovadores. O “sim” ou o “não” em si mesmos não interessam, porque na realidade em nada modificará a vida brasileira carente de urgentes reformas e de medidas de profundidade¹⁴¹.

Apesar da pouca importância dada à consulta, Ferrari frisa que por coerência votará contra o Ato Adicional, sem que isso desabone o sistema parlamentarista, já que este não foi realmente exercido no país. Ferrari ainda denuncia os enormes gastos feitos pelo governo na propaganda pelo “não”, a qual afirma ser uma farsa e um crime praticado contra o país e seu povo¹⁴².

Com uma postura inconstante, Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP) se declararia favorável ao presidencialismo logo após ser eleito governador de São Paulo, embora sua legenda defendesse o parlamentarismo¹⁴³. Entretanto, enquanto posava para fotografos em casa encenando o ato da votação, declarou que: “Votei Sim porque sou parlamentarista. O PSP, porém está votando Não.”¹⁴⁴.

Fora da política partidária, mas procurando influenciar no campo político, a Igreja também se manifestaria. Um *a pedido* publicado pouco antes do Natal transmite a bênção do Papa João XXIII aos fiéis após representantes brasileiros retornarem da primeira sessão do II Concílio do Vaticano. Aproveitando a ocasião, o Episcopado Brasileiro se dirige à população a respeito da consulta plebiscitária, entendendo que uma palavra de orientação era necessária. Lembrando que em outubro, a população foi

¹³⁹ Fernando Ferrari considera o atual Ministério moralmente demitido. *Correio do Povo*, 25/11/1962, p. 7.

¹⁴⁰ Manifestação de Ferrari favorável ao plebiscito. *Correio do Povo*, 21/11/1962, p. 7.

¹⁴¹ Ferrari: o MTR não considera relevante o próximo plebiscito. *Correio do Povo*, 27/12/1962, p. 7.

¹⁴² Para mais sobre Fernando Ferrari, ver FERRARI FILHO, 2013 e BOMBARDELLI, 2016.

¹⁴³ Ademar declara-se a favor do presidencialismo. *Correio do Povo*, 18/10/1962, p. 7.

¹⁴⁴ Ademar votou pelo “sim”, Carvalho Pinto pelo “não”. *Correio do Povo*, 08/01/1963, p. 7.

convocada a cumprir seu dever cívico na escolha de seus representantes para o Congresso e para os Executivos estaduais, o clero brasileiro entendeu que era sua responsabilidade de orientar os cristãos para exercer o direito ao voto. Colocando-se fora e acima dos coloridos político-partidários, a preocupação pastoral foi apelar a todos que tinham capacidade jurídica para comparecer ao ato cívico de grande importância e votar conforme sua consciência pessoal¹⁴⁵.

Poucos seriam os defensores do parlamentarismo. A poucos dias do plebiscito, o Partido Democrata Cristão (PDC) reafirmaria sua posição a favor, manifestada pelo deputado eleito pela Guanabara Juarez Távora. O político conclama os eleitores a comparecerem às urnas em massa para votar a favor do parlamentarismo, pois o sistema seria o mais conveniente ao país por evitar crises radicais e possibilitar o surgimento de uma elite política¹⁴⁶.

Colaborador frequente do *Correio do Povo*, Edgar Luiz Schneider, o deputado libertador que presidia a Assembleia Legislativa em 1947 quando foi aprovada a Constituição Estadual de inspiração parlamentarista, escreve uma longa coluna sobre a votação. Relembrando a estabilidade da época imperial e a séries de governos unipessoais e discricionários do início da República, Schneider também aponta como a fórmula parlamentarista vinha sendo discutida no Congresso há muito e estava pronta para ser aprovada quando Jânio Quadros renunciou. Sem perceber a própria essência do regime de gabinete, o maquiavelismo do presidente Goulart e de seus comparsas boicota o sistema parlamentar, mesmo que este tenha jurado defendê-lo. Para salvar a Nação, Schneider afirma a única resposta para a votação é o “Sim”¹⁴⁷.

O ex-integralista e conhecido jurista Miguel Reale defende a votação no “Sim”. Em conferência em um clube paulista, o professor de Direito da USP lembrou a inconstitucionalidade da antecipação do plebiscito e que não impetrou com mandado de segurança contra a lei Capanema-Valadares por não desejar sua execução pelas baionetas. Segundo Reale, quando um general afirma que o plebiscito é intocável, a questão passa do plano do Direito para o plano da força. Ao votar no parlamentarismo, o fará como forma de veto e protesto.

¹⁴⁵ Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre o plebiscito!!! *Correio do Povo*, 23/12/1962, p. 44.

¹⁴⁶ Juarez Távora defende o parlamentarismo. *Correio do Povo*, 01/01/1963, p. 21.

¹⁴⁷ Sim: o governo parlamentar. *Correio do Povo*, 05/01/1963, p. 4.

O proprietário do *Correio do Povo*, Breno Caldas escreveria em coluna no dia 6 de janeiro sobre a votação. O jornalista explica a finalidade do plebiscito, no qual o povo decidirá entre dar os poderes inerentes ao sistema presidencialista a um presidente já conhecido ou consagrar o sistema parlamentarista, no qual o Poder Executivo fica nas mãos de um órgão coletivo que governa enquanto for o desejo da maioria, expressa através dos representantes da Câmara de Deputados. Caldas considera o parlamentarismo iniciado com a renúncia de Jânio Quadros como uma capatazia exercida pelo vice-presidente empossado e no qual o Conselho de Ministro foi apenas um coadjuvante, cuja figuração só assinou papéis e não governou. Por desejar uma verdadeira experiência parlamentarista, sistema que considera mais flexível e democrático, Caldas declara seu voto no “Sim”¹⁴⁸.

3.3 OS RESULTADOS DA VOTAÇÃO

No dia da votação, o *Correio do Povo* traz o tom neutro que procurava passar aos leitores. Anuncia a “Consulta plebiscitária em todo o território nacional” enquanto “Reina calma no país e o governo garantirá a liberdade de escolha” através das manchetes de sua contracapa. A estabilidade que o periódico desejava passar é completada pela foto de João Goulart, de passagem por Porto Alegre rumo à São Borja, cumprimentando oficiais na Aeronáutica no aeroporto Salgado Filho, mostrando uma pretensa harmonia entre o presidente e a caserna. Por outro lado, o editorial do periódico do dia anterior¹⁴⁹ comentaria o que representava a escolha a ser feita no dia seguinte. O texto traz argumentações semelhantes aos dos integrantes do PL e adversários de Goulart já mencionados até aqui para tecer sua crítica. A primeira consulta direta, feita para que o povo se pronunciasse sobre o sistema de governo, estava prevista no Ato Adicional, mas foi antecipada por uma emenda de “chocante inconstitucionalidade”; o presidente da República não quis se “amoldar” à forma incompleta e imperfeita do sistema, mesmo após ter “assumido o compromisso constitucional” de exercer o cargo de “Supremo Magistrado da Nação”; ao renunciar a tal tarefa, o presidente teria renunciado a “qualquer tentativa de experiência, na prática e dinâmica do sistema”. O chefe do Conselho de Ministros não só teria atendido “desde a primeira hora” às postulações do presidente “como o estimulou a formular muitas outras”, abdicando

¹⁴⁸ Vamos votar. *Correio do Povo*, 06/01/1963, p. 4.

¹⁴⁹ O editorial do domingo do referendo tratou sobre ensino rural. *Correio do Povo*, 06/01/1963, p. 4.

assim de suas prerrogativas constitucionais. Com tais antecedentes chegou-se a “greves encomendadas, agitações sociais e políticas, crise institucional, diluição da autoridade e incapacidade de administrar” amplamente difundidas pelo governo desde seu início com o Ato Adicional. O editorial conclui:

É sobre essa situação de confesso desgoverno que o povo é chamado a se pronunciar amanhã, tendo por pretexto o julgamento do Ato Adicional, mas com a intenção real de se lhe atribuir toda a responsabilidade pela solução da crise nacional, tenha ela o nome que tiver, assim como são chamados os credores a júízo para decidir sobre os destinos da massa falida¹⁵⁰.

Tal qual os adversários políticos dos trabalhistas, o editorial faz fortes críticas ao comportamento do governo e de como o sistema parlamentar foi regido no Brasil. Nega que a crise nacional advenha da adoção do parlamentarismo e aponta as articulações do presidente da República e da passividade dos *premiers* e ministros para a falência da experiência parlamentar.

A votação seria amplamente favorável ao presidencialismo, ganhando 9.457.448 votos no Brasil, sendo 785.222 deles no Rio Grande do Sul. Por sua vez, o parlamentarismo ganha 2.073.582 e 328.872 votos no país e no estado respectivamente. A partir da tabela 1 podemos fazer algumas observações sobre o resultado final do referendo.

¹⁵⁰ A decisão de amanhã. *Correio do Povo*, 05/01/1963, p. 4.

Região / Estado		% Sim	% Não	% Branco	% Nulo	% Comparecimento
Sul	Rio Grande do Sul	26,91	64,24	5,08	3,76	78,29
	Santa Catarina	36,99	56,88	2,74	3,39	74,93
	Paraná	22,00	71,25	2,71	4,04	65,91
	São Paulo	13,22	79,23	2,16	5,39	79,49
		24,78	67,90	3,17	4,15	74,66
Leste BA/ES/GU/MG/RJ/SE		15,26	79,91	1,76	3,07	64,59
Nordeste AL/CE/MA/PB/PE/PI/RN		8,08	87,67	1,82	2,42	52,5
Centro-Oeste DF/GO/MT		8,27	87,47	1,74	2,52	82,26
Norte AC/AM/AP/PA/RO/RR		11,15	85,97	1,09	1,78	56,27
TOTAL		16,88	76,98	2,32	3,83	66,18

Tabela 1 – Resultado geral do Referendo de 1963 por região. Fonte: Adaptado de *Resultado Geral do Referendo de 1963* - TSE¹⁵¹

Os atuais três estados do sul do país foram os que mais deram votos ao parlamentarismo, conforme a ordenação percentual a seguir: SC – 36,99%, RS – 26,91% e PR – 22%. Junto com São Paulo, conforme divisão regional da época, a região sul teve a maior aprovação ao Ato Adicional em comparação às outras regiões, ficando com 24,78% dos votos. Já o nordeste foi a região que mais indicou sua preferência ao presidencialismo, com 87,67%.

Sobre as indicações dos libertadores para a votação, podem-se indicar possíveis impactos. No Rio Grande do Sul, os votos em branco corresponderam a 5,08% dos eleitores, mais do que o dobro da média nacional, 2,32% e distante das segunda e terceira maiores votações, também os estados do sul Santa Catarina e Paraná, com 2,74 e 2,71% respectivamente. Ainda que de pouco efeito no resultado final, a recomendação do voto em branco feita pelo PL parece ter tido um resultado perceptível. Sobre a recomendação para a abstenção, observemos os números da tabela 2 a seguir.

¹⁵¹ *Referendo de 1963* - Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-1963>. Acesso em 25/05/2022. Os estados foram agrupados em regiões conforme organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos 1960. No período, a região da Guanabara (GB) ainda era uma unidade da Federação, enquanto Amapá, Roraima e Rondônia eram territórios federais. Na tabela original, o Distrito Federal (DF) é citado como Brasília, cujo comparecimento às urnas chegou aos 143%, retratando o processo de transferência da capital federal do Rio de Janeiro.

1950	1954	1955	1958	1960	1962	1963
27,14	30,92	31,52	4,73	10,35	13,28	21,71

Tabela 2 – Abstenção em votações RS (%). Fonte: IBGE¹⁵²

A abstenção no Rio Grande do Sul no referendo foi de 21,71% dos eleitores aptos a votarem, pouco mais de 8 pontos percentuais em comparação às eleições de semanas antes. O impacto da recomendação dos libertadores em se ausentar da votação é de difícil comprovação, já que depois de grandes abstenções nos anos 1950, o comparecimento dos eleitores tinha aumentado a partir de 1958, mas com uma nova tendência de aumento das ausências nas votações seguintes (1960 e 1962), como se pode perceber pelo gráfico a seguir.

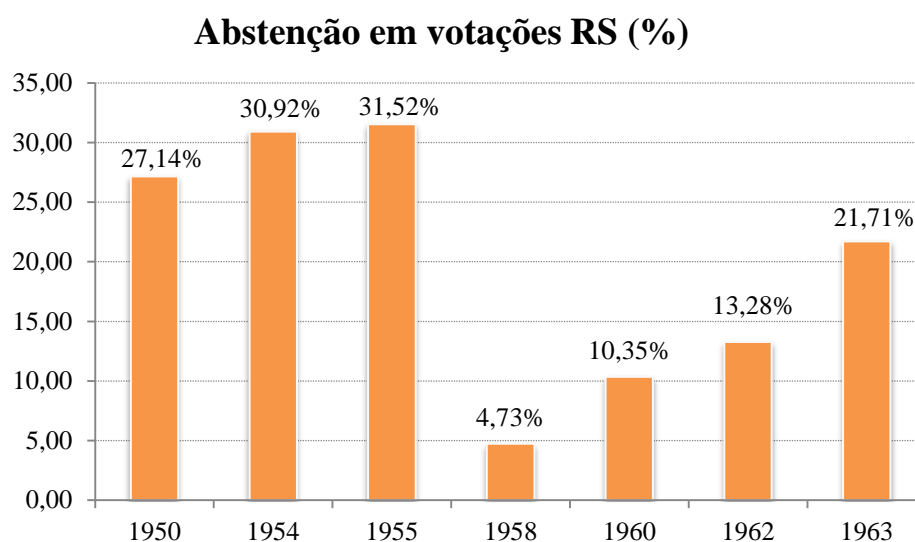


Gráfico 1 – Abstenção em votações RS (%). Elaborado a partir da tabela 2.

Mesmo que a votação tenha ocorrido no início de janeiro, quando muitos eleitores se deslocavam para as férias, como foi lembrado por opositores à realização do referendo (além de outros motivos para o eleitor faltar à urna) não se pode descartar o impacto da recomendação dos libertadores no número final da abstenção de 1963, já que o aumento foi significativamente maior daqueles que vinham ocorrendo. Por outro lado, a região sul foi a que teve o maior comparecimento no país (74,66%) se não

¹⁵² Estatísticas do séc. XX / populacionais, sociais, políticas e culturais / representação política / Comparecimento às eleições federais, estaduais e municipais — 1945/60. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/representacao_politica/1961/rep_polit_1961m_aeb_90.pdf. Acesso em 01/06/2022.

considerarmos no cálculo da região Centro-Oeste o Distrito Federal, já que seu comparecimento de 143,01% tende a distorcer o dado final da região¹⁵³.

Nos dias seguintes à votação, o *Correio* divulgou várias parciais dos números apurados pelas juntas eleitorais na contracapa. Porto Alegre rapidamente conclui a contagem dos votos em suas quatro zonas eleitorais, ficando os números em 44.425 a favor do parlamentarismo e 148.737 votos pela volta ao presidencialismo¹⁵⁴. Dos municípios que tiveram seu resultado publicado, apenas em Tapejara, no norte do estado, o parlamentarismo teve mais votos¹⁵⁵. No dia 22 de janeiro, a Câmara dos Deputados aprova a revogação do Ato Adicional por 260 votos a 9, reconhecendo assim o resultado do referendo. A favor da derrubada com emenda votaram os líderes do PSD, UDN, PTB, PR, PSB, MTR e PSP. Como última manifestação de resistência ao processo, Raul Pilla¹⁵⁶, líder do PL, votou contra a revogação, assim como o PRP¹⁵⁷. No mesmo dia, o Conselho de Ministros apresentou suas despedidas ao presidente Goulart e não uma renúncia, pois consideravam que, com a rejeição do Ato Adicional, o Conselho de Ministros estava naturalmente extinto¹⁵⁸. Publicada no dia seguinte, a Emenda Constitucional nº 6 encerra em uma frase a experiência parlamentar republicana: “Fica revogada a Emenda Constitucional nº 4 e restabelecido o sistema presidencial de governo instituído pela Constituição Federal de 1946 [...]”¹⁵⁹.

O editorial do *Correio do Povo* de 24 de janeiro mostra a contrariedade com que o jornal recebe a volta do presidencialismo. O texto inicia destacando que o Brasil voltava para o sistema de governo adotado por todas as constituições desde a proclamação da República, ressaltando que, embora o parlamentarismo tenha sido adotado em um momento de crise político-militar, sua implantação estava próxima

¹⁵³ Em Goiás e Mato Grosso, 266.460 e 135.539 pessoas compareceram às urnas respectivamente, enquanto em Brasília 48.637 eleitores votaram, correspondendo a pouco mais de 10% do total. Se considerarmos apenas Goiás e Mato Grosso no cálculo, o comparecimento eleitoral cai de 82,26% para 51,89%.

¹⁵⁴ Resultados finais do plebiscito na Capital. *Correio do Povo*, 08/01/1963, p. 18.

¹⁵⁵ Sim: 2.175 e Não: 1.513. Resultados do interior. *Correio do Povo*, 09/01/1963, p. 16.

¹⁵⁶ Pilla apoiaria o golpe contra Goulart um ano depois, mas logo percebe o prejuízo político que o novo regime traz ao país. Com a extinção do PL e dos demais partidos políticos em 1965, o político anunciaria sua renúncia ao mandato de deputado em 1966 como protesto pelo sufocamento da democracia no país. Com idade avançada, também deixa a cena pública para viver na capital gaúcha até sua morte em 1973 (BUENO, 2006, p. 240).

¹⁵⁷ Por 260 votos contra 9 a Câmara revogou ontem o Ato Adicional. *Correio do Povo*, 23/01/1963, p. 14.

¹⁵⁸ Conselho de Ministros apresenta suas despedidas ao Presidente. *Correio do Povo*, 23/01/1963, p. 14.

¹⁵⁹ Pela mesma lei, o vice-presidente deixava de exercer as funções de presidente do Senado. *Emenda Constitucional nº 6*. Ver anexo C. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-6-23-janeiro-1963-363624-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 02/06/2022.

devido à longa campanha de doutrinação de Raul Pilla. Ainda assim, o Congresso Nacional revogou o Ato Adicional que, mesmo tendo falhas e imperfeições, permitia a criação de governos coletivos e responsáveis e evitava a sucessão de crises, golpes e quarteladas ocorridas nos setenta anos de presidencialismo no Brasil. O editorial destaca que, como registra a História, o parlamentarismo vem sendo praticado na maior parte dos países sem dificuldade enquanto apenas nos Estados Unidos o presidencialismo teve sucesso. Com um tom resignado, o texto aponta que a volta do presidencialismo era necessária diante das sabotagens ao Ato Adicional e à maciça votação do referendo. A partir daquele momento, com todos os poderes nas mãos do chefe da Nação, o povo estará atento para as promessas feitas durante a propaganda plebiscitária, conclui o editorial do *Correio do Povo*¹⁶⁰.

3.4 DESDOBRAMENTOS APÓS O REFERENDO

O parlamentarismo fechava seu ciclo com um saldo negativo. A diminuição dos poderes presidenciais, negociada para superar o veto militar a Goulart projetou um estigma de golpismo ao regime de gabinete, situação que perdura até os dias de hoje (CINTRA, 2015b, p. 61). Por sua vez, a votação de 6 de janeiro também não deixava boas impressões. Dada a tradição excludente da política brasileira em suas diversas facetas desde a época colonial, passando pelo Império e abrangendo grande parte da República¹⁶¹, a realização de procedimentos de democracia direta como plebiscitos ou referendos no Brasil nem estavam previstos nas Constituições de 1824, 1891 e 1934. Ironicamente, tal possibilidade aparece pela primeira vez na Carta outorgada pela ditadura estadonovista em 1937, na qual havia a previsão para a realização de consultas à população em casos de divisões de estados (art. 5º) e em modificações da Constituição (art. 174º), mas tais dispositivos nunca foram utilizados. A Constituição de 1946 manteria a previsão de plebiscito em casos de formação de novos estados (art. 2º). Por sua vez, a realização de um *referendum* para a população decidir sobre o sistema de governo surge em setembro de 1961, com a implantação do parlamentarismo. Embora o

¹⁶⁰ Retorno ao presidencialismo. *Correio do Povo*, 24/01/1963, p. 4.

¹⁶¹ José Murilo de Carvalho apontou como na democracia brasileira, a cidadania e os direitos políticos tiveram um caminho tortuoso. Durante centenas de anos, a maior parte da população não pode votar nem ser votada e até o momento do referendo, muitos direitos sociais foram implantados em momento de período ditatorial, quando o Legislativo se encontrava fechado. Dessa forma, criou-se uma imagem da centralidade do Poder Executivo para grande parte da população, que em grande parte busca por um messias político ou salvadores da pátria (CARVALHO, 2002, p. 221).

projeto usado para instituir o Ato Adicional fosse de Raul Pilla, a ideia para uma votação popular surge em algum momento em meio às negociações para a posse de Goulart através de algum outro autor. Nas versões anteriores do projeto de emenda constitucional (1948, 1954 e 1956) estavam previstos artigos para que uma comissão mista de deputados e senadores opinasse sobre a conveniência de modificar-se o regime constitucional depois de dez anos de promulgação da emenda parlamentarista (MADURO, 1988, p. 116, 124 e 132). No Ato Adicional, tal artigo é suprimido e substituído pela consulta plebiscitária (art. 25º). Na ocasião, Pilla criticou vincular a consulta a uma eleição presidencial, pois os candidatos obviamente fariam campanha contra o novo sistema, como de fato fez Juscelino Kubitschek (ALMEIDA, 1998, p. 100).

Referendos ocorrem quando a população é chamada a se pronunciar sobre um problema específico e sua realização envolve e influencia os partidos políticos. Quando o sistema partidário tem um grau baixo de conflitualidade, seja pela fraca organização das legendas, seja por outro motivo e o *referendum* tem uma longa tradição que remonta às origens do sistema partidário ou mesmo de período anterior, a votação mantém sua essência. Os partidos acatam o resultado sem que isso tenha desdobramentos maiores no cenário político geral. Esse cenário acontece na Suíça e em diversos estados dos Estados Unidos, onde tais votações são amplamente usadas. Por outro lado, quando o sistema partidário é conflituoso e o *referendum* não possui raízes sólidas no país, a fisionomia deste instituto tende a alterar-se ou se desvirtuar. O conflito partidário invade a órbita da votação no momento de seu pedido ou durante a campanha. Embora tenha um objetivo específico, o *referendum* adquire um significado político que transcende o problema em questão e repercute favorável ou desfavoravelmente sobre os partidos e seus correligionários conforme a posição tomada na ocasião. Em caso já citado, na França de De Gaulle, o presidente utilizou o instituto do referendo para demonstrar sua superioridade política. A população votou contra ou favor do general e não somente em questões específicas (GEMMA, 1998, p. 1075).

Rolf Rauschenbach (2014) considera que processos de democracia direta como plebiscitos e referendos são boas ferramentas para produzirem decisões legítimas. O pesquisador aponta que as votações além da escolha de representantes podem ser complementos importantes para as instituições democráticas, desde que sua regulamentação, o contexto institucional e fatores socioeconômicos sejam devidamente

considerados. Entre as questões analisadas por Rauschenbach estão a concorrência entre as instituições representativas e os processos de democracia direta e a competência dos cidadãos. No primeiro ponto citado, o autor conclui que a inclusão dos processos de votação adicionais pode tornar o sistema democrático mais legítimo, porém ao custo de uma complexidade maior do seu desenvolvimento. Se a complexidade for tratada abertamente, os resultados tendem a ser positivos; caso contrário, o jogo político se torna confuso e, com isso, menos democrático (p. 217). Por sua vez, a segunda questão diz respeito à competência do eleitor para colocar seu voto na urna. Para Rauschenbach:

O cidadão precisa ser educado e treinado para poder exercer os seus direitos democráticos. Ele depende de informações e indicadores heurísticos de fontes que não são sistematicamente manipuladas. Isso requer uma legislação que limita excessos nas campanhas (RAUSCHENBACH, 2014, p. 220).

Para o autor, a visão de um cidadão incompetente para votar em questões específicas não se sustenta nem teórica nem empiricamente, mas também não possui por natureza, todas as competências necessárias para participar dos processos de democracia direta, sendo necessária, portanto, movimentos por parte do poder público para informar o cidadão. Tais questões convergem com a análise que Maria Victoria Benevides (1993) fez em seu artigo quando comparou o referendo de 1963 com o plebiscito de 1993. A autora indicou tanto a falta de independência do processo pela vinculação do poder pessoal de Goulart com o objeto da votação, deixando o jogo político confuso, como a falta de fiscalização da campanha para controlar o poder econômico envolvido, como também apontou Rauschenbach.

Podemos apontar então o desvirtuamento do referendo de 1963. Desde o início, sua realização foi polêmica, a começar pelo próprio nome pelo qual os políticos se referiam à votação. Inicialmente chamada de “consulta plebiscitária” pelo Ato Adicional, o instituto seria tratado como “plebiscito” durante as negociações para sua antecipação até finalmente ser nomeado como “*referendum*” pela Emenda Capanema-Valadares, ainda que plebiscito fosse a forma predominante para se referir à votação (inclusive pela historiografia). Tudo foi motivo de disputa na questão. A data de realização, a forma da pergunta a ser feita, a própria realização de uma votação ao invés da simples revogação do Ato Adicional, a evidente desproporção de recursos para realizar a campanha. A antecipação ter sido aprovada por maioria simples não ajudou na imagem da votação, colando um selo de inconstitucionalidade na questão. Na superfície, a disputa era entre dois sistemas de governo, mas o pano de fundo era a radicalização dos anos 1960 da política brasileira. Estava se decidindo se e quando João Goulart

passaria a governar o país dentro das regras pelas quais foi eleito, superando definitivamente a crise iniciada em agosto de 1961.

Não haveria outras votações no país por anos depois de 1963 para grande parte da população brasileira. Por sua vez, os processos de democracia direta como o referendo não fincaram raízes profundas depois do fim da ditadura de 1964. Desde a redemocratização, o Brasil organizou apenas o plebiscito de 1993 e um novo referendo em 2005, para discutir o comércio de armas de fogo e munições¹⁶². No âmbito dos estados, a população foi consultada poucas vezes (Acre, 2010 e Pará, 2011), enquanto que para os municípios não há um levantamento (RAUSCHENBACH, 2014, p. 207), geralmente organizados para tratar da emancipação de localidades.

Quanto ao parlamentarismo, a Ditadura Civil-Militar enterra qualquer possibilidade de pulverização do poder em representantes do parlamento ao implantar o presidencialismo autoritário no qual os militares ditavam as regras. Com os ventos democráticos voltando a soprar no país, o senador Afonso Arinos assume como presidente da comissão responsável por elaborar o anteprojeto de uma nova Carta na Constituinte iniciada em 1987. A Comissão Arinos, como ficou conhecida, deliberou sobre o melhor sistema de governo para o país, possuindo integrantes adeptos do presidencialismo e de correntes diversas do parlamentarismo. A versão final do anteprojeto proporia um parlamentarismo dual no molde francês, na qual o presidente é escolhido diretamente pela população, mas o relatório da comissão é engavetado pelo presidente Sarney¹⁶³ e não o envia aos constituintes para debate (CINTRA, 2015b, p. 62). A escolha pelo presidencialismo na versão final da Constituição de 1988 não foi o último esforço dos parlamentaristas, que garantiram uma consulta para dali a cinco anos para novamente a população decidir sobre o sistema de governo. Em 1993¹⁶⁴, em plebiscito, os eleitores brasileiros novamente escolhem um sistema presidencialista¹⁶⁵.

¹⁶² *Plebiscitos e referendos*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-e-referendo>. Acesso em 08/06/2022.

¹⁶³ José Sarney era o vice-presidente da chapa escolhida pelo Colégio Eleitoral para realizar a transição de regime. O presidente escolhido foi o mineiro Tancredo Neves, o primeiro presidente do Conselho de Ministros do período parlamentarista. Só podemos especular sobre o comportamento de Neves quanto ao anteprojeto de uma Constituição parlamentarista caso não tivesse falecido antes de sua posse em 1985. Sobre o processo de escolha do sistema de governo em 1987/88, ver MARTINS, 2013.

¹⁶⁴ Assim como em 1963, a consulta de 1993 também foi antecipada. A data original estava prevista para 7 de setembro mas foi adiada para 21 de abril (BROSSARD, 2001).

¹⁶⁵ *Plebiscito de 1993*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993>. Acesso em 09/06/2022. O resultado final do plebiscito foi 55,67% a 24,91% a favor do presidencialismo, enquanto 66,26% escolheram a República ao invés da Monarquia, que ficou com 10,25% dos eleitores.

A decisão dos constituintes de levar a opção entre sistemas de governo a plebiscito foi questionável. Colocar uma questão complexa, mesmo entre especialistas, para ser decidida apenas com “sim” ou “não” não é a forma correta de usar tais processos de democracia direta (CINTRA, 2015b, p. 63).

O presidencialismo exercido a partir de 1989 encontra formas de operar, ainda que com percalços, como o *impeachment* de 1992. A independência entre os Poderes Executivo e Legislativo consegue acomodar as forças políticas do país, existindo a alternância no poder de diferentes correntes políticas nas três esferas federativas e com avanços sociais perceptíveis. O parlamentarismo parecia fadado a ser assunto secundário de comissões no Congresso Nacional, sem que houvesse realmente movimentos com força para sua adoção. No entanto, após o golpe parlamentar de 2016 contra Dilma Rousseff, o presidencialismo brasileiro dá sinais de esgotamento. O vice-presidente empossado, sofrendo com baixa popularidade, toca no assunto do parlamentarismo, mostrando-se favorável à sua adoção a partir das eleições de 2018 ou 2022¹⁶⁶. Por sua vez, o atual presidente da Câmara dos Deputados, também trabalhando junto a um presidente da República com baixa popularidade e refém do Legislativo para se manter no cargo, organiza um grupo de trabalho para estudar a implementação do semipresidencialismo no país¹⁶⁷. O assunto parlamentarismo tem retornado em momentos de transição ou crise da República brasileira.

Quanto ao *Correio do Povo*, depois do referendo, as críticas ao governo Goulart continuariam até o rompimento democrático de 1964, que contou com o apoio do periódico (GRIJÓ, 2017, p. 255). Como toda a grande imprensa, sofreu com a censura do período e aos poucos perderia a hegemonia no estado. A Rede Brasil Sul de Comunicação, outro conglomerado de comunicação fundado nos anos 1950, assumiria a liderança do mercado ao se organizar com uma gestão empresarial mais moderna, tendo o jornal *Zero Hora* como o veículo de imprensa que superaria o *Correio* (RÜDIGER, 1998, p. 83). Uma lenta agonia do Grupo Caldas Júnior levaria ao fechamento do *Correio do Povo* em 1984 por problemas financeiros. Em 1986, a companhia é vendida ao empresário Renato Bastos Ribeiro, que novamente vende o grupo à Rede Record em

¹⁶⁶ Temer afirma que governo faz 'quase um pré-exercício' do parlamentarismo. *Correio do Povo*, 08/08/2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/temer-afirma-que-governo-faz-quase-um-pr%C3%A9-exerc%C3%ADcio-do-parlamentarismo-1.237994>. Acesso em 09/06/2022.

¹⁶⁷ Semipresidencialismo, a nova cartada de Lira. *Piauí*, 23/03/2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/semipresidencialismo-nova-cartada-de-lira/>. Acesso em 09/06/2022.

2007. Ligada a um grupo religioso, a Record apresenta fortes traços conservadores nas linhas editoriais de seus veículos. Especificamente no *Correio do Povo*, o periódico que sempre propagou sua isenção na cobertura das notícias, atualmente não se preocupa em ocultar seu apoio às pautas da extrema-direita brasileira¹⁶⁸.

¹⁶⁸ Mesmo com patrocínio, Juremir é demitido do *Correio do Povo* por críticas a Bolsonaro. *Revista IHU on-line*, 04/01/2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/615645-mesmo-com-patrocinio-juremir-e-demitido-do-correio-do-povo-por-criticas-a-bolsonaro>. Acesso em 10/06/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parlamentarismo aparece no campo político depois de um longo processo em que a maior parte do poder é transferido da Coroa inglesa para o Parlamento. Ao longo dos anos, uma série de práticas foram institucionalizadas fazendo surgir o sistema em que há a separação entre o chefe de Estado e o chefe de governo. Por sua vez, o governo será organizado a partir da assembleia de representantes, cuja maioria irá manter o gabinete enquanto os ministros tiverem a confiança do parlamento.

Em 1847, o Império do Brasil cria o cargo de presidente do Conselho de Ministros para que o governo tivesse uma melhor governabilidade, já que o monarca era um jovem sem experiência para ditar os rumos do país. Somado a outros dispositivos políticos, como a possibilidade de dissolução da Câmara de Deputados e a necessidade do gabinete manter a confiança da Assembleia Geral, o Brasil ganha um verniz parlamentarista, ainda que tal condição não fosse sacramentada constitucionalmente. Ao contrário do esperado do sistema em seu formato clássico, o poder emanou mais do monarca do que do parlamento, em uma evidente submissão das instituições à vontade do imperador, sem que esse tivesse que prestar contas de seus atos. Com a República, a possibilidade de adoção do parlamentarismo foi inicialmente afastada, pois existia uma forte vinculação do sistema com a monarquia, mas alguns de seus mecanismos são incorporados nas constituições seguintes, como a convocação de ministros ao Congresso para prestar esclarecimentos.

No Rio Grande do Sul, a organização do Partido Federalista manteria a causa parlamentarista em evidência, assim como seu sucessor, o Partido Libertador. Após sua refundação com o fim do Estado Novo, a legenda conseguiria transformar o estado em parlamentarista por dez dias com a Constituição de 1947. Determinada a inconstitucionalidade da questão, a bandeira seguiria com os libertadores por todo o período da experiência democrática. As tramitações recorrentes para sua adoção no Congresso Nacional, a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e a recusa dos ministros militares em cumprir a Constituição fazem com que a implantação do parlamentarismo no Brasil fosse feita às pressas em 1961. O Ato Adicional acomoda as forças políticas dentro de alguma normalidade constitucional, mas retira grande parte das prerrogativas de João Goulart quando o presidente toma posse no sistema parlamentar.

Com o passar dos meses, o parlamentarismo vai sendo sabotado pelo próprio governo federal. Como resultado de pressões e articulações de diversos agentes políticos, a consulta à população prevista para 1965 pelo Ato Adicional é adiantada. O referendo era um mecanismo inédito na política brasileira e também é organizado em condições adversas, tal qual foi a adoção do parlamentarismo. Como indicamos no capítulo 2, a historiografia não produziu muitos trabalhos sobre o episódio e quando a votação é citada em meio ao governo Goulart, são destacados principalmente os interessados pela volta do presidencialismo. Mudando de foco, esta pesquisa procurou levantar as articulações daqueles que tinham como bandeira o parlamentarismo e lutaram, pelo menos inicialmente, pelo regime de gabinete. Raul Pilla, o grande catequizador da causa, lutou por sua manutenção, mas acabou se resignando com o desgaste e opta por um controle de danos na imagem do sistema. Outros agentes políticos levariam a questão do parlamentarismo até o fim, independente do cenário favorecer a volta do presidencialismo.

O referendo fez um único questionamento, cujas opções de resposta estavam restritas a “sim” ou “não”. A aparente simplicidade da escolha, no entanto, não permite retratar completamente as intenções dos eleitores já que, como vimos, o significado político do referendo transcendeu a questão existente na cédula de votação. Quem votou pelo “sim” realmente acreditava no sistema parlamentarista ou apenas desejava a continuação das restrições de poder de Goulart? A opção pelo “não” foi escolhida pelos crentes do presidencialismo ou também por aqueles que não estavam satisfeitos com os rumos do parlamentarismo? Além disso, quem votou pelo “não” apoiava o presidente e deseja que ele governasse com plenos poderes presidencialistas ou apesar desse resultado, optou pela revogação do Ato Adicional visando outro presidente comandando o país no futuro? As demais possibilidades para o eleitor, o voto em branco, nulo e a abstenção também deixam dúvidas semelhantes. Seja como for, o presidencialismo retorna e encerra a experiência parlamentarista. Por sua vez, o país ainda não sabia, mas a primeira consulta direta à população também marca o fim de outro ciclo. Às 17 horas do dia 6 de janeiro de 1963, as urnas brasileiras eram fechadas e não abririam para grande parte da população por 26 anos.

Nesse contexto, o *Correio do Povo* era o principal jornal da imprensa gaúcha e ainda que propagandeasse sua isenção e distância de grupos políticos, assumiria posições perceptíveis durante a experiência parlamentar republicana. Com grande

capital simbólico dentro do campo jornalístico, senão o maior naquele momento, o periódico utilizou estratégias a partir de suas páginas para tentar interferir no campo político, sendo também veículo para os partidos políticos divulgarem suas propostas e unificar sua atuação no estado. Claramente o *Correio do Povo* pendeu sua atuação para que o parlamentarismo continuasse como o sistema de governo brasileiro. Seu proprietário, Breno Caldas, seria um dos poucos a se manifestar a favor da questão no referendo.

Após sua apressada adoção e posterior desgaste, o parlamentarismo ficaria estigmatizado, assim como o referendo de 1963 não inicia uma tradição de consultas diretas à população no país. Relevantes mecanismos políticos foram tragados pelo conflituoso cenário político nacional dos anos 1960 sem que conseguissem contribuir para aperfeiçoar o campo político brasileiro. Durante o Império, o parlamentarismo foi como um fantasma no país. Podia interferir no ambiente e sua aparência podia ser percebida por quem prestasse atenção, mas sua presença era intangível, já que lhe faltava um corpo, ou seja, um conjunto de leis que regulamentasse o sistema. Por sua vez, quando o Ato Adicional foi conjurado em 1961 para combater o demônio do golpismo, um corpo sólido levanta de dentro do Congresso Nacional, já que podia ser tocado através da Emenda Constitucional nº 4. Entretanto, o parlamentarismo que surge é apenas uma casca vazia, sem o espírito necessário para ser uma criatura produtiva e acabou vagando pelo país sem rumo certo. Seu cérebro não estava ativo, já que os gabinetes que o comandaram não fizeram questão de pôr em funcionamento o zumbi parlamentarista. Quando o sistema retorna para a cova, não levantaria novamente, mas sem que fosse esquecido. Alguns agentes políticos ainda consideram o parlamentarismo um feitiço forte o suficiente para resolver os problemas nacionais por si só, além daqueles que propõem uma grande mudança com o parlamentarismo para que tudo permaneça como está. Ao final, os monstros que ainda assombram a política brasileira são bem humanos. E o espectro do parlamentarismo continua a rondar o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

ACAUAN, Ana Paula Bragaglia. **Comunicação: Correio do Povo na gestão Ribeiro – Ideologia e poder**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PUCRS, Porto Alegre, 2009.

ALMEIDA, Alberto Carlos. O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 4/5, 1995, p. 131-148.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998.

ALMEIDA, Diego Orgel dal Bosco. **Interfaces do político: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2015.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANGELI, Douglas Souza. **O candidato do povo: as campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini e a construção do eleitor na experiência democrática (1945-1954)**. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2020.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 191-230 (O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930; v. 1).

ASTURIAN, Marcos Jovino. A República Democrática (1945-1964) e a reorganização político-partidária no Rio Grande do Sul. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (orgs). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017; p. 51-86.

AXT, Gunter. A Revolução Federalista (1893-1895): Guerra Civil no Brasil. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 179, (477), p. 107-135, mai./ago. 2018.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 41-72.

BALEEIRO, Aliomar. **1891**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras; v. 2).

BALEEIRO, Aliomar; LIMA SOBRINHO, Barbosa. **1946**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras; v. 5).

BARTOLINI, Stefano. Gaullismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 538-543.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A Revolução de 1930: Eclosão. In: FLORES, Hilda A. Hübner (Org.). **Correio do Povo - 100 anos**. Porto Alegre: Círculo de Pesquisas Literárias/Nova Dimensão, 1995. p. 77-82.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Victoria. O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963. **Lua Nova**, n. 28-29, 1993, p. 75-84.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOMBARDELLI, Maura. **A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre: 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

_____. **conceitos fundamentais** / editado por Michael Grenfell. Petrópolis: Vozes, 2018.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-86.

BROSSARD, Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

BUENO, Antonio Avelange Padilha. **Raul Pilla: Aspectos de uma Biografia Política**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal** – depoimento a José Antonio Pinheiro Machado. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Lígia Coelho (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas/Capes, 2015. p. 114-136.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: participação do Partido de Representação Popular (PRP) na construção de alianças políticas nas eleições estaduais de 1958 e 1962**. Porto Alegre: Editora Animal, 2014.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. **O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil**. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHEIBUB, José Antonio. **Presidentialism, Parliamentarism, and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CINTRA, Antônio Octávio. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições? In: AVELAR, Lúcia Mercês de; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Ed. da UNESP, 2015a. p 35-58.

CINTRA, Antônio Octávio. O Sistema de Governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia Mercês de; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, Ed. da UNESP, 2015b. p 59-80.

CINTRA, Wendel Antunes. Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à Primeira República brasileira (1910-1921). **Lua Nova**, São Paulo, n. 99, p. 201-231, 2016.

CORTÉS, Carlos. E. **Política Gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EdiPucrs, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 253-270.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 127-154 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

DIAS, Bibiana Soldera. **A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mitificação post-mortem no jornal Correio do Povo de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2011.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

DUARTE, José Bacchieri (org.). **Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista**. Porto Alegre: ALRS/Ética Impressora, 2003.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995, p. 19-29.

FERRARI FILHO, Fernando (org.). **Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das mãos limpas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

FAVER, Marcus. Impeachment: evolução histórica, natureza jurídica e sugestões para aplicação. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro. v. 271, p. 319-343, jan./abr. 2016.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. p. 13-46 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

_____. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. p. 301-342 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c. p. 343-404 (O tempo da experiência democrática; v. 3).

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. Assembleia Nacional Constituinte de 1891. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo *et al.* Solução parlamentarista para o Brasil? **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro: FGV, v. 27, n. 1, p. 86-122, 1984.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Presidencialismo ou parlamentarismo?: Afonso Arinos de Melo Franco e Raul Pila**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

GEMMA, Gladio. Referendum. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro; ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018, p. 251-275.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). UFRGS, Porto Alegre, 1995.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964): As esquerdas no Brasil v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p 83-100.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A imprensa do Rio Grande do Sul na “Campanha da Legalidade”. In: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964).** São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 230-264.

GROFF, Paulo Vargas. Modelos de parlamentarismos: inglês, alemão e francês. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 40, n. 160, p. 137-146, out/dez. 2003.

HEINZ, Flávio Madureira (Org.) et al. **O Parlamento em Tempos Interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982.** Porto Alegre: CORAG, 2005. (*Os 170 anos do Parlamento Gaúcho*: v. 3).

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945 - 64).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil (I): origens e funcionamento. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 43, n. 172, p. 7-22, out/dez. 2006.

_____. O parlamentarismo no Império do Brasil (II): representação e democracia. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 44, n. 174, p. 213-231, abr/jun. 2007.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marietta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 43-64.

KLEIN, Paulo Eduardo Fasolo. “**ÀS URNAS, CIDADÃOS! DIA 6 VOTE NÃO!**”: o referendo de 1963 nas páginas do *Diário de Notícias*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). UFRGS, Porto Alegre, 2017.

KLEIN, Paulo Eduardo Fasolo. Raul Pilla e o referendo de 1963. **Mosaico.** Rio de Janeiro, v. 13 n. 20, 2021. p 223-241.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 313-350 (O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930; v. 1).

LAPUENTE, Rafael Saraiva. Entrevista com o historiador brasilianista Carlos E. Cortés, autor de *Gaúcho Politics in Brazil*. **Aedos.** v. 7, n. 17, dez. 2015, p. 546-551.

LINS, Etelvino. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano**. O Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

MADURO, Lídice Aparecida Pontes. Parlamentarismo no Brasil: experiência histórica **Revista de Ciência Política**. Rio de Janeiro: FGV, v. 31, n. especial, p. 89-154, 1988.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos. História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político. In: **Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MARTINS, Rodrigo. **O processo decisório na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88: a escolha do sistema de governo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) USP, São Paulo, 2013.

MELO, Demian Bezerra de. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Dissertação (Mestrado em História). UFF, Niterói, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) USP, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “indústria” do anticomunismo. **Anos 90**. Porto Alegre, n. 15, p. 71-91, 2001/2002.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O Anticomunismo nos Jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma Perspectiva de Análise**. Tese (Doutorado em História) PUCRS, Porto Alegre, 2009.

NOGUEIRA, Octaciano. **1824**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras; v. 1).

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-361.

OLIVEIRA, Augusto Neftall Corte de. Os sistemas partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 25, p. 87-132, jan/abr 2018.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. **Textos de História**, vol. 15, n° 1/2, Brasília, 2007, p. 93-107.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira de. **O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias**. Tese (Doutorado em História) PUCRS, Porto Alegre, 2008.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jano: As esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. **A Razão**

Indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 155-178.

PAIXÃO, Cristiano; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Crise Política e Sistemas de Governo: origens da “Solução Parlamentarista” para a Crise Político-Institucional de 1961. **Universitas JUS**, v. 24, n. 3, p. 47-61, 2013.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 13-38 (O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo; v. 2).

PASQUINO, Gianfranco. Formas de governo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PILLA, Raul. **Catecismo Parlamentarista**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PLASSART, Anna. Parliamentarism: From Burke to Weber. **European Journal of Political Theory**. 16 fev 2019, p. 1-11

POLETTI, Ronaldo. **1934**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras; v. 3).

PORTO, Walter Costa. **1937**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. (Coleção Constituições Brasileiras; v. 4).

RAUSCHENBACH, Rolf. Processos de democracia direta: sim ou não? Os argumentos clássicos à luz da teoria e da prática. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR, v. 22, n. 49, 2014, p. 205-230.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 89-120 (O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930; v. 1).

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A Revolução Federalista e o ideário parlamentarista**. Tese (Doutorado em Direito). USP, São Paulo, 2014.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2015.

ROCHA, Brochado da 1. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.
- ROUSTON JUNIOR, Eduardo. **O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: imprensa e discursos parlamentares**. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2016.
- RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.
- SÁ, Mem de. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- SANTOS, Diego. A emenda parlamentarista e o plebiscito de 1963 nas páginas do jornal *Gazeta do Sul* (1961-1963). **Semina**. V. 19, n. 2, mai/ago 2020, p. 117-140.
- SELINGER, William. **Parliamentarism: From Burke to Weber**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- SILVA, Camila de Freitas. **A República vira notícia: narrativas no calor da hora**. Dissertação (Mestrado em História Social). UERJ, São Gonçalo, 2012a.
- SILVA, Marco Antônio Medeiros da. **A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963**. Tese (Doutorado em História) PUCRS, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, Roberto Bittencourt. **Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista**. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2012b.
- SIMON, Pedro (Org.). **Alberto Pasqualini: Textos escolhidos**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- SOUSA, Coelho de. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- TAUFER, Paulo Roberto. **Partido Libertador: formação e atuação política**. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2008.
- TAVARES, Ana Lucia de Lyra. Nota sobre sistema parlamentar. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro. v. 27, n. 1, p. 63-69, 1984.
- TAVARES, Ana Lucia de Lyra. Sistemas parlamentares contemporâneos. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro. v. 31, n. especial, p. 15-87, 1988.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, vol.40, n.1, Rio de Janeiro: FGV EBAPE, jan/fev 2006, p. 27-53.
- TORRES, Anderson Vargas. Era o PL um partido regional? Mapeando eleitoralmente o Partido Libertador durante a Experiência Democrática brasileira (1945-1964). **Semina**, Passo Fundo: UPF. V. 19, n. 3, p. 57-74, set/dez 2020.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 63-106 (O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo; v. 2).

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A guerra fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, jan/dez 1985, p. 89-102.

FONTES

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Correio do Povo – 11, 21 e 24 de fevereiro de 1962

Correio do Povo – 06 e 26 de julho de 1962

Correio do Povo – 14, 21 e 26 de agosto de 1962

Correio do Povo – 01, 09, 11, 18 e 27 de setembro de 1962

Correio do Povo – 18, 23 e 31 de outubro de 1962

Correio do Povo – 10, 11, 13, 14, 17, 21 e 27 de novembro de 1962

Correio do Povo – 01, 04, 06, 08, 13, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 1962

Correio do Povo – 01, 04, 05, 06, 08, 09, 23 e 24 de janeiro de 1963

Núcleo de Pesquisa e Documentação Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Acervo Raul Pilla – N° Arquivo: 002 / N° Documento: 2712

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional – Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Jornal do Dia - 25 de agosto de 1954

ANEXO A - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4, DE 1961

Institui o sistema parlamentar de governo.

ATO ADICIONAL

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a êste a direção e a responsabilidade da política do govêrno, assim como da administração federal.

CAPÍTULO II

Do Presidente da República

Art. 2º O Presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3º Compete ao Presidente da República:

I - nomear o Presidente do Conselho de Ministros e, por indicação dêste, os demais Ministros de Estado, e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II - presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV - vetar, nos têrmos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas câmaras;

V - representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI - celebrar tratados e convenções internacionais, ad referendum do Congresso Nacional;

VII - declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII - fazer a paz, com autorização e ad referendum do Congresso Nacional;

IX - permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que fôrças estrangeiras transitem pelo território do país, ou por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente:

X - exercer, através do Presidente do Conselho de Ministros, o comando das Fôrças Armadas;

XI - autorizar brasileiros a aceitarem pensão emprego ou comissão de governo estrangeiro;

XII - apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país;

XIII - conceder indultos, comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV - prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV - outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XVI - nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do Presidente do Conselho, o Prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho de Economia (art. 205, § 1º).

Art. 4º O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5º São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;

III - o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do país.

CAPÍTULO III

Do Conselho de Ministros

Art. 6º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados pela política do govêrno e pela administração federal, e cada Ministro de Estado, individualmente pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7º Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados pelo Presidente do Conselho e pelo Ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8º O Presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do Presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Recusada a aprovação, o Presidente da República deverá, em igual prazo, apresentar outro nome. Se também êste fôr recusado, apresentará no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum fôr aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o Presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de govêrno.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando este lhe fôr negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pedida à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança, opostas consecutivamente a três Conselhos, o Presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que hajam integrado os Conselhos dissolvidos.

§ 1º Dissolvida a Câmara dos Deputados, o Presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

§ 2º A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

§ 3º Caberá ao Senado, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do art. 66, números III, IV e VII da Constituição.

Art. 15. O Conselho de Ministros decide por maioria de votos. Nos casos de empate, prevalecerá o voto do Presidente do Conselho.

Art. 16. O Presidente do Conselho e os Ministros podem participar das discussões em qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Art. 17. Em cada Ministério haverá um Subsecretário de Estado, nomeado pelo Ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

§ 1º Os Subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional e a suas comissões, como representantes dos respectivos Ministros.

§ 2º Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os Subsecretários de Estado responderão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 18. Ao Presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

I - ter iniciativa dos projetos de lei do govêrno;

II - manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;

III - exercer o poder regulamentar;

IV - decretar o estado de sítio nos têrmos da Constituição;

V - decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;

VI - enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;

VII - prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos Ministérios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20. A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 21. O Vice-Presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de Presidente da República, nos termos dêste Ato Adicional, até 31 de janeiro de 1966, prestará compromisso perante o Congresso Nacional e, na mesma reunião, indicará, à aprovação dêle, o nome do Presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao Presidente da República, ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de govêrno ora instituído, mediante leis votadas, nas duas casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma dêste artigo.

Art. 23. Fica extinto o cargo de Vice-Presidente da República.

Art. 24. As Constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar de govêrno, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais Governadores. Ficam respeitados, igualmente, até ao seu término, os demais mandatos Federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do art. 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo, em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

Brasília, em 2 de setembro de 1961.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

Sérgio Magalhães
1º Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Cléio Lemos
2º Vice-Presidente

José Bonifácio
1º Secretário

Alfredo Nasser
2º Secretário

Breno da Silveira
3º Secretário

Antônio Baby
4º Secretário

A Mesa do Senado Federal:

Auro Moura Andrade
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Cunha Mello
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Argemiro de Figueiredo
3º Secretário

Novaes Filho
4º Secretário

ANEXO B - LEI COMPLEMENTAR Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 1962 AO ATO ADICIONAL

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dois demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As Pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º A Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, será submetida a "*Referendum*" popular no dia 6 de janeiro de 1963.

§ 1º Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o sistema de govêrno na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º Terminado êsse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, ou voltará a vigorar em sua plenitude, a Constituição Federal de 1946, conforme o resultado da consulta popular.

§ 3º Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado da lei eleitoral vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de setembro de 1962, 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

ANEXO C - EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 6, DE 1963

Revoga e Emenda Constitucional nº 4 (Ato Adicional) e restabelece o sistema presidencial de govêno.

Art. 1º Fica revogada a Emenda Constitucional nº 4 e restabelecido o sistema presidencial de govêno instituído pela Constituição Federal de 1946, salvo o disposto no seu art. 61.

Art. 2º O § 1º do art. 79 da Constituição passa a vigorar com o seguinte texto:

"Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal."

Brasília, em 23 de janeiro de 1963.

A Mesa da Câmara dos Deputados:

Ranieri Mazzilli
Presidente

Oswaldo Lima Filho
1º Vice-Presidente

Clélio Lemos
2º Vice-Presidente

José Bonifácio
1º Secretário

Wilson Calmon
2º Secretário

Geraldo Guedes
3º Secretário

Antônio Baby
4º Secretário

A Mesa do Senado Federal:

Auro Moura Andrade
Presidente

Rui Palmeira
Vice-Presidente

Argemiro de Figueiredo
1º Secretário

Gilberto Marinho
2º Secretário

Mourão Vieira
3º Secretário

Novaes Filho
4º Secretário